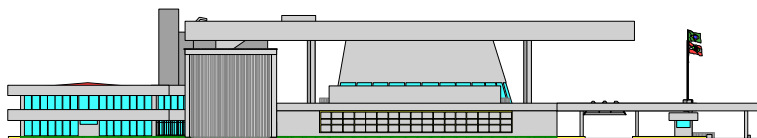


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 22 JULHO DE 2010

NÚMERO 6.194

**16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2194 EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 072ª Sessão Ordinária realizada em 20/07/20102 Ata da 019ª Sessão Extraordinária realizada em 20/07/201016</p> <p>Publicações Diversas Aviso de Licitação.....18 Ofícios.....18 Portarias.....35 Projetos de Lei.....36</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Manifesta-se a respeito do câncer nas mulheres; aborda a violência contra a mulher.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Registra a presença na Casa dos vereadores mirins de Guaramirim.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Solidariza-se com a deputada Odete de Jesus.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (pela ordem) - Agradece ao deputado Pedro Uczai pela oportunidade.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Parabeniza a deputada Angela Albino pela posse.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Cumprimenta a deputada Angela Albino; reporta-se à substituição tributária.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Cumprimenta lideranças do município de Guaramirim; aborda a demarcação de terras indígenas.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Lembra o Dia do Amigo, comemorado nesta data.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a situação dos funcionários da Saúde.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se ao PP diante do momento eleitoral.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Manifesta-se a respeito da Saúde.

DEPUTADO DADO CHEREM - Manifesta-se a respeito da Saúde.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Reporta-se ao hino do estado de SC.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Aborda condições de obras rodoviárias no sul; cumprimenta o vereador Márcio de Souza; convida para o lançamento da candidatura de Cláudio Vignatti.

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solicita que os deputados dirijam-se ao plenário.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Reporta-se à votação da conversão em lei da MPV 0163/2010.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha votação ao requerimento do PP.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha votação ao PL de conversão em lei da MPV 0163/2010.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Discute a Mensagem n. 1.662/2010.

DEPUTADO DADO CHEREM - Discute a Mensagem n. 1.662/2010.

DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Discute a Mensagem n. 1.662/2010.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Discute a Mensagem n. 1.662/2010.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Discute a Mensagem n. 1.662/2010.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute a Mensagem n. 1.662/2010.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Discute a Mensagem n. 1.662/2010.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Encaminha a votação da Mensagem n. 1.666/2010.

DEPUTADO DADO CHEREM (pela ordem) - Declaro o voto em relação à Mensagem n. 1.666/2010.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 1.666/2010.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Pede explicação acerca do PL 0172/2008.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Aborda o fato de a Alesc se impor mais como Poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Gelson Merísio, é com muita honra que o cumprimento, assim como também cumprimento os componentes da Mesa, as sras. deputadas, os srs. deputados, as amadas taquígrafas desta Casa, que sempre estão presentes neste plenário registrando todo o desenrolar dos trabalhos deste Parlamento.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Ouço v.exa., deputado Nilson Gonçalves, grande parlamentar de Joinville, radialista, uma figura que tem desenvolvido um brilhante trabalho naquela região.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Muito obrigado, deputada Professora Odete de Jesus, pretendia interrompê-la mais adiante, mas não poderia deixar, de forma alguma, de citar com muito orgulho e muita satisfação a presença dos vereadores mirins do município de Guarimirim, que fazem parte de um programa iniciado pelo nosso querido amigo, falecido recentemente, vereador Marcos Mannes e que tem sequência pelas mãos do meu querido amigo Ilton Píram, coordenador-geral, que acompanha os nossos vereadores no dia de hoje.

Quero cumprimentar a Bruna Maria Morsch, presidente dos vereadores mirins, e também os demais vereadores presentes. Eles fazem parte da 5ª Legislatura. Estão presentes também os vereadores das quatro legislaturas anteriores e representantes do programa.

Cumprimento também o Sr. Francisco Schork, que é o coordenador pedagógico do programa. Todas essas pessoas se encontram nesta Casa no dia de hoje, a nosso convite, visitando as dependências da Assembleia Legislativa e tendo a oportunidade de conhecer mais de perto este Parlamento. Para mim é motivo de orgulho ter os representantes de Guarimirim nesta Casa no dia de hoje.

Muito obrigado, sra. deputada.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada sr. Deputado Nilson Gonçalves, por tão importante registro de jovens que doam suas vidas em prol do próximo. Eu também os cumprimento.

Sr. presidente, quero falar um pouquinho das doenças que mais matam

mulheres em nível de estado e de Brasil: o câncer de mama e o câncer de colo do útero.

A Rede Feminina de Combate ao Câncer tem realizado um brilhante trabalho colocando-se à disposição, muitas vezes, com poucos materiais descartáveis, recebendo arrecadações de anônimos, pessoas que doam materiais e produtos artesanais a serem vendidos para a compra de equipamentos que são usados para o exame de colo do útero.

Quero dizer que o país terá quase 500 mil novos casos de câncer em 2010, 489.270 casos já estão registrados, são cânceres de mama e de colo de útero.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer - Inca -, temos alguns registros de casos da doença no Brasil: são 49.240 casos a cada 100 mil mulheres; na região sul, 9.310 casos, cerca de 64,30% de novos casos a cada 100 mil mulheres. No nosso estado de Santa Catarina são 1.570 novos casos, cerca de 49,58% a cada 100 mil mulheres.

Em Florianópolis são 150 novos casos, dando um percentual, deputada Ada De Luca, v.exa. que também tem acompanhado muito esse trabalho da Rede Feminina de Combate ao Câncer, de 62,90% de novos casos.

A violência contra a mulher não acontece só através dos casos de doença, mas também acontece dentro de casa, através de agressões por parte do seu companheiro. Assistimos recentemente e estamos a todo instante assistindo, quando ligamos a nossa TV, a casos de violência contra as mulheres, como o caso daquela mulher do jogador do Flamengo, publicado também na revista *Veja*. Um crime bárbaro!

A mulher levanta cedo, põe a mesa, cuida das roupas, da educação dos filhos, do esposo, de toda a família, cuida dela mesma, é responsável pela sua saúde e muitas vezes é afligida por essas doenças de câncer de colo de útero e de mama. Além de tudo isso, a mulher ainda sofre esse tipo de agressão que, no caso, a Lei Maria da Penha não está dando amparo.

Chamo atenção das minhas colegas parlamentares, as deputadas Ada De Luca, Ana Paula Lima, Angela Albino, eis que já fizemos um trabalho brilhante para implementar em nosso estado de Santa Catarina a Lei Maria da Penha, que dá amparo à mulher nos casos de violência, porque as mulheres estão morrendo na calada da noite.

No estado de Santa Catarina, 70% da nossa população, deputada Ada De Luca, é representada pelo público feminino. E uma mulher, Maria da Penha, teve que passar por muito sofrimento para que se criasse essa lei.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Ouço a deputada Ada De Luca, porque tenho certeza de que ela enriquecerá o pronunciamento desta deputada.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputada Professora Odete de Jesus, parabéns pelo seu pronunciamento. A senhora sabe que somos 58% da população catarinense. E na hora em que as mulheres depositarem mais confiança nelas mesmas, muita coisa vai mudar. Outra coisa importante é que as nossas autoridades competentes não valorizam isso. Essa estatística que a senhora tem e a que eu tenho são as estatísticas oficiais. E existem mulheres que não registram queixa, que não denunciavam, que deixam o dito pelo não dito, que fazem esses números dobrar. Essa vergonha tem que parar! Há que se respeitada a Lei Maria da Penha.

Agora, nós, mulheres, temos que exigir respeito, e quando digo, nós, mulheres, deputada Professora Odete de Jesus, não sou eu, não é a senhora, não é a deputada Angela Albino ou a deputada Ana Paula Lima, são todas as mulheres juntas, todas num só coro, sem medo, porque elas sofrem ameaças se forem fazer as denúncias. Temos que nos apoiar, uma à outra, porque a criminalidade e as agressões contra as mulheres estão aumentando, triplicando a cada hora, a cada instante, inclusive, uma das piores agressões é a tortura psicológica, porque nesse caso a mulher morre e não se refaz, a não ser que ela possa pagar um bom terapeuta, mas mesmo assim, lá no seu inconsciente, aquela imagem não vai apagar nunca.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, deputada Ada De Luca.

E dizer que uma mulher foi devorada pelos cães? Isso nos angústia. Saber que uma mulher, porque o pai não queria assumir a paternidade de uma criança, foi lançada aos cães? Uma mulher foi morta igual a Tiradentes, esquartejada, e lançados os seus pedaços para os cães devorar. Isso é um caso bárbaro! A família catarinense não pode aprovar.

Eu vou voltar com esse tema numa outra oportunidade.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputada Professora Odete de Jesus.

Esta Presidência também registra, assim como o deputado Nilson Gonçalves, a presença dos vereadores mirins da 5ª Legislatura, da cidade de Guarimirim. Desejamos-lhes uma boa estada nesta Casa e que possam crescer muito para serem deputados, deputadas, governadores e, quiçá, presidente da República. Parabéns a todos!

Quero pedir licença aos deputados para a leitura dos atos da Presidência.

(Passa a ler.)

"O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Pedro Uczai, por um período de sessenta dias, a contar de 14 de julho do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de julho de 2010

(a) Deputado Gelson Merísio

Presidente" [sic]

"A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadã Angela Albino, 1ª suplente da Coligação Força do Povo, para ocupar a cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do senhor deputado Pedro Uczai.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de julho de 2010.

(a) Deputado Gelson Merísio

Presidente" [sic]

A deputada Angela Albino já prestou o seu juramento de posse anteriormente. Portanto, fica convocada e empossada a

deputada Angela Albino para exercer os direitos de parlamentar nesta Casa.

A Sra. Deputada Angela Albino - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, em primeiro lugar, é uma honra tomar posse pelas suas mãos. Agradeço e fico feliz que v. exa. esteja conduzindo a sessão neste momento. Gostaria, em público, de agradecer ao deputado Padre Pedro Baldissera, que se ausentou por três meses e que retorna a esta Casa na data de hoje. Ele conta em seu gabinete com pessoas, com um grupo do mais alto nível, da maior dedicação como servidores públicos que são e como militantes que também o são.

Gostaria de deixar este registro e também agradecer ao deputado Pedro Uczai que se ausenta agora, para que eu possa, por mais um mês, ocupar esta tribuna.

Se me permite, sr. presidente, também gostaria de agradecer a presença do João Ghizoni, ex-assessor do ministro dos Esportes, Orlando Silva, que me dá a honra de estar presente na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Angela Albino, v. exa. nos engrandece e engrandece este Parlamento, não só os deputados, mas também a bancada feminina desta Casa, que tão bem representa o nosso Parlamento.

O prazer é meu, a alegria é minha. Parabéns, sei que a senhora fará um grande trabalho nesses mais dois meses que aqui vai estar. E espero que no ano que vem possamos estar todos juntos aqui.

Que Deus reserve a reeleição a todos.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - É muita felicidade para nós, para a bancada feminina, ter a deputada Angela Albino conosco, uma pessoa de uma sensibilidade fora do comum, uma pessoa muito querida e amada por todos. Temos a certeza de que esta grande parlamentar, no próximo ano, estará conosco dando mais força para o nosso Parlamento catarinense, para o nosso estado que leva o nome de uma mulher, sr. presidente, Catarina. Temos que torcer para que muitas mulheres estejam aqui conosco.

Parabéns, deputada, é uma alegria tê-la aqui, novamente conosco.

Muito obrigada, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Professora Odete de Jesus.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

Com a permissão do deputado, enquanto ele vem à tribuna, esta Presidência comunica que recebe com pesar a nota de falecimento, em Florianópolis, do jornalista Acy Cabral Teive, fundador da Casa do Jornalista e do Sindicato dos Radialistas de Santa Catarina.

Este Parlamento deseja os pesares à família enlutada.

Agora, sim, com a palavra, o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas. E, falando nas deputadas, gostaria de cumprimentar a deputada Angela Albino, que nos dá a grata satisfação de atuar junto neste Parlamento, substituindo o deputado Pedro Uczai, dentro do rodízio da nossa chapa, porque o PCdoB faz parte da chapa passada, a que disputamos as eleições. No rodízio parlamentar da nossa bancada, do Partido dos Trabalhadores, temos essa companheira atuando, grande liderança, Angela Albino, do PCdoB. Estamos nessa caminhada juntos, assumindo grandes lutas no nosso estado, para melhorar a vida do povo catarinense.

Também gostaria de cumprimentar os nossos vereadores mirins de Guarimirim, que já estiveram pela manhã na nossa comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, acompanhando a nossa reunião, e a todos que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Hoje vou insistir num tema que já trouxe a esta tribuna em outros momentos. Trago o encaminhamento de uma reunião que fizemos lá na secretaria de estado da Fazenda, na semana passada, quarta-feira pela manhã, com o secretário Cleverton Sievert, para discutir a polêmica questão do Decreto n. 3.174, de 15 de abril, que implanta em Santa Catarina a substituição tributária.

A lei federal permite que os estados legislem sobre ICMS. Está sendo implantada no Brasil essa lei de substituição tributária que cobra o imposto na fonte, na indústria, principalmente. Só que nós estamos tendo uma grande polêmica no estado, porque esse Decreto n. 3.174 acaba com o Simples Nacional, acaba com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Por que acaba? Porque empresas pequenas estão-se favorecendo, no Brasil todo, com o Simples Nacional. E esse decreto, aqui em Santa Catarina, acaba destruindo essa conquista do Simples Nacional. As micro e pequenas empresas pagavam de R\$ 1,75 a R\$ 3,95 de impostos, que é tabela do Simples Nacional, e com essa nova forma da substituição tributária estão pagando 17%.

Eu conversei, ontem, com um supermercadista, um microempresário em Chapecó, que me disse que ele paga o imposto já na compra, porque o empresário tem que pagar o imposto dos seus estoques - ele paga na compra, já está embutido -, e que acaba pagando mais 7% na hora da venda.

Então, muita gente está querendo fechar as portas. Essa preocupação foi levada até o governo, e o estado está estudando uma forma de rever essa lógica, de não tirar a substituição tributária. E nós entendemos que até pode continuar existindo, pois achamos que é uma maneira melhor de fiscalização, com menor número de trabalhadores para fazer a fiscalização. Agora, o que não pode, de forma alguma, é essa mudança gerar essa insegurança, esse aumento da carga tributária no estado.

Por isso, queremos deixar bem claro a todos que nos acompanham pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital que essa é uma lei estadual. Inclusive, estão dizendo pelo estado que foi uma lei do presidente Lula, do governo federal, mas isso não é verdade. O governo federal, junto com o Congresso Nacional e todas as bancadas dos diversos partidos, construiu um grande acordo que já vai na direção da política da reforma tributária no Brasil, de unificar e de acabar com a guerra fiscal para as micro e pequenas empresas, ao menos. Já que não é possível, por falta de acordo com os estados, principalmente produtores, construímos uma reforma

tributária no país, criou-se a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa unificando o tratamento no Brasil todo para a micro e pequena empresa.

Agora, vêm essas leis estaduais destruírem essa grande conquista. E nós, na Assembleia Legislativa, criamos a subcomissão para tratar da implantação da Lei Geral em Santa Catarina: contribuimos muito nas mudanças e nas melhorias - inclusive, estamos discutindo mais um pacote de melhorias na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa -, e agora vem esse decreto acabar com esses direitos que já tinham sido conquistados pelas nossas micro e pequenas empresas, que são, na grande maioria, grandes geradoras de emprego e renda no nosso estado e no nosso país.

O que o nosso estado propõe? O estado criou o MVA (Margem de Valor Agregado), estipulou um valor médio na questão dos impostos e da carga tributária para essas empresas, e dentro desse valor médio propõe que as microempresas até R\$ 240 mil de faturamento ao ano tenham isenção da substituição tributária dessa média do valor agregado. E as empresas que têm acima desse valor, até R\$ 2,4 milhões, pagam 50%.

Nós entendemos que essa até pode ser uma proposta transitória. Agora, não aceitamos que as micro e pequenas empresas percam esse benefício que tinham conquistado no nosso estado. Esperamos que o estado respeite a Lei Geral e isente as micro e pequenas empresas, que estão enquadradas no Simples Nacional, do pagamento desse novo imposto da substituição tributária.

A nossa proposta é clara nesse sentido, e a nossa luta é para que o estado estude uma forma de resolver isso.

A secretaria diz que estão perdendo muito dinheiro. Mas era dinheiro que não existia, porque as empresas enquadradas no Simples Nacional já não estavam pagando esse imposto. Como é que agora o estado começou a perder? Não é verdade! O estado não está perdendo, porque ele não estava cobrando esse imposto.

Por isso, entendemos que a sociedade reclame. E inclusive a Oposição, em nível nacional, reclama a todo o momento da carga tributária.

O governo federal criou alguns mecanismos para diminuir a burocracia, o número de impostos e a carga tributária para as micro e pequenas empresas, e agora o governador Leonel Pavan e o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, apoiados pelo Democratas, criam esse aumento de carga tributária para a micro e pequena empresa do estado de Santa Catarina.

É nesse sentido que estamos com uma proposta muito firme, eis que a micro e pequena empresa têm uma lei, uma política nacional, que é o Simples Nacional, que tem que ser respeitada também aqui em Santa Catarina!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Inscrito para falar o sr. deputado Nilson Gonçalves, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, faço questão de salientar a presença honrosa dos representantes do município de Guarimirim, que nos dão a satisfação da sua visita.

Essa iniciativa do falecido Marcos Mannes, ex-vereador de Guaramirim, tem que ser enaltecida, porque é através dos jovens que podemos ter a esperança de alguma coisa melhor para o nosso futuro. E a iniciativa de criar a figura do vereador-mirim em Guaramirim, por parte do nosso saudoso Marcos Mannes, só tem que ter, de nossa parte, todo o respeito e admiração, até porque em seguida foi passada às mãos do meu querido amigo Ilton Piram, hoje assessor de imprensa da Câmara de Vereadores de Guaramirim e coordenador-geral desse trabalho...

Estamos indo já para a quinta legislatura! Quantos jovens já passaram por essa experiência em Guaramirim? E quem sabe quantos destes teremos no dia de amanhã representando o município na Câmara de Vereadores, ou quem sabe numa secretaria, ou quem sabe como candidato a prefeito daquele querido município?

Quero cumprimentar a Bruna Morsh. E peço que ela se levante para que eu possa conhecê-la. Prazer em conhecê-la! E cumprimentando-a quero que todos se sintam também cumprimentados.

Gostaria de cumprimentar também o Francisco Schork, coordenador pedagógico. Muito obrigado, Francisco, pela sua presença aqui também, e um grande abraço!

Cumprimento os representantes das legislaturas anteriores que também se encontram aqui no dia de hoje exercendo a sua cidadania. Espero que tenham tido um bom proveito, que tenham conhecido as dependências deste Poder e entendido como funciona esta Casa. E tão logo eu deixe a tribuna, terei o prazer de recebê-los no meu gabinete, para que possamos estreitar um pouco mais essa conversa.

Sr. presidente, temos, nesta Casa, o Fórum Permanente de Discussão das Demarcações de Terras Indígenas, do qual eu sou o responsável. Esse fórum foi criado justamente por conta, eu diria, do quase desespero e da angústia dos proprietários de terras das regiões de Araquari, São Francisco do Sul, Barra Velha e Barra do Sul. E posso dizer nós, porque a cada decisão tomada em relação à demarcação de terras indígenas sentimos como se fôssemos também parte daquele pessoal que está gastando uma barbaridade com advogados, que está perdendo horas preciosas de seu tempo para fazer valer os seus direitos.

Eu vejo, com muita satisfação, já estampada no jornal *A Notícia*, que circula em todo o estado, uma matéria sobre o assunto.

Recebi também da Associação dos Proprietários, Possuidores e Interessados em Imóveis nos Municípios de Araquari e da Região Norte/Nordeste de Santa Catarina todo o processo, detalhadamente, e pude, com muita alegria, constatar que pelo menos por hora essas pessoas não serão arrancadas de suas propriedades e terão pelo menos mais tempo para defender os seus direitos e a sua propriedade, eis que tão bem está assentado nessa Constituição deste país o direito à propriedade. E por conta desses assentamentos, dessas demarcações de terras indígenas, muitos proprietários estão na iminência de perder o seu quinhão, de perder as suas terras. E também por conta de atos esdrúxulos que aos poucos vão sendo colocados às claras e tendo uma melhor solução.

Está escrito aqui o seguinte:
(Passa a ler.)

"Justiça suspende demarcação

A Justiça Federal atendeu pedido da associação dos donos das áreas, e a Funai está proibida de levar adiante a homologação das quatro reservas indígenas no norte de Santa Catarina. O conteúdo da liminar foi publicado na sexta-feira e pode ser alvo de recursos. Em outras duas ações, apresentadas individualmente, donos de terras haviam conseguido suspender a demarcação. As reservas ocupam áreas em Araquari, Barra do Sul e São Francisco. Todas estavam no estágio de posse indígena, o último antes da demarcação. A argumentação dos proprietários atacou em várias frentes. A principal é a negativa de tradicionalidade, o alicerce da demarcação.

Os índios poderiam ter sumido e voltado há apenas 20 anos, mas a região foi ocupada pelas tribos no passado remoto, alegou o último laudo da Funai. A defesa contestou alegando que os índios apenas passavam, sem fixarem-se. Foi apontada como desproporcional a entrega de nove mil hectares para 333 índios e foram lembrados os títulos de propriedade, de décadas, obtidos, entre outros." [sic]

Eu faço questão de citar, para que fique registrado, o nome do maior defensor da demarcação de terras indígenas na minha região, o nome do maior defensor dos índios da minha região, aquele que carregou cesta básica para os índios, aquele que atendeu os índios doentes, aquele que levou para tratamento os índios viciados em bebida alcoólica, o padre Fachini, por quem tenho a mais profunda admiração e respeito. Ele estava achando um verdadeiro absurdo esses nove mil hectares para apenas 333 índios. Ele, o defensor dos índios, estava achando um absurdo e tentou, de todas as maneiras, convencer a Funai de que o que estavam fazendo beirava o absurdo, mas não foi ouvido.

Segundo o seu entendimento, havia uma pequena gleba de terra, que ele, inclusive, havia mostrado, em consenso com os índios, num pequeno local, que não iria atritar com ninguém. Eles iriam ficar muito bem instalados lá, tranquilos, mas ninguém lhe deu ouvidos. E estávamos na iminência de ver a demarcação final de terras indígenas em 9.000ha, arrancando da propriedade pessoas que têm o documento legítimo, fazendo como que saíssem de uma terra que era sua de direito, para entregar para 333 índios.

Fico feliz que, pelo menos, a Justiça está olhando com bastante clareza esse fato e deu uma oportunidade a mais a esses proprietários para que possam fazer valer os seus direitos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu gostaria, sr. presidente, de fazer um registro. Hoje é considerado o Dia do Amigo. Então, quero que todos que nos ajudam a fazer este Parlamento, os 40 deputados, os assessores, os policiais militares, os funcionários da Casa, os colegas da imprensa e quem nos está assistindo, recebam o meu abraço e o do meu filho, Rhuan Kennedy, que está aqui na Casa para passar o dia com o pai, pois ele é o meu melhor amigo.

Quero deixar esse registro. E gostaria que v.exa., sr. presidente, que é um grande amigo, recebesse um abraço no Dia do Amigo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado ao deputado Kennedy Nunes e também ao seu filho. E deixo aqui um abraço a todos os nossos amigos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caro deputado Moacir Sopelsa, caros colegas deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público presente nas galerias, gostaria de fazer o registro de que os diretores do Sindicato da Saúde, do SindSaúde, continuam batendo de porta em porta, correndo atrás, procurando autoridades do governo, para ver se o acordo de encerramento da greve, acontecida no final do mês passado e encerrada no dia 2 de julho, vai ser cumprido.

Mais uma vez saíram da secretaria da Saúde com um papel assinado por autoridades do governo, que se comprometeram com algumas questões. Reuniões aconteceriam já na semana subsequente, mas até agora não houve nenhuma notícia que pudesse dar algum alento ou garantir que aqueles encaminhamentos e aqueles acordos fossem cumpridos.

Estão aqui na Assembleia Legislativa e irão procurar outras autoridades do governo para ver se o processo de enrolação pode chegar a um final.

Infelizmente, não tenho outra palavra a dizer, a não ser que seja um processo de enrolação, lento, gradual e continuado, de negociações que nunca chegam a lugar nenhum, de solução que não se resolve, de medidas tomadas meses atrás, de privilegiamento de subgrupo interno do setor de saúde pública do estado. Porque quando é para favorecer meia dúzia de bem aquinhoados, aí é rápida a coisa, aí tudo funciona, vem medida provisória, vira decreto e, instantaneamente, o governo toma decisões e toma resoluções no sentido de encaminhar, mas quando é para atender aos servidores, no conjunto geral, ou seja, cada uma das secretarias, nesse caso específico a da Saúde, aí a amarração e a enrolação estende-se cada vez mais.

Também parece que há mais gente torcendo para a situação piorar aqui no estado, inclusive neste período pré-eleitoral. Estamos em pleno período eleitoral, desde o dia 3 de julho, e a greve foi encerrada dia 2, mas parece que há pessoas querendo que a greve seja retomada, que o movimento continue, que a saúde pública piore mesmo a dois meses e meio do processo eleitoral. Por certo, muita gente vai perder com esse processo.

O governo, além de vetar as emendas à Medida Provisória n. 170, e nós derrubamos o veto aqui há duas semanas, agora entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, em prejuízo dos trabalhadores do Iprev, da PGE e da secretaria da Administração.

Na área da segurança pública a discriminação salarial se aprofundou neste final de segundo mandato do governo Luiz Henrique, e a herança maldita assumida por Leonel Pavan não foi revista. Aquilo que o governo Leonel Pavan poderia fazer por conta própria, o que é de competência exclusiva do governador e inclusive as questões que não traziam impacto financeiro, também não estão sendo resolvidas.

O PL n. 0101/2010, aprovado nesta Assembleia Legislativa, beneficiando oficiais e praças, tenentes-coronéis, primeiros-sargentos e no futuro outros postos de oficiais e outras graduações de praças, foi vetado pelo governador Leonel Pavan, ao que consta, por orientação e pedido do próprio comando, da própria cúpula da instituição ou pelo menos da maioria dela.

O governador Leonel Pavan que assumiu há mais de três meses, no caso, falando especificamente da vontade de dar anistia aos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, fica na enrolação, continua o diz-que-me-diz-que e nada. Agora está um tal de dissimular nos corredores do palácio do governo, deputado Jorginho Mello, sobre a questão da anistia dos praças.

De novo, mais uma vez, lamentavelmente...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela Rádio AleSC Digital e pela TVAL, é muito bom estar aqui e ocupar o espaço destinado ao Partido Progressista, que está vivendo um momento muito interessante. Observamos, nas caminhadas pelo estado, uma motivação muito grande pela mudança.

A nossa candidata ao governo do estado, deputada federal Angela Amin, o seu candidato a vice-governador, Manoel Dias, do PDT, e os candidatos a senador, Hugo Biehl e Bete Tiscoski, estão extremamente animados com o que estão ouvindo, com as manifestações das pessoas. E isso deixa o partido extremamente forte, coeso, dentro de um mesmo objetivo, que é estar dando uma cara nova na governabilidade, com um governo principalmente focado na segurança e na saúde com resultados. Eu acho que o resultado não é só boas obras para aparecer na televisão. O melhor resultado de um governo é o atendimento e a satisfação do seu melhor cliente, o cidadão comum.

Por isso, todos nós, candidatos a deputado estadual, a deputado federal, juntamente com os candidatos ao Senado e a candidata majoritária Angela Amin e Manoel Dias estamos indo de região em região. Hoje, mesmo, ela está lá na região oeste do estado, em Chapecó, ouvindo o povo. Neste momento está visitando o Hospital Regional de Chapecó. Com essas visitas, já como candidata, está checando *in loco*, no sentido de verificar quais são as medidas necessárias, para que a partir de janeiro sejam implementadas essas medidas, caso nós possamos ser os vencedores dessa eleição.

Eu quero dizer a todos vocês que estão nos assistindo, aos progressistas: Vamos lá! É a hora! Está bom demais ouvir as pessoas, ouvir a necessidade das pessoas. E eu sempre digo, deputado Lício Mauro da Silveira, que todo governo chega a um determinado momento em que estanca. É igual a um elástico. E neste momento é preciso apertar, segurar alguma coisa. Chega um momento em que o elástico fica velho, e quando o elástico fica velho não aperta e não segura mais nada. Para o governo que está aí há oito anos, deputado Lício Mauro da Silveira, chegou o momento de mudar. Por quê? Eu

estava ouvindo o deputado Sargento Amauri Soares, colocando que de novo está havendo enrolação com relação àquilo que vem sendo falado há tanto tempo aos funcionários públicos da Saúde.

Esses servidores foram enrolados pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira durante sete anos e meio e agora, deputado Sargento Amauri Soares, continuam a ser enrolados. Vão dizer que o momento é eleitoral e não sei o que mais, ou seja, a enrolação é grande. O mesmo acontece com relação à Lei n. 254, dos praças da Polícia Militar, ou seja, enrolação e enrolação.

Agora, se vocês observarem o material de propaganda, deputado Sargento Amauri Soares, que vem por aí, parece que o estado de Santa Catarina não tem nada para resolver, deputado Lício Mauro da Silveira, porque pela propaganda está tudo muito bem, está tudo resolvido. O povo não está mais viajando de ambulância para cima e para baixo para fazer os seus exames. Parece que aqui em Florianópolis não estamos mais recebendo ninguém do interior do estado, que só está sendo atendida a população da Grande Florianópolis com relação aos exames, tanto de alta complexidade quanto ao simples exame de Raios-X.

Muitas vezes as pessoas têm que pegar uma ambulância, um microônibus, um ônibus. Esses dias eu encontrei um ônibus parado, na ida para Criciúma. Eu parei no restaurante da Lagoa e havia um ônibus cuja placa do itinerário era Saúde. Eu achei interessante, deputado Jorginho Mello, a placa do itinerário do ônibus ser Saúde. Eu pensei: será que há um município com esse nome? E perguntei ao motorista do ônibus onde ficava essa cidade. Ele respondeu: eu estou vindo de Praia Grande e estou levando os doentes daquela região para atendimento de saúde em Florianópolis.

Então, agora não é mais "ambulancioterapia", agora é "onibustherapie", com a plaquinha do itinerário "saúde". Essa é a realidade, mas a propaganda vai deixar tudo de lado, vai dizer que está tudo muito bem.

Agora, chegou a hora de falarmos para a gente catarinense que precisamos de um governo sério, de um governo de mudança, de alguém que foi por duas vezes prefeita de Florianópolis e por seis vezes a melhor prefeita de capital. Agora vamos poder implantar um governo voltado ao cidadão, com resultado para o cidadão e não para as agências e órgãos de publicidade que faturaram como nunca. Nesses oito anos de governo, quem mais ganhou foi a publicidade e a propaganda, porque o que foi feito de churrascada, de foguetada e de festa, para dizer que tinham resolvido tudo, e nada foi resolvido, é uma coisa absurda.

Lá em Joinville, deputado Dado Cherem, e é sempre assim, em época de eleição vem o assunto da GM - General Motors. Desde quando o ex-governador Luiz Henrique da Silveira era candidato a prefeito, eles vêm falando disso. Sempre quando chega época de eleição eles dizem que a GM vai ser aberta em Joinville.

Já foram estourados foguetes, foram asfaltadas as ruas, foi feito isso e aquilo, ou seja, já foi feito de tudo. Em época de eleição volta o assunto da General Motors em Joinville. Já receberam um monte de benefícios. O Luiz Henrique já tirou, por várias vezes, o benefício do asfaltamento dos joinvilenses para colocá-lo no caminho onde seria implantada a General Motors. Mas até agora só balela. E quando vem de novo o tempo de eleição, começa essa balela novamente, ressuscitam esse defunto,

porque desde 1996 escuto essa história da General Motors ser implantada em Joinville.

Tomara que agora aconteça. Tomara que agora não venha uma crise mundial. Tomara que agora não venham outras coisas. Eles fazem esse jogo. A General Motors diz que agora vai se instalar, mas aí vem o governo de Minas Gerais, por exemplo, e oferece mais alguma coisa. E eles ficam naquele jogo de empurra-empurra e de negociata para ver qual é o governo que dá melhores condições para que a empresa possa ser instalada, enquanto o nosso micro e pequeno empresário, se quiser arrumar um financiamento, seja no Badesc, no BRDE ou em qualquer outro lugar, precisa de um monte de certificados, certidões. Sempre fica complicado conseguir esse tipo de financiamento, mas para as empresas grandes não fica. Elas negociam, elas jogam para cá, para lá, e sempre na época de eleição, para ajudar um candidato aqui, outro ali, e na verdade o município fica a ver navios.

Chega de propagandas. O povo não precisa de propaganda. O povo precisa de atendimento médico na cidade em que vocês estão me assistindo, no posto de saúde, no hospital. Chega de fazerem viagens e mais viagens para terem atendimento aqui na capital, quer seja de alta complexidade ou não. É preciso haver a descentralização verdadeira, ou seja, precisa-se levar o serviço até lá. E não estou falando somente na questão da saúde, estou falando na questão das escolas. As merendeiras, agora, com essa nova licitação feita, estão recebendo o salário atrasado e em duas parcelas ainda. Até aonde vamos?

Chegou a hora, catarinense, de mudarmos. Chegou a hora de fazermos algo diferente, um governo voltado para o cidadão e para a sua qualidade de vida.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense que nos ouve.

Quero-me referir no dia de hoje à sociedade catarinense e falar um pouco sobre saúde.

Eu, como médico ortopedista, representante do planalto norte, devo, sim, dizer a Santa Catarina que a saúde no planalto norte mudou. E mudou para melhor. Começarei falando no município de São Bento do Sul, onde foi realizada uma reforma no centro cirúrgico do Hospital Nossa Senhora de Fátima.

Foi levada à prefeitura de São Bento do Sul um aparelho de ultrassonografia, um neuroencefalograma. São Bento do Sul é o primeiro município do planalto norte a poder fazer captação de órgãos para transplantes.

Temos que nos referir ao município de Mafra, onde a UTI do hospital está prestes a inaugurar um trabalho realizado junto com o governo do estado, em que foram gastos mais de R\$ 1.300 mil.

Vamo-nos referir a Porto União, onde há um centro oncológico, uma unidade importante de oncologia, para o tratamento de doentes portadores de câncer. Mas não é só isso, em Porto União, existe um tomógrafo computadorizado, que atende às necessidades da população do planalto norte. Existe em

Canoinhas a ressonância magnética, e os exames são feitos com perfeição. A ressonância está completa, com capacidade de 1,5 tesla; isso significa a qualidade do aparelho.

Há uma UTI completa funcionando na cidade de Canoinhas, no Hospital Santa Cruz, que foi inaugurada no final do ano passado e está em pleno funcionamento, com dez leitos, respiradores e toda infraestrutura, com médicos 24 horas, como determina a lei. Trata-se de uma UTI que cuida com qualidade dos doentes. É isso que nós precisamos, qualidade no atendimento médico.

Contamos também com o grande complexo Cisamurc. Esse consórcio de saúde realiza também um grande trabalho. A mamografia, que antes não era feita na cidade de Canoinhas, é hoje realizada; o arco cirúrgico foi levado para lá, e o pessoal da ortopedia poderá fazer cirurgia olhando na televisão o osso fraturado, acompanhando a maneira de fazê-la, tornando esse ato mais rápido, mais eficiente e, portanto, com menos tempo de anestesia e com mais segurança para os pacientes.

Tudo isso devemos ao governo do estado, Leonel Pavan, ao deputado Dado Cherem, que tem nos ajudado. A eles fazemos os nossos agradecimentos.

É verdade que passamos momentos difíceis na Saúde, mas isso depende do governo federal, que precisa aprovar a PEC n. 29. O governo Lula tem que fazer um esforço para liberar mais dinheiro, mais verbas para a Saúde, que precisa de mais qualidade. Sem recursos econômicos não vamos ter essa qualidade. E é, sim, importante que o governo federal faça os credenciamentos para o atendimento de alta complexidade no interior deste estado, porque quanto mais resoluções ocorrerem nos municípios, menos problemas haverá na capital e nos grandes centros. Essa é a grande verdade com relação à Saúde.

Temos a certeza de que devemos também nos preocupar com a saúde preventiva. Fomos nós que fizemos a primeira audiência pública sobre a questão do crack, aqui, na Assembleia Legislativa, da qual participaram vários segmentos. Nessa audiência foi dito que o uso do crack durante cinco anos causou a morte de um terço dos pacientes viciados. O outro um terço são drogados que não têm recuperação, e o outro um terço são aqueles que têm a chance de buscar a recuperação. E essa recuperação vem com o nosso pedido para que o governo federal e estadual criem centros de recuperação nas principais cidades, nas SDRs. Precisamos fazer com que esses centros de recuperação comportem médicos, psicólogos, enfermeiros, pessoas capacitadas que dêem o suporte para a recuperação dos drogados, recuperação dos dependentes químicos, recuperação daqueles que necessitam não só desse tipo de tratamento, mas do tratamento mental, do tratamento psicológico e do tratamento da família, porque a família é destruída através das drogas, através do crack, através da cocaína, através dos sintéticos e por que não dizer também através da bebida alcoólica.

Temos a certeza de que nós estamos fazendo a nossa parte com a comunidade; estamos fazendo leis para que realmente a sociedade seja a grande beneficiada.

Sr. presidente, o tempo restante do horário do PMDB será utilizado pelo deputado Dado Cherem, que continuará falando em saúde.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O deputado Dado Cherem fará uso da palavra no restante do tempo do PMDB.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Em primeiro lugar, sr. presidente, quero fazer um agradecimento ao deputado Antônio Aguiar por me ceder esses oito minutos restantes do PMDB, ele é médico e sabe da importância do debate sobre a saúde pública.

Sr. presidente, srs. deputados, venho a esta tribuna porque, há uns 20 dias, 30 dias, houve um movimento em Santa Catarina em direção a Brasília, quando tivemos a notícia que o estaleiro no município de Biguaçu poderia não sair por questões ambientais e que isso traria ao estado de Santa Catarina um prejuízo econômico muito grande. Movimentaram-se o governador, senadores da República, deputados federais, deputados estaduais, lideranças políticas e econômicas deste estado, dando a entender que a vinda desse estaleiro seria o elixir para todos os problemas de Santa Catarina.

Com certeza a vinda desse estaleiro é de uma importância muito grande para o estado de Santa Catarina, só que a movimentação política foi muito forte, muito grande. E não vejo hoje, deputado Antônio Aguiar, essa mesma movimentação de ir a Brasília pedir aos congressistas que aprovem a Emenda 29 para trazer mais recursos para a Saúde e para tentar resolver ou ajudar o problema de seis milhões de catarinenses. O que tenho visto e ouvido, deputado Gilmar Knaesel, nos últimos meses, já que a eleição começa a se tornar acalorada, são marqueteiros, assessores e mágicos de plantão tirando coelhos da cartola, como se nesse período fossem resolver todos os problemas da saúde pública.

Eu tenho aqui o jornal *A Notícia*, de Joinville, do dia 13 de julho, em que o editorial diz o seguinte: "Preocupação com saúde. Uma pesquisa feita no estado mostra que a prioridade número um dos catarinenses é a saúde pública." Está corretíssima essa percepção da população catarinense. E o jornal *A Notícia* diz que se fosse feita no município de Joinville essa pesquisa, com certeza refletiria a necessidade do município de Joinville. Na pág. 15 do mesmo jornal, diz, em relação ao Orçamento Regionalizado, que os bairros daquele município pedem também postos de saúde como prioridade do governo municipal.

Ora, sr. presidente deputado Jorginho Mello, se eu fosse fazer a crítica fácil, a crítica sem fundamento, a crítica leviana, com certeza cairia em cima do gestor municipal de Saúde de Joinville. Mas não vou fazer isso, porque conheço o secretário Tarcísio Crócomo, sei da sua índole, sei da sua vontade de acertar no município de Joinville, mas gestão e saúde pública é uma coisa muito mais complexa do que simplesmente apontar o dedo tentando dizer que há um culpado pela não-organização do complexo em Santa Catarina.

Saúde pública vai muito além de palavras, vai muito além de matérias jornalísticas. Saúde pública começa, em primeiro lugar, com a vontade política de resolver, vontade que tiveram na hora de tentar trazer o estaleiro para Biguaçu, para Santa Catarina. Começa, portanto, com a vontade política. Em segundo lugar, é necessária também uma pactuação entre o município, o estado e a união, numa gestão tripartite. Ai é que a coisa começa a ficar complicada.

Lendo hoje a entrevista da candidata do PP ao governo do estado, acredito que ela, candidata, acertou no bolo, mas errou no recheio, porque dizer que o Hospital Materno-

Infantil está fechado há oito anos é um absurdo. Com certeza algum assessor, acredito eu, informou muito mal à candidata a governadora.

Sr. presidente, acho até que esse debate está vindo à tona de forma positiva. Quando se fala em criar centros de excelência em saúde pública, lá em Canoinhas, deputado Antônio Aguiar, pergunto o seguinte: há dinheiro para abrir mais um serviço de alta complexidade? Vontade há, médicos existem, pacientes também, mas o ministério da Saúde tem dinheiro para abrir esse serviço? Aqui fica o primeiro ponto de interrogação. O segundo é o seguinte: os médicos aceitarão trabalhar a R\$ 7,50 a consulta, lá em Canoinhas, deputado Antônio Aguiar? Esse é o segundo ponto de interrogação. E o terceiro é o seguinte: vai haver equipamentos e unidade física para fazer esse serviço?

Então, é muito fácil dizer que é problema de gestão, só que o SUS é complexo e por isso é necessária a participação dos três entes federados de uma maneira honesta, transparente, e não apontando o dedo.

Hoje nós somos governo, amanhã podem ser outros partidos políticos, mas todos, sem exceção, têm que, efetiva e honestamente, elencar a saúde como prioridade de gestão e não como prioridade de campanha política.

Eu vou completar 22 anos de vida pública, muitos deles dedicados à saúde pública do meu município, da minha região ou de Santa Catarina, e volto a frisar, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que conhece muito bem a realidade do planalto norte, como também a conhece muito bem o deputado Silvío Dreveck, muito foi feito, muito falta fazer, mas tem que ser feito com transparência, com dedicação e com vontade política. Senão, daqui a quatro anos novamente vamos ter novos mágicos de campanha, novos marqueteiros, porque a pesquisa apontou a saúde como prioridade e agora passam a falar sobre saúde pública, mas com propostas concretas não vi ninguém. Vi apenas palavras, e palavras são palavras, que podem ser coladas agora ou amanhã.

Eu quero, sim, que em palavras digam de onde vai sair o resultado, de onde vão sair os recursos para resolver esses problemas, porque é muito fácil falar, mas resolver, com certeza, é muito mais difícil.

Por isso, srs. deputados, cada vez que falarem de saúde pública, vou subir a esta tribuna e elaborar as perguntas, para que tragam as respostas.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com o palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, queremos, iniciando o dia de hoje, apresentar uma proposta polêmica, mas necessária para Santa Catarina e que vai envolver diretamente o nosso Parlamento.

Aproveitando o preceito constitucional, que determina que uma das competências do Poder Legislativo seja a convocação de plebiscito para discutir assuntos importantes para o estado de Santa Catarina, gostaria de dizer que há muito tempo se discute a questão que envolve um dos símbolos do nosso estado, que é o Hino de Santa Catarina, que foi adotado através do Decreto Governamental n. 1.892, aprovado pelo

Congresso Representativo do Estado, em 06/9/1895, cuja letra é da autoria de um carioca, o poeta Horácio Nunes Pires, e a música de um pernambucano, José Brazilício de Souza.

O que nós queremos efetivamente com o plebiscito, se assim a maioria dos deputados decidir, é iniciar uma discussão com a sociedade catarinense sobre esse assunto.

(Passa a ler.)

"Não estamos propondo simplesmente a alteração do hino, mas querendo provocar uma discussão que há muito circula entre vários setores da sociedade. E a discussão essencial é: o nosso hino nos representa? Cabe perguntarmos qual é a verdadeira função de um hino. Qual o motivo da existência de um hino? O que um hino tem que representar? A partir dessas indagações acreditamos que fique mais fácil avançarmos no plebiscito proposto.

A palavra hino, na sua origem, quer dizer, entre outras definições, 'poesia acompanhada de música, em honra de uma nação, cidade, partido ou agremiação esportiva'. Essa definição nos é oferecida no *Dicionário Etimológico*, de Antônio Geraldo da Cunha.

Questionamos: para que temos um hino? Óbvio nos parece que um hino tenha que falar de sua gente, de sua nação e de suas identificações. Um hino deve ter o fervor das veias de sua população. O que identifica uma nação é sua cultura, sua geografia, sua gente e seu modo de vida. Um hino serve para criar uma identificação e o sentimento de coletivo de um povo, uma tribo ou mesmo uma agremiação. Um hino existe para dar a noção de pertencimento, noção de grupo e de coletividade. Assim é nos clubes de futebol, assim são os hinos de muitas nações.

Em nosso estado temos um fator muito estranho. É consenso que a maioria da população catarinense, ainda que queira, tem dificuldades de memorizar seu hino. Essa dificuldade, em nosso entendimento, provém do fato de ser uma letra de difícil memorização.

O professor da Universidade Federal de Santa Catarina, que também é membro da Academia Catarinense de Letras, Evaldo Pauli, vem discursando faz anos acerca do assunto. E, para nós, ele tem completa razão ao dizer que o hino de Santa Catarina não faz nenhuma referência ao estado de Santa Catarina.

Srs. deputados, o nosso hino, na forma de hoje, pode ser atribuído a qualquer estado da Federação brasileira, porque não particulariza, não cita um só traço da cultura catarinense. Ele não considera um aspecto das nossas múltiplas raízes culturais. Ele não revela um aspecto geográfico, político ou cultural de nosso estado. Basta olharmos para o hino dos estados vizinhos que perceberemos a diferença. O Hino do estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, fala da façanha e da luta farrroupilha pela liberdade. O do estado do Paraná é um elogio ao próprio estado. Em ambos os casos citados percebe-se nitidamente que o hino foi feito única e exclusivamente para cada um.

O Hino do Estado de Santa Catarina não tem um indicio, uma característica, uma menção que nos remeta ao nosso próprio estado. Fala da abolição da escravatura. Mas ainda que tenhamos tido escravos, estamos longe de ser um estado que tenha como característica principal a luta pelo abolicionismo.

Os simplistas, como afirma o professor Evaldo Pauli, dirão que basta ensinar

o hino, contudo sabemos que mesmo quem o ouve têm dificuldades de internalizá-lo.

Queremos deixar claro que a proposta do plebiscito é justamente para criarmos o debate. Entendemos que se o povo catarinense optar pela permanência do hino vigente, ainda assim, toda a sociedade ganhará com o debate. Muitos, por conta do plebiscito, serão instigados a ler, conhecer, ouvir o nosso hino, para poder decidir se ele realmente nos representa ou se não diz nada de nossa gente.

Um hino deve estar na voz de sua gente. Então a discussão acerca do assunto por si só já é um grande ganho para a sociedade catarinense. Por isso, independentemente do resultado que tenhamos no plebiscito, todos os catarinenses ganharão com o debate.

Cabe a esta Casa decidir."

Precisamos de 28 deputados para dar sequência à proposta do plebiscito. Abririamos hoje a questão às bancadas, aos deputados, para que livremente possam acompanhar essa proposta, para que, se aprovada for, aí sim, no pleito subsequente a este, a Justiça Eleitoral possa inserir essa proposta para apreciação dos catarinenses.

Quero dizer que tive uma conversa prolongada sobre esse tema quando secretário de Cultura, Turismo e Esporte com o Conselho Estadual de Cultura, que não decidi, mas que avançou no debate. Há propostas favoráveis à mudança e outras pela permanência. Da mesma forma, houve uma discussão com o nosso Instituto Catarinense Histórico e Geográfico, que já debateu o assunto e que se coloca amplamente contrário à proposta de mudança.

Temos que respeitar esse posicionamento e caberá a eles um espaço dentro do plebiscito para fazer a defesa do hino, como também à Academia Catarinense de Letras, que tem posição idêntica ao Instituto Catarinense Histórico e Geográfico. E aqueles que têm posicionamento contrário deverão se posicionar dentro dessa proposta de plebiscito.

Então, meu líder, deputado Serafim Venzon, dentro da bancada do PSDB, juntamente com os demais deputados, haveremos de iniciar esse debate na Assembleia Legislativa, pois tenho certeza absoluta que é uma necessidade, para que um dos grandes símbolos de um estado, que é o hino, possa efetivamente se consolidar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. Deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, minha saudação a quem nos visita na Assembleia Legislativa, a quem nos assiste pela TVAL e aos ouvintes da Rádio Digital Aleesc.

Hoje é o Dia da Amizade, deputada Professora Odete de Jesus, e quero dar um abraço em todos os amigos. Talvez por isso a sessão esteja tão calma, mas é interessante isso.

Tivemos, neste final de semana, alguns eventos no sul do estado, inclusive, deputado Serafim Venzon, em Siderópolis.

Nós já fizemos aqui uma reivindicação, em outra ocasião, chamando a atenção do Deinfra a respeito da necessidade de manutenção da estrada de Siderópolis a

Urussanga. O deputado Serafim Venzon esteve lá e confirmou que a estrada está intransitável.

Então, quero mais uma vez chamar a atenção do Deinfra e pedir a manutenção da estrada que corresponde ao trecho Siderópolis/Urussanga, que é estadualizada, para que possamos deixá-la em condições de trafegabilidade, porque há um grande escoamento devido à produção agrícola e à mineração. Há várias atividades econômicas na região, e aquela estrada merece a manutenção adequada.

Está sendo divulgada na região de Criciúma uma obra muito importante, o anel viário, em que o governo do estado está com o repasse de R\$ 6 milhões atrasados. Com isso a obra parou, não anda, não é concluída. Há muitos espaços para serem concluídos, para serem terminados, e a empreiteira acaba fazendo corpo mole, porque é muito dinheiro em atraso para uma empresa pequena bancar.

Gostaria também de chamar a atenção do governo do estado para a importância da obra. Acho que é uma vergonha uma cidade como Criciúma, polo do sul de Santa Catarina - entre Florianópolis e Porto Alegre é a maior cidade que temos no sul -, com essa dificuldade. Essa idéia existe há 20 anos. Fizemos o projeto de engenharia no nosso governo, investimos R\$ 6 milhões, porque o governador iria fazer a obra. E passados oito anos ela ainda não está pronta. São somente 35, 40 km, é pouco para o tamanho do estado, mas grande e importante para a cidade de Criciúma e toda a região carbonífera, deputado Genésio Goulart. É uma obra importante que está parada por conta desse atraso no valor de R\$ 6 milhões, porque daí não há empreiteira que agüente.

Quero nesse horário do nosso partido, deputado Dirceu Dresch, fazer uma homenagem ao vereador Márcio Souza, que está exercendo a prefeitura de Florianópolis, desde ontem, pelos próximos 12 dias, por conta da viagem do prefeito de Florianópolis, Dário Berger, que está de férias. Márcio de Souza é o vice-presidente da Câmara de Florianópolis, assumiu a condição de presidente da Câmara e está assumindo a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

É claro que ele vai tocar as questões que estão encaminhadas, mas do ponto de vista simbólico é importante para o Partido dos Trabalhadores, pela sua luta, pela questão dos direitos humanos, por ser um militante do movimento negro representando todo o movimento.

Quero fazer a nossa homenagem ao vereador Márcio de Souza que assume interinamente a prefeitura de Florianópolis nesses dias. Estamos aprovando uma indicação, hoje, aqui nesta Casa.

Queria, por fim, convidar a população do sul de Santa Catarina, hoje, para o lançamento da candidatura do nosso senador Cláudio Vignatti, lá em Capivari de Baixo. Estaremos às 20h30 em Criciúma, acompanhando a senadora Ideli Salvatti e também acompanhando os candidatos a deputados estaduais e federais na região sul do estado.

Estamos capitaneados pela nossa candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff, e no estado pela senadora Ideli Salvatti, nossa candidata a governadora, que está fazendo uma campanha extremamente animada, unificada, bonita, propositiva, repudiando todo tipo de baixaria, como vemos em nível nacional. Não queremos e não devemos entrar nesse tipo de campanha, porque isso não é salutar. A nossa campanha é

de propostas, de idéias, porque o Brasil precisa dar continuidade a esse processo que melhorou a vida dos brasileiros, que distribuiu renda e fez com que o povo pudesse viver melhor. Estamos sendo respeitados no mundo inteiro.

A principal obra do presidente Lula foi devolver a esperança ao brasileiro e dar a certeza de que este Brasil é um país que dá certo, é um país que tem um conjunto de oportunidades importantes, que nos orgulha muito, e queremos vê-lo cada vez melhor.

Aqui em Santa Catarina podemos ter um projeto afinado com as políticas federais, que olhe com mais carinho o povo catarinense - e essa é a mensagem que a senadora Ideli Salvatti tem levado -, que olhe o catarinense com respeito, priorizando a saúde, a educação, a assistência social, a segurança pública do catarinense, que devem ser olhadas como aspectos do desenvolvimento sustentável e da geração de emprego e renda.

Até 03 de outubro será um momento rico para fazermos esse debate construtivo de idéias que sejam a favor de Santa Catarina, será o momento de pensarmos o bem do nosso estado, de nos comprometer com um bom plano de governo, para que os próximos quatro anos sejam de trabalho, de realização, de determinação. É isso que queremos ver. Estamos num momento bonito e convido todos os nossos aliados para estarem às 18h30 em Capivari de Baixo, no lançamento dessa candidatura, e às 20h30 em Criciúma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo deputado do PTB que queira fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, gostaria de fazer o apelo aos deputados que se encontram nos gabinetes, para que compareçam ao plenário, pois teremos agora votações importantes que necessitam de quórum qualificado, que são 21 deputados.

Pediria aos deputados que estão nos gabinetes que venham ao plenário, pois temos vários projetos em pauta de interesse da sociedade catarinense e muitos deles necessitam de quórum qualificado. Precisamos de, pelo menos, 21 srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Elizeu Mattos, nós iremos fazer uma inversão da pauta. Primeiro votaremos as redações finais e os projetos que não dependem de quórum qualificado, enquanto aguardamos bater 16h, que é quando normalmente os deputados vêm ao plenário. E nesse meio tempo a assessoria irá informá-los de que já estamos na Ordem do Dia, muito embora não sejam 16h. Para ganharmos tempo vamos em frente.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2010.

Não há emendas à redação afinal.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0022/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

(Pausa)

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0031/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0080/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0599/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0152/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0109/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0144/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0148/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0149/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Constam ainda da pauta as redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0154/2010,

0161/2010 e 0185/2010, todos dispõem sobre declaração de utilidade pública.

Consulto os srs. líderes se podemos votá-las em bloco.

(As lideranças acquiescem.)

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0154/2010, 0161/2010 e 0185/2010.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas em bloco as redações finais.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0201/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0207/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0391/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0397/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0411/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0562/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0003/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0030/2010, de procedência do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina, que cria cargos no quadro de pessoal do Poder Judiciário.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.
(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)
DEPUTADA ADA DE LUCA sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA
DEPUTADA ANGELA ALBINO
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO ANTÔNIO CERON
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim
DEPUTADO CHIQUINHO ZENATTI
DEPUTADO DADO CHEREM sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO
DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL sim
DEPUTADO JAILSON LIMA
DEPUTADO JEAN KUHLMANN
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA
DEPUTADO MANOEL MOTA
DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO RENATO HINNIG sim
DEPUTADO RENO CARAMORI
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO RONALDO BENEDET sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI
DEPUTADO VALMIR COMIN sim
Está encerrada a votação.
Votaram 24 srs. deputados.
Temos 23 votos "sim", nenhum voto "não", nenhuma abstenção, mais o voto favorável do deputado Edison Andrino, temos 24 votos "sim".
Está aprovada a matéria em segundo turno.
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0176/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que institui o Dia da Ave no estado de Santa Catarina.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado por unanimidade.
O sr. deputado Rogério Mendonça não especifica o tipo de ave, deputado Nilson Gonçalves, o que permite outras interpretações, como aves de bom agouro.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.
A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - É importante que o autor da matéria, deputado Rogério Mendonça, este excelente deputado, grande homem público, possa explanar sobre o seu projeto, porque é terrível, sr. presidente, quando aves de rapina vão sobrevoar o trabalho que nós plantamos, vão beliscar. E depois, quando ficamos sabendo, que vergonha. Sr. presidente, é bem desagradável.
Não é este o caso do projeto do brilhante parlamentar, deputado Rogério Mendonça, ao qual vou votar favoravelmente, mas gostaria que v.exa explanasse o tipo de ave que consta no projeto.
O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.
O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Na verdade, sr. presidente, deputado Gelson Merísio, recebi essa sugestão em visita ao município de Chapecó, onde diversos ornitólogos colocaram que em São Paulo e em outros estados existe o Dia da Ave, através de lei estadual, e nós aqui em Santa Catarina ainda não tínhamos o Dia da Ave. E, na condição de engenheiro agrônomo, preocupado com a natureza, com a proteção da natureza, penso que esse dia serve de alerta para que possamos proteger as aves e não fazer como era antigamente. Lembro-me que, quando criança, usava funda e espingarda de ar comprimido para atirar nos passarinhos. Hoje, a mentalidade é diferente, os meus filhos, as crianças, os filhos dos meus amigos, todos, têm outra mentalidade, não matar e sim preservar.
Por isso, faço a proposta para instituir o Dia da Ave. Todas as aves, inclusive os tucanos também estão incluídos, porque também são aves com toda certeza.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Discussão e votação e segundo turno do Projeto de Lei n. 0180/ 2010, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Dia do Ferramenteiro.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0585/2009, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que altera o dispositivo da Lei n. 10.977, de 1998 (isenção do pagamento de custas e emolumentos).
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.
Em discussão.
(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0183/2010, de origem governamental, que altera a redação do "caput" do art. 6º da Lei Complementar n. 447, de 2009, que dispõe sobre a ampliação da licença gestação para a servidora efetiva e da licença paternidade ao servidor efetivo, cria a licença parental e estabelece outras providências.
Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0163/2010, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que altera a Lei n. 14.961, de 2009, que dispõe sobre o programa de incentivo à produção de cerveja e chope artesanais, a Lei n. 7.543, de 1988, que institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores, e estabelece outras providências.
Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.
Sobre esta medida provisória recaem alguns pedidos de destaque, e vamos apreciá-los em separados e prioritariamente, para depois votarmos a MP como um todo.
Vamos seguir a ordem de votação conforme o protocolo do pedido de destaque.
Inicialmente, discussão e votação do pedido de destaque da bancada do PT, assinado pelos deputados Dirceu Dresch, Décio Góes, Pedro Uczai e deputada Ana Paula Lima.
A emenda requerida destaque é a subemenda supressiva ao substitutivo global à Medida Provisória n. 163/2010.
(Passa a ler.)
"Art. 1º. Suprime o art. 10 da Emenda Substitutiva Global que modificou a Medida Provisória n. 163/2010." [sic]
Em discussão o destaque.
O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.
O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, nós estamos na fase da admissibilidade da medida provisória?
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não, deputado! Nós estamos votando a conversão em lei da Medida Provisória n. 163.
O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Certo! Eu pensei que fosse a medida provisória da licença...
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Já está votada a admissibilidade da outra matéria.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Nós estamos votando o pedido de destaque da bancada do PT, que suprime o art. 10 da emenda substitutiva global. Que fique bem claro aos srs. deputados! Se alguém quiser outro esclarecimento, que o faça. Se não houver, vamos submeter à votação o destaque da bancada do PT.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu não sei qual é o destaque, mas nós vamos votar o projeto original. Então, o encaminhamento é no sentido de rejeitar o destaque apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que concordam com o destaque permaneçam como se encontram e os que discordam que se manifestem.

Rejeitado o destaque por maioria.

Discussão e votação do destaque, também da bancada do PT, subscrito pelos mesmos deputados:

(Passa a ler.)

"Art. 1º. Suprime os incisos I, II e III do art. 23 da Emenda Substitutiva Global que modificou a Medida Provisória n. 163/2010."[sic]

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Da mesma forma, "não" ao destaque!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que concordam com o destaque, permaneçam como se encontram e os que discordam que se manifestem.

Rejeitado o destaque por maioria.

Discussão e votação do destaque dos deputados que já subscreveram os outros dois primeiros destaques:

(Passa a ler.)

"Art. 1º. Suprime o art. 3º e seu Parágrafo Único da Emenda Substitutiva Global que modificou a Medida Provisória n. 163/2010."[sic]

Em discussão o destaque.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que concordam permaneçam como se encontram e os que discordam que se manifestem.

Rejeitado o destaque e fica mantido o projeto original.

Temos mais um destaque da bancada do PT, que suprime o art. 3º e seu parágrafo único da emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que concordam permaneçam como se encontram e os que discordam que se manifestem.

Rejeitado também este destaque.

V.Exa. disse que podemos votar, como parte integrante do processo, as Emendas n.s: 105, 106, 107, 108 e 109 do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória 0163/2010.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Acabamos orientando mal, mas os deputados acabaram de aprovar um conjunto de matérias estranhas ao projeto. Acabaram de aprovar 25% dos Prodecs, e municípios abrem mão. O município vai ter que abrir mão das ações que têm contra o estado para buscar a sua parte nos benefícios fiscais que o estado coloca.

Então, acabamos não fazendo o debate correto e eu acho que a medida provisória é uma colcha de retalhos. Nós autorizamos a vender ações da Codisc, que acho que não tem nada a ver agora neste momento, não tem sentido nenhum.

Assim, essas eram as nossas emendas no sentido de evitar esse tipo de coisa.

Então, eu voto contra a medida provisória porque penso que não tem sentido fazer essa colcha de retalhos toda e submeter ao Parlamento esse tipo de coisa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Vamos votar o requerimento feito pela bancada do PP para votarmos em separado as emendas.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, nós já votamos os destaques. Agora há um requerimento para votar as emendas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - É para votar as emendas em separado. É regimental o requerimento solicitando. Se o requerimento for aprovado, será votado em separado; se o requerimento for rejeitado, vota-se o projeto com o substitutivo global aprovado na comissão de Finanças e Tributação.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, "não" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação o requerimento.

Os srs. deputados que concordam permaneçam como se encontram e os que discordam que se manifestem.

Rejeitado o requerimento da bancada do PP.

Vamos votar o substitutivo global aprovado nas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça.

Em discussão o Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória 0163/2010.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, esta medida provisória convertida em lei - e aqui foram apresentados melhor as emendas e os requerimentos rejeitados - lamentavelmente remete-nos a votar contrários a esta matéria.

Vejam, srs. deputados e sras. deputadas, que se aprovamos o substitutivo global, com a manutenção do art. 16 do Projeto de Conversão em Lei n. 0163, de 25 de março de 2010, que altera a Lei n. 14.961, de 2009, que dispõe sobre o programa de incentivo à produção de cerveja e chope artesanais, a Lei n. 7.543, de 1988, que institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e estabelece outras providências, vamos, infelizmente, retroceder nessa legislação.

O que diz o art. 225-C:

(Passa a ler.)

"Art. 225-C. O Procurador do Estado, a Diretoria de Administração Tributária e o sujeito passivo, em petição fundamentada, poderão propor ao Secretário de Estado da Fazenda, no prazo máximo de noventa dias contados da identificação da decisão, procedimento administrativo de revisão, apenas com efeito devolutivo, contra decisão do Tribunal Administrativo Tributário de que não caiba mais recurso.

[...]

§ 2º Não cabe procedimento administrativo de revisão na hipótese a que se refere o inciso II do art. 173 do Código Tributário Nacional.

§ 3º A admissibilidade ou não do procedimento administrativo de revisão será declarada em despacho fundamentado do Secretário de Estado da Fazenda, que poderá atribuir efeito suspensivo ao pedido, quando se tratar de decisão suscetível de causar ao contribuinte lesão grave e de difícil reparação.

§ 4º. A admissão do pedido administrativo de revisão com efeito suspensivo impede o oferecimento de denúncia contra a ordem tributária, suspende a exigibilidade do crédito tributário, sua inscrição em dívida ativa e a propositura de execução fiscal, nos termos do art. 151, inciso III, do Código Tributário Nacional.

§ 5º. Admitido o procedimento administrativo de revisão, o pedido será julgado pelas Câmaras Reunidas.

§ 6º. Aplicam-se ao procedimento administrativo de revisão, no que couber, as regras previstas para o Recurso Especial.

§ 7º. Aplica-se o disposto neste artigo:

I - aos processos julgados pelo extinto Conselho Estadual de Contribuintes, nos quais não tenha sido oportunizada a interposição de pedido administrativo de revisão, iniciando-se o prazo de doze meses a partir da data da certificação da decisão ao sujeito passivo;

II - aos processos julgados pelo Tribunal Administrativo Tributário, nos quais não tenha sido oportunizada a interposição de pedido administrativo de revisão, iniciando-se o prazo estabelecido no *caput* a contar da data da publicação desta Lei."[...]sic]

Sr. presidente, srs. deputados, essa medida provisória convertida em lei não trata apenas de incentivos fiscais, mas, sim, da alteração da Lei n. 7.543/1988. E, volto a repetir, nós estamos dando um passo atrás no que diz respeito a avançar na questão tributária catarinense, porque estamos retrocedendo.

Portanto, o nosso encaminhamento, sr. presidente, é de voto contrário a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que concordam com a aprovação do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0163/2010 permaneçam como se encontram e os que discordam que se manifestem.

O projeto está aprovado, com voto contrário dos deputados Sargento Amauri Soares, Kennedy Nunes, Silvío Dreveck, Joares Ponticelli, Dirceu Dresch e Valmir Comin.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.661/2010, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0017/2009, de autoria do deputado Gelson Merísio, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos que comercializam lâmpadas fluorescentes colocarem à disposição dos consumidores lixeira para sua coleta quando descartadas ou inutilizadas e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" são a favor do veto e os que votarem "não" rejeitam o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 26 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 18 votos "não" e oito votos "sim".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.665/2010, que dispõe sobre veto parcial ao PL n. 0432/09, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que proíbe o envio de cartões magnéticos, de instituições comerciais e financeiras em todo o estado de Santa Catarina, sem autorização do interessado.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 28 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 13 votos "sim" e 15 votos "não".

Está mantido o veto.

Eu, inadvertidamente, esqueci de colocar em apreciação a Mensagem n. 1.662/2010.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.662/2010, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0277/2008, de autoria do deputado Gelson Merísio, que veda o ingresso, no estado de Santa Catarina, de resíduos sólidos com características radioativas e de resíduos orgânicos que apresentem riscos fitossanitários, tais como a disseminação de febre aftosa ou outras zoonoses.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

Vou pedir ao deputado Jorginho Mello que assuma a Presidência porque quero fazer a defesa da derrubada do veto e não me sinto confortável em fazê-la na Presidência.

Por isso, passo à Presidência ao deputado Jorginho Mello.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Srs. deputados, vou-me manifestar de forma bem rápida, e faço isso da tribuna para que não haja constrangimento dos srs. deputados com relação à votação.

Santa Catarina é um estado industrializado, que tem uma indústria que gera muito lixo industrial em função da sua atividade. Não obstante isso, há uma legislação totalmente aberta para que recebamos lixo industrial de outros estados.

Nada contra as empresas que processam lixo industrial, mas a legislação e o projeto relatado pelo deputado Edison Andrino são quase uma cópia, se não isso, são muito parecidos com a legislação do estado de São Paulo, que é um estado territorialmente muito maior do que Santa Catarina e mesmo assim tem uma restrição efetiva para que lixo industrial de outros estados sejam processados no seu território.

Eu cito apenas um exemplo: lá no oeste uma empresa local presta o seu serviço dentro da lei vigente. Nada contra a empresa, pois são pessoas de bem, que prestam um serviço legalizado e sério. Contudo, a empresa processa olho de boi, que parece simples, mas possui uma grande concentração de mercúrio. Esse olho de boi vem do Mato Grosso e da maioria dos estados brasileiros para ser processado em Chapecó, ou seja, dentro do território do estado de Santa Catarina. E cito esse caso só como um exemplo.

Se quisermos entrar no estado com algum tipo de queijo ou com um quilo de salame vindo de outro estado, será proibido em função da restrição sanitária muito bem feita em Santa Catarina, em função do controle sanitário da febre aftosa. No entanto, a nossa legislação permite que venha um caminhão carregado, que sempre está sujeito a um acidente, lá do Mato Grosso e entre no estado

com uma carga de olho de boi que vai levar 250 anos para ser processada pela natureza, pois é extremamente tóxica, sem contar o risco sanitário até com relação à febre aftosa.

Sinceramente, não sei o motivo do veto, não quis nem me aprofundar sobre isso, mas é totalmente equivocado. Se algo precisava ser mexido no projeto, ele teria que ser alterado, modificado, e isso já foi feito na comissão. A forma como o apresentei era muito mais abrangente do que está, mas em acordo com o deputado Pedro Uczai, que não está aqui porque está licenciado, e também com o deputado Edison Andrino, porém até com conflito de consciência, para ser bem sincero, concordei com a mudança, porque ponderei que seria oportuno, neste momento, flexibilizar um pouco.

Fiz isso contrariando um pouco, confesso, aquilo que penso efetivamente, porque não acredito que este estado, já tendo que dar destino final ao seu lixo industrial, possa dar-se ao luxo de receber lixo industrial de São Paulo para processamento.

Por isso, vou fazer um apelo a todos os srs. deputados no sentido de que derrubem o veto, pois se algo precisar ser alterado na lei, não existe nenhuma pré-condição, podemos fazer isso a qualquer tempo. Mas é extremamente importante que possamos dar à sociedade catarinense um sinal claro de que temos uma regulamentação para um tema absolutamente sério, porque Santa Catarina, que tem pouco território, não pode ser destacado como destino final do lixo industrial de São Paulo. Não devemos exportar para outros estados o nosso lixo, mas também não devemos, na minha concepção, permitir a entrada do lixo industrial de outras unidades da federação.

Como era período de transição, a lei acabou sendo um pouco flexível, mas a regra já fica muito mais dura do que a anterior. Por exemplo, a entrada de olho de boi, do qual tratei no início, que é extremamente tóxico, classe toxicológica 1, estará proibida. Já é um avanço, mas ainda precisamos avançar mais.

Por isso, peço aos srs. deputados que derrubemos o veto, não porque sejamos contra o governador, não é nada disso, mas porque a matéria é relevante e precisa ser tratada dessa forma, até para ser alterada se em algum momento houver qualquer conflito importante e de interesse do estado. Não há nenhum interesse comercial, nem industrial, há efetivamente uma preocupação em função da questão sanitária no que diz respeito aos resíduos industriais frigoríficos e também ao resíduo industrial efetivo, deputado Kennedy Nunes, bem como do olho de boi, que tem uma alta concentração de mercúrio. Para se ter uma idéia, a carga sai lá do Mato Grosso e vem para Santa Catarina, ou seja, alguma coisa está errada. E, aliás, com um preço elevadíssimo no destino final.

Todos querem livrar-se do lixo industrial e nós temos uma legislação que infelizmente permite que isso continue acontecendo em nosso território.

Era o que tinha a colocar, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Eu confesso que de acordo com as explicações do

deputado Gelson Merísio não consigo entender o motivo do veto. Sinceramente não consigo entender.

Eu lidei com mercúrio durante, praticamente, 18 anos da minha vida como dentista. Sei que o mercúrio está cada vez mais proibido para manuseio humano. Cada vez mais o acesso a esse produto químico vem sendo proibido.

Então, faço aqui um apelo. Tenho certeza de que o governador Leonel Pavan, um homem sensível e ligado ao campo, quer que esse trabalho relacionado ao lixo seja cada vez mais, como v.exa. falou, afastado de Santa Catarina, para que não sejamos depósito de um lixo com um grau de contaminação e dano biológico tão potente, tão forte como o mercúrio.

Eu acho que talvez não tenha sido bem explicado para o governador do estado o teor desse projeto. E faço aqui um apelo ao deputado Elizeu Mattos, líder do governo, que desobrigue os deputados a acompanhar a votação nesse veto específico do governo. Pediria que ele liberasse os deputados para que cada um votasse de acordo com a sua vontade, manifestando aqui solidariedade às explicações do deputado Gelson Merísio, que conduz da melhor maneira possível.

Por isso, peço ao deputado Elizeu Mattos que, se possível, libere a bancada do governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. presidente, falo na mesma linha da colocação de v.exa. e do deputado Dado Cherem.

Recordo-me que era secretário da Agricultura quando da tramitação desse projeto, ocasião em que, inclusive, conversei com os técnicos daquela secretaria e não houve na época qualquer problema referente a ele.

Salvo melhor juízo, não consegui entender a argumentação para o veto. Eu também tenho o entendimento de que esse projeto convertido em lei beneficiará Santa Catarina na restrição da entrada no estado de doenças contagiosas.

Essa é a minha posição pessoal e gostaria que a bancada votasse pela derrubada do veto.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sua explanação foi espetacular para que não pairasse nenhuma dúvida sobre a qualificação desse projeto.

Quero dizer, sr. presidente, que também vou votar pela derrubada do veto. Acho que o projeto é de suma importância para Santa Catarina, porque vem purificar o estado, uma vez que foi assolado por catástrofes climáticas, devido à grande degradação do planeta.

Eu voto com v.exa. e faço um apelo a todos os colegas para a derrubada do veto.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, comungo do pensamento de v.exa. Ouvi atentamente a sua argumentação pela derrubada do veto.

Eu quero pedir ao líder da bancada, deputado Serafim Venzon, que me libere, bem como a toda a bancada, para que possa estar junto com v.exa. na derrubada do veto.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, que está de posse do projeto e está verificando as causas que levaram ao veto. Na minha concepção, não há nenhuma relevante que impeça a sua derrubada, mas ouço v.exa. se entender de forma diferente.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de dizer aos nobres colegas que não tinha conhecimento de que o olho de boi trazia tantos malefícios para o meio ambiente e é inconcebível que Santa Catarina seja o destino final desse tipo de lixo do estado do Mato Grosso.

Em virtude disso, fiquei curioso para saber o que diz o veto do governador, se fala em inconstitucionalidade ou não. Mas, nobres colegas, a análise feita pelo governo - e por isso o veto - diz que há algumas trocas de palavras como, por exemplo, ao invés de "risco fitossanitário" deveria ser "risco sanitário".

Mas a conclusão do parecer diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O autógrafo do projeto de lei levanta questões importantes a serem tratados pelo estado, regularizando o monitoramento à entrada, o trânsito e a saída do território catarinense dos resíduos radioativo e orgânico do risco fitossanitário.

No entanto, no atendimento de sua intenção não atinge os seus objetivos plenamente, causando conflitos de interpretação demonstrados na análise e considerações que merecem ser apreciadas novamente em dispositivos legais e diferentes para melhor definição."

Então, o veto que o governo opôs, na verdade não é no sentido de que há algo ilegal, mas em função de algumas expressões que poderiam dar margem à dúbia interpretação. Nada que não possa justificar que derrubemos o veto e logo em seguida façamos uma emenda ao projeto.

Agora se mantivermos o veto, este projeto só poderá tramitar novamente no ano que vem e Santa Catarina vai continuar recebendo os olhos de boi do Mato Grosso e outras coisas mais.

Então, por isso, peço vênua ao deputado Gelson Merísio, autor do projeto, para que derrubemos o veto. Nós precisamos de 21 votos para derrubar o veto, porque não existe nada contra, são algumas palavras que poderiam dar a interpretação... O que é dar a interpretação? É quando o cara que manda o olho de boi para Santa Catarina diz assim: "Eu não vou cumprir essa lei porque isso daqui diz o seguinte..."

Então, para que não fique essa dúvida, vamos derrubar o veto, deputado Valmir

Comin, e logo em seguida o próprio autor faz essa correção com relação ao que Santa Catarina para de receber, e uma das coisas é o olho do boi. Nós comemos a carne, mas que o olho fique por lá.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O deputado Kennedy Nunes colocou a questão de uma forma muito equilibrada, pois de fato o caminho correto seria a derrubada do veto e a correção do projeto. Realmente, o termo "fitossanitário" é inapropriado, foi um equívoco de encaminhamento e precisa ser corrigido, o que poderá ser feito de uma forma rápida, sem termos que reiniciar todo o processo novamente, porque demorou quase um ano a sua tramitação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós estamos tratando de um assunto bastante polêmico e sério, sobre o qual já falamos na comissão de Turismo e Meio Ambiente, porque em Santa Catarina existem inúmeras empresas que importam produtos, industrializam-nos, gerando emprego e renda para o estado.

Por isso, precisamos ter um cuidado muito grande com o tipo de legislação com que vamos trabalhar. Eu creio que vão aparecer várias polêmicas sobre este projeto e, por isso, precisamos dar um encaminhamento no sentido de melhorá-lo. Não adianta derrubar o veto e logo depois ter que rever a lei em função dos impactos negativos à economia catarinense.

Então, nessa perspectiva, acho que o substitutivo, se não me engano, do deputado Edison Andriano ao projeto melhorou-o e por isso votaremos também pela derrubada do veto.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está encerrada a discussão.

Em votação.

Quem votar "sim" mantém o veto, quem votar "não" derruba o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos três votos "sim", 26 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está rejeitado o veto.

Agradeço a compreensão de todos os srs. deputados.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.666/2010, de origem governamental, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0172/2008, de autoria do deputado Ivan Naatz, que fixa o limite de velocidade em lombadas eletrônicas situadas em rodovia estadual que cruze perímetro urbano.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sílvio Dreveck, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, vou fazer um apelo aos nobres colegas deputados, porque esse projeto vem ao encontro de todos os usuários de veículos do estado de Santa Catarina. Não é possível convivermos com essa situação, não padronizada a velocidade. Uma hora você está em uma lombada cujo limite de velocidade é 30km/h, na próxima é 50km/h, na outra é 40km/h. Precisamos fazer algo para, pelo menos, diminuir essa máquina de fabricar multas em Santa Catarina.

Eu faço um apelo aos srs. deputados para que votem pela derrubada do veto, a fim de que a lei seja implementada e seja padronizada a velocidade nessas lombadas eletrônicas. Eu sei que existe o Código Nacional de Trânsito, mas há também a necessidade de fazer algo para não continuar essa indústria da multas.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Antes de conceder a palavra ao deputado Dado Cherem, quero lembrar os srs. deputados que não haverá sessão na próxima semana em função do calendário especial, não se trata de recesso, que fique bem claro. Nós não teremos recesso nesse período e sim um calendário especial.

Nós vamos fazer todas as votações dos projetos hoje e também amanhã. Por isso, solicito a todos os srs. deputados que permaneçam no plenário para que possamos fazer as votações em segundo turno e a votação das redações finais dos projetos deliberados hoje.

Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, quero acreditar que o tema é meritório, pois é uma situação delicada para as pessoas que trafegam com os seus veículos, mas é importante que cada região tenha um limite de velocidade.

Infelizmente, não compete ao estado legislar sobre questões do trânsito. Eu também tive vontade de fazer um projeto de lei que falasse sobre o credenciamento de médicos e de psicólogos para o Detran, mas foi proibido porque compete à União legislar sobre isso.

Assim, mesmo reconhecendo o mérito do projeto, infelizmente, pelas informações que obtive, ele é inconstitucional. Esta Assembleia não tem o direito de legislar sobre isso. Então, contrariado, vou manter o veto.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, em 2007 fiz esse projeto que foi, na comissão de Constituição e Justiça, considerado inconstitucional. Esse argumento apresentado pelo deputado Dado Cherem, contrário inclusive à vontade dele, é descabido e, permitam-me dizer, abusivo.

Quem define, evidentemente, a legislação sobre trânsito é o Congresso Nacional, mas quem define a velocidade da

lombada eletrônica em Varginha, em Santo Amaro da Imperatriz, com certeza, não é o Congresso Nacional, não é o Contran e sim o estado.

Então, quem está definindo isso no estado de Santa Catarina são funcionários públicos estaduais. Tomara que sejam, deputado Dado Cherem, servidores públicos estaduais, porque talvez sejam empresas fabricantes e vendedoras desses equipamentos de fazer multa, que ficam responsáveis também por arrecadar uma parte desse dinheiro. São funcionários públicos estaduais do estado de Santa Catarina, do Conselho Estadual de Trânsito, que definem isso.

Na cidade de Blumenau, para ver como esse argumento é mentiroso - desculpe, mas não há outra expressão -, a Câmara de Vereadores definiu que nas rodovias municipais a velocidade será de 50km/h. Agora a Assembleia Legislativa de Santa Catarina não pode definir que nas rodovias estaduais as lombadas eletrônicas instaladas tenham como padrão 50, 40, 30 ou 60 km/h. Ou seja, esta Assembleia Legislativa está abrindo mão do seu poder de legislar sobre coisas que são decididas por funcionários públicos estaduais. Quicá sejam efetivamente decididas por funcionários públicos estaduais e não por grupos privados que têm interesse na indústria da multa ou na venda de equipamentos.

Este Poder, se não derrubar este veto, estará concordando que assim seja, e aí eu não sei para que existir a Assembleia Legislativa. Dizer que é o Congresso Nacional quem pode decidir qual a velocidade da lombada eletrônica instalada nas rodovias estaduais de Santa Catarina é o absurdo maior que já ouvi, porque isso é decidido no estado por funcionários públicos estaduais. A Assembleia Legislativa pensa que não tem poder para legislar a respeito do assunto, ou aceita o argumento de alguém, de algum técnico, de algum funcionário de algum órgão do próprio governo do estado dizendo que não pode, quando na verdade é ele que quer continuar tendo o poder de decidir, fomentando a indústria da multa e aumentando o risco de acidentes, sim.

Se em uma lombada eletrônica a velocidade limite for de 20km/h e o cidadão passar a 30km/h, ele receberá uma multa. Então, quando vê uma luz vermelha na frente ou uma lombada eletrônica, ele coloca os dois pés no freio. Isto acontece todo final de tarde em várias regiões de Santa Catarina: os congestionamentos são provocados por lombadas eletrônicas, porque às vezes o limite é de 50km/h ou 40km/h, mas, como algumas vezes também é 20km/h, todo mundo para o carro quando chega perto da lombada eletrônica. Aí vem uma curva e o fato de não haver uma padronização acaba provocando acidentes.

Isso precisa mudar. Portanto, o nosso posicionamento é pela derrubada do veto, pois temos certeza de que melhora a segurança no trânsito do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, estou com o projeto de lei em mãos e fiquei com uma dúvida, por isso peguei o projeto de lei de autoria do deputado Ivan Naatz, que esteve nesta Casa quando eu me licenciei.

A minha dúvida se refere à legalidade de o estado legislar sobre as vias públicas municipais. Eu até teria um pouco de receio se estivéssemos legislando sobre as rodovias federais. Quanto às vias municipais, ou seja, às ruas municipais, acho que quem tem que legislar é o município e quanto às vias e rodovias federais até pode ser o Contran ou uma lei federal.

Agora, o projeto de lei do deputado Ivan Naatz é bem claro quando fixa o limite de velocidade em lombadas eletrônicas situadas em rodovia estadual que cruze o perímetro urbano. Essa lei só seria aplicada em rodovias estaduais, que ao cruzarem o perímetro urbano deveriam estar com essas lombadas eletrônicas ao limite único de 50km/h.

Nós temos muitos municípios em Santa Catarina em que as rodovias estaduais cruzam o perímetro urbano: São Bento do Sul e Rio Negrinho são exemplos.

O parecer do Conselho Estadual de Trânsito, no último parágrafo, diz que a padronização pretendida pelo projeto de lei desconsidera situações fáticas em que a velocidade precisa ser inferior e se isso não for providenciado pode ocorrer risco às pessoas que passam pelo local.

Eu nunca vi uma lombada inferior a 40km/h. Eu nunca passei por uma lombada inferior a 40km/h. Existem lombadas cujo limite é de 60, 50 e 40km/h, mas não menos.

Na saída da praia de São Francisco do Sul por Araquari, no verão, a Polícia Rodoviária Federal chega, deputado Sílvio Dreveck, a colocar um plástico por cima da lombada eletrônica em frente ao Colégio Agrícola, porque ali o limite é de 40km/h, mas todo mundo passa a 28km/h, menos de 30km/h, porque tem medo de ultrapassar os 40km/h, o que acaba diminuindo muito a velocidade e causando engarrafamento.

Eu entendo que 50km/h é um bom limite para que os motoristas passem a 40km/h. E o deputado Nilson Gonçalves está dizendo até 60km/h. OK! Como é período urbano, acho que 50km/h é a medida.

E discordo plenamente do deputado Dado Cherem, que concordou com o veto, porque não seria nosso papel fazer esse projeto de lei. Não seria nosso papel se a lei abrangesse as rodovias federais e as ruas dos municípios, mas com relação às rodovias estaduais vejo que podemos derrubar esse veto sem problema nenhum.

Por isso, o meu pedido é no sentido de que os deputados derrubem o veto, para que possamos ter uma padronização da velocidade nas lombadas das rodovias estaduais em 50km/h.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, eu só acho, deputado Dado Cherem, que mesmo na dúvida esta Casa precisa impor-se mais. Nós costumamos reclamar que os conselhos, dentre tantos que existem, como Conama, Contran, "con" não sei o quê, acabam usurpando o nosso papel. E é verdade. Já na semana passada o deputado Manoel Mota reclamava da interferência de uma procuradora federal em favor de duas pererecas. Mas os culpados de tudo isso, deputado Sílvio Dreveck, somos nós.

Deputado Jorginho Mello, se os conselhos estão usurpando o nosso papel, é porque somos omissos, é porque não estamos sabendo impor-nos, deputado Serafim Venzon, é porque esta Casa se curva, e não é desta Assembleia Legislativa que eu estou falando, eu estou falando do Poder Legislativo, deputado Kennedy Nunes. Se nós aceitamos que um conselho qualquer, deputada Ada De Luca, venha estabelecer regras, estamos abdicando da nossa função legiferante.

Nós temos o papel de legislar, eis que construímos um mandato e somos remunerados para legislar, estabelecer as regras. E se não o fizermos ou se diante de uma manifestação de um procurador qualquer, deputado Jorginho Mello, sem desqualificar quem emitiu o parecer, mas se formos tomar ao pé da letra aquilo que eles pensam, vamos continuar aqui procurando entidades para declarar de utilidade pública. E tem bastante ainda porque o Fundo Social está fazendo a festa, deputado Valmir Comin, porque temos muitas entidades novas por aí, que eu não sei se têm alguma função verdadeira, mas que estão levando do Fundo Social para fins duvidosos.

Então, é denominar aeroporto, e quando não tivermos mais aeroporto para denominar, denominaremos estrada nova, deputado Antônio Aguiar. Mas se também não tivermos, então é declarar de utilidade pública, porque não estamos fazendo valer o nosso papel, a nossa força, o nosso poder.

Quando vem veto desse tipo temos que ter a coragem de derrubar e fazer o enfrentamento, deputada Professora Odete de Jesus, temos que fazer o enfrentamento, sim, porque senão o nosso papel vai ser cada vez mais usurpado, deputado Moacir Sopelsa. Nós não estamos conseguindo reagir. Nós temos que ter uma posição de Casa, de instituição, de Poder.

A proposta do deputado Ivan Naatz tem que ser a proposta de todos nós. E temos que fazer o enfrentamento e fazer a discussão. Quanto ao conselho, se a legislação é concorrente, vamos cumprir com o nosso papel. Como é que um conselho lá de Brasília, como disse o deputado Sargento Amauri Soares, pode dizer qual é a velocidade ideal para uma comunidade do interior de Santa Catarina, que é cortada por uma rodovia estadual? Esse papel é nosso, essa obrigação é nossa, e temos que começar a fazer o enfrentamento. E esta é a oportunidade, derrubando este veto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A votação será nominal e secreta no painel eletrônico.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 28 deputados.

Temos nove votos "sim" e 19 votos "não".

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli, mas vai dar os mesmos votos, deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Não há mais deputados para votar, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Joares Ponticelli, infelizmente, vou sentir muito por v.exa., mas a votação foi encerrada. Lamento muito. Faltaram apenas dois votos e infelizmente o deputado Padre Pedro Baldissera chegou um pouquinho atrasado.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.667/2010, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0038/2010, de autoria do deputado Derli Rodrigues, que altera a redação do inciso II do art. 2º da Lei n. 12.573, de 2003, que dispõe sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os srs. deputados que votarem "não" rejeitam o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos dez votos "não" e 12 votos "sim".

Está mantido o veto.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0196/2010, de origem governamental, que aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual de 2008 a 2011.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Deputado Dirceu Dresch, desde já comunico a v.exa. que não tem nada a ver com a alteração dos percentuais dos poderes. É um projeto apenas para uma adequação ao PPA para a compra de imóvel, deputado.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0001/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que declara de utilidade pública o Instituto Terapêutico Desafio Jovem de Nova Trento, do município de Nova Trento.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0028/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a proibição de uso de termômetros com mercúrio na área hospitalar pública do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0162/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que proíbe a comercialização de termômetro de mercúrio.

Poderíamos ter feito, nas comissões, a junção dos dois projetos, unificando-os, porque tratam do mesmo tema.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Nós temos uma solicitação do deputado Pedro Baldissera para votarmos em primeiro turno o Projeto de Lei n. 0036/2010, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças e adota outras providências.

Consulto os srs. líderes se é possível votá-lo mesmo não estando na pauta.

Há concordância?

(Os líderes aquiescem.)

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para as 16h56.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 019ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 16h55, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se à cirurgia bariátrica no estado; aborda a importância do art. 170 da Constituição Estadual; registra o Dia do Agricultor.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Solidariza-se com o deputado Serafim Venzon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Para deliberarmos sobre as redações finais, se houver concordância dos srs. líderes, faremos a votação em bloco. Vou lendo os projetos, caso haja necessidade de destaque, votarei separado.

(Os líderes aquiescem.)

Votação das redações finais do Projeto de Lei Complementar n. 0030/2010 e dos Projetos de Lei n.s 0180/2010, 0585/2009, 0196/2010 e 0001/2010.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas as redações finais dos projetos lidos.

Votação da redação final do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0163/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada com o voto contrário dos srs. deputados Sargento Amauri Soares, Kennedy Nunes, Silvío Dreveck, Dirceu Dresch e Lício Mauro da Silveira.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0028/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a proibição do uso de termômetros com mercúrio na área hospitalar pública do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0162/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que proíbe a comercialização de termômetros de mercúrio no estado de Santa Catarina.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0036/2010, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que dispõe sobre a Política Estadual de Estímulo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

As redações finais dos presentes projetos ficarão para amanhã.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0419/2010, 0420/2010, 0421/2010, 0422/2010, 0423/2010 e 0424/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0425/2010 e 0426/2010, de autoria do deputado Ronaldo Benedet; 0427/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0428/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0429/2010, de autoria do deputado Moacir Sopelsa e 0430/2010 e 0431/2010, de autoria do deputado Valmir Comin, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência defere os Requerimentos n.s: 0945/2010, 0946/2010, 0947/2010 e 0953/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0948/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0949/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0950/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0951/2010, 0952/2010 e 0963/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0954/2010, 0955/2010, 0956/2010 e 0957/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0958/2010, 0959/2010, 0960/2010 e 0961/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0962/2010 e 0964/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; 0965/2010, de autoria do deputado Moacir Sopelsa e 0966/2010, de autoria do deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, a Medida Provisória n. 0163 foi votada em segundo turno?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não há segundo turno, deputado, é votação única, e, inclusive, já foi votada a redação final.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Moção de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense e ao diretor da Anvisa, solicitando que acate as sugestões apresentadas pela Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos - Aenda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0102/2010, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Saúde, solicitando informações sobre o motivo da retirada dos procedimentos de cirurgias referenciadas bariátricas do Hospital Celso Ramos, bem como o motivo da transferência para o Hospital Universitário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0103/2010, de autoria do deputado Padre

Pedro Baldissera, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre a data em que o ex-governador Luiz Henrique da Silveira passou a perceber o subsídio mensal vitalício, conforme previsto no art. 195 da Constituição Estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Passaremos à Explicação Federal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Ronaldo Benedet.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Ronaldo Benedet, o próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, na semana passada esta Casa aprovou uma indicação defendendo o serviço de cirurgia bariátrica que é realizado no Hospital Regional, no Hospital Governador Celso Ramos e no Hospital Universitário - HU.

Só no Hospital Governador Celso Ramos, de 2005 até agora, ou seja, em cinco anos, foram realizadas 1.118 cirurgias de estômago para provocar o emagrecimento daqueles que possuem um peso mórbido, um peso que prejudica a saúde. No Hospital Celso Ramos as cirurgias são realizadas por uma equipe multidisciplinar de médicos: psicólogos, cirurgiões, clínicos, UTI etc. Enfim, é uma grande equipe que presta um serviço reconhecido no Brasil inteiro.

O dr. Raul Chatagnier Filho, chefe da equipe de cirurgia bariátrica do Hospital Celso Ramos, recebeu, inclusive, uma homenagem especial do Colégio Brasileiro de Cirurgiões. E hoje o deputado Jailson Lima, com o meu apoio, também faz um pedido de informação, porque a secretaria da Saúde quer acabar com esse serviço de cirurgia bariátrica oferecido pelo Hospital Celso Ramos. Dizem que esse serviço vai ser transferido para o Hospital Universitário. A fila do HU tem mais de 500 pessoas. Agora nós vamos botar mais 500 pessoas na fila, vindas do Hospital Celso Ramos? Então, essa fila vai ficar com um quilômetro.

Ora, é muito difícil conseguir fazer essa cirurgia quando encontramos uma equipe de médicos benevolentes, altamente qualificada, com destaque nacional, como a equipe do dr. Raul Chatagnier, que é professor da Universidade Federal de Santa Catarina, aliás, ele já poderia se aposentar pela sua experiência, mas não se aposenta justamente porque gosta de fazer isso. E querem acabar com esse serviço?

Transferir significa fechar, obstruir, impedir que um grande número de pacientes, mais de 200, sejam operados no Hospital Celso Ramos. Esses pacientes vão fazer fila no HU, ou seja, emendar a fila já existente lá, porque naquele hospital também é oferecido um grande serviço, coordenado pelo dr. Ricardo Baratieri, também professor. Mais da metade, talvez

70%, dos médicos formados recentemente passou pelas mãos desses dois professores, o dr. Raul Chatagnier e o dr. Baratieri, que está lá no HU.

Quero aplaudir o deputado Jailson Lima, que apresenta esse pedido de informação para impedir o término desse serviço no Hospital Celso Ramos.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Serafim Venzon, parabéns v.exa. pela iniciativa, pelo pronunciamento. É um caso de saúde pública. Hoje, no estado de Santa Catarina, temos uma demanda de mais de 250 mil obesos e aproximadamente 30 mil a ponto de se fazer cirurgia. Realmente, por falta de conscientização, de um trabalho mais eficiente de divulgação sobre os hábitos alimentares, a obesidade mórbida está causando uma série de consequências. Não sou médico, mas tive a oportunidade de abrir esse debate, através de uma audiência pública, que acabou se transformando numa filha única no estado de Santa Catarina, porque o único hospital que fazia esse tipo de cirurgia, pelo SUS, era o HU, mais ou menos duas cirurgias por mês. E hoje estamos com, aproximadamente, seis hospitais no estado fazendo esse tipo de cirurgia.

Além de causar uma série de consequências, como artrite, artrose, doenças cardiovasculares, aposentadoria precoce, problema de autoestima, há também o deslocamento do obeso, que é realmente um problema sério para a sociedade. O estado tem que estar à frente, na vanguarda, para diminuir toda essa demanda que ainda está represada no estado de Santa Catarina, proporcionando a verdadeira descentralização que o governo tanto aplica, oportunizando o credenciamento de mais hospitais pelo Sistema Único de Saúde, para a cirurgia de redução do estômago.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Quero também saudar os catarinenses que nos ouvem pela Rádio AleSC Digital, que nos assistem pela TVAL e, especialmente, aqueles que nos acompanham aqui nas galerias.

Temos hoje a presença do dr. José Luiz de Jesus, advogado e jornalista, que foi aluno da Udesc. Há sete ou oito anos ele não havia cursado uma faculdade, um curso superior, e quando era adolescente foi chamado de pobre da favela. Hoje, advogado e jornalista, é dono de jornal, de televisão e cresceu graças à oportunidade de fazer uma faculdade.

E aqui lembramos a importância do nosso art. 170 para os catarinenses, a importância do projeto que aprovamos hoje, da redação final, que garante aos carentes, aqueles que ganharem bolsa, a responsabilidade somente pela parte excedente ao valor concedido. Quem ganhar 40% da bolsa, pagará 60%, os outros 40% o reitor poderá reclamar com o deputado, com o governador, com o secretário. Há caminhos, sim, caminhos abertos.

A pessoa mais fraca, dentro da universidade, que tem menos voz, é

justamente o aluno, principalmente o carente. E não podemos atribuir a ele a responsabilidade de transferir dinheiro do governo do estado para a universidade.

Neste ano o governo do estado acabou de transferir todo o compromisso que tinha com as universidades. Apenas algumas não receberam por alguma questão de CNDs, que ainda não foram regularizadas.

E por último, sr. presidente, esta semana comemoramos o Dia do Agricultor, o dia daqueles que de fato multiplicam o pão dos catarinenses e dos brasileiros, que colaboram na produção de arroz, de milho, de feijão etc. Enfim, os nossos agricultores, os nossos produtores rurais são exemplo para o Brasil. Nesta semana praticamente todas as regiões, todas as cidades, comemoram a grande contribuição que o agricultor dá para a economia, para a estabilidade da sociedade. Celebramos esta semana o Dia do Agricultor, que muitas vezes é chamada também de Festa do Colono. Hoje o governo tem dado incentivos à inovação tecnológica à agricultura.

Tive a grata satisfação, nesta semana, de visitar um pequeno agricultor, o sr. Adari José Vavassori, sua família e sua esposa, a sra. Neolides Vavassori, de Rio do Campo. Assim como esse pequeno agricultor a história se repete para muitos. Um agricultor, plantador de arroz, que possui 20 ou 30 hectares, que possui uma casa bem estruturada, com piscina, com carro etc. Ou seja, há condições para o agricultor viver no campo com uma boa qualidade de vida.

Por isso, temos dito, que se melhorarmos a escola, como temos feito, se melhorarmos os postos de saúde, fazendo com que o médico lá do interior possa executar os procedimentos clínicos e cirúrgicos, aqueles que são cabíveis conforme a capacidade técnica dos hospitais, se melhorarmos as condições de energia, com boa qualidade, se houver telefone, internet, se melhorarmos um pouco a estrada, ninguém vai querer sair do interior. As pessoas vão querer continuar morando lá no campo, mantendo a atividade dos seus pais, porque lá o agricultor também poderá ter uma extraordinária qualidade de vida.

Quero, em nome do sr. Adari Vavassori, saudar todos os produtores rurais que têm dado a sua grande contribuição para o desenvolvimento de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2010

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUSOS O FORNECIMENTO E A SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DA MARCA DELL, POR INTERMÉDIO DE EMPRESA ESPECIALIZADA.

DATA: 04/08/2010 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 04 de agosto de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 22 de julho de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 360/10

ABEPOM

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MILITARES ESTADUAIS

Ofício nº 093/ABEPOM/2010 Florianópolis, 15 de julho de 2010

Exmo Sr

Gelson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa de SC

Nesta

Exmo Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para encaminhar em apenso o Relatório Anual de Atividades do Exercício 2009, Atestado de Funcionamento, Certidão Atualizada do Registro Civil e Balancete Contábil da ABEPOM, a fim de atender os preceitos da Lei nº 15.125/2010 - que obriga as entidades declaradas de utilidade pública para encaminhar à Assembléia Legislativa, anualmente, os documentos supra referenciados.

Atenciosamente,

CANTALÍCIO OLIVEIRA

Coronel Pm - Presidente ABEPOM

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 361/10

APAE - MAJOR VIEIRA-SC

FUNDADA em 14/02/84

e-mail: apemv@hotmail.com

hotmail:apaemv@hotmail.com

Rua: Estanislau Wojciechowski, 972

Ofício Nº 093/10

Major Vieira, 15 de julho de 2010.

À Sra. Duda

Chefe de Secretaria de Comissão de Direitos da ALESC

Prestação de Contas - Utilidade Pública Estadual

Florianópolis - Sc

Assunto: Encaminha Prestação de Contas da Utilidade Pública Estadual

Prezada Senhora, junto ao prazer em cumprimentá-la, vimos por meio deste, encaminhar a prestação de contas desta entidade referente a Utilidade Pública Estadual para sua apreciação, sendo que a referida documentação é composta por:

- Relatório anual de atividades do exercício anterior;
- Atestado de Funcionamento;

- Certidão atualizada do registro da entidade no cartório de Registro de Pessoas Jurídicas

- Balancete Contábil.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Soleima Aparecida de Oliveira

Presidente de APAE de Major Vieira

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 362/10

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Escola Especial " Nossa Senhora das Graças"

Fone (49) 3344 1404 - fax: 33440808

Reg. SED nº 4073 - CGC 80.622.376/0001-77

Reg. De Utilidade Pública Municipal - Lei nº 642/90 e Lei Estadual nº 7.935/90

Ofício nº 091/2010

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de julho de 2010

Ilma Sra.

DUDA

DD. Chefe de Secretaria da Comissão de Direitos da ALESC.

Florianópolis - SC

Prezada Senhora

Tem o presente à finalidade de encaminhar a Vossa Senhoria documentos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Lourenço do Oeste - SC, a fim de cumprir o que estabelece o disposto no art. 1º da Lei 15.125, de 19 de janeiro de 2010, no que diz respeito à Utilidade Pública Estadual.

Em anexo documentos abaixo relacionados:

- Relatório anual de atividades do exercício anterior;
- Atestado de funcionamento atualizado;
- Certidão atualizada do registro da Entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- Balancete contábil

Sendo o que se apresenta para o momento, despedimo-nos e manifestamos votos elevada consideração.

Atenciosamente.

Ledeni Pieta

Diretora da Escola Especial

"Nossa Senhora das Graças" - APAE

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 363/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Rua Manoel Preira Filho, nº 203 - Fone/Fax: (**48) 32650441

88240-00 São João Batista Santa Catarina

www.sajoaobatista.apaebrazil.org.br

Mantenedora

ESCOLA ESPECIAL INSTITUTO BENTA ALVES AZEVEDO

Ofício nº 080/10

São João Batista, 14 de Julho de 2010

Ilmo. Sr.

Gelson Merísio

D.D Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina -

ALESC

Florianópolis/SC

Prezado Senhor

Cumprimentanda-a cordialmente, vimos através encaminhar documento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São João Batista, para fins de Prestação de Contas da Utilidade Pública Estadual, conforme LEI 15.125 de 19/01/2010.

Atenciosamente,

Zelito Antonio Silva

Presidente/APAE

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 364/10

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Of.068/10 Araranguá, 15 de julho de 2010.
AO

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

FONTE/ALESC/Div. Documentação

FLORIANÓPOLIS - SC.

Prezados Senhores,
Estamos encaminhando os documentos abaixo relacionados, necessários para manutenção desta entidade de Utilidade Pública Estadual;

- I - relatório anual de atividades;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Atenciosamente,
Jorge de Oliveira Souza
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 365/10

APAE

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAJAÍ
Of. Nº 52 Itajaí, 26 de junho de 2010.
Ilmo. Senhor

Luiz Henrique da Silveira
Governador do Estado de Santa Catarina

Prezado Senhor,
Cumprimentando-o cordialmente, vimos pelo presente, encaminhar o relatório anual de atividades desta Instituição para renovação do certificado de Utilidade Pública Estadual.

Sendo o que se apresenta para o momento, despedimo-nos.

Atenciosamente,

Maurício Machado
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 366/10

Balneário Barra do Sul, 09 de julho de 2010.

Ofício n.º 01/2010

Exmo. Sr.

Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Gabinete da Presidência, sala 106

88020-900 - Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências do da Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da ASSOCIAÇÃO BARRASULENSE DA FELIZ IDADE, CNPJ: 07.913.795/0001-78, com endereço para correspondência na Rua: Celino Erasmo da Silva 76, Costeira, Balneário Barra do Sul - SC.

Pede Deferimento

JOÃO BATISTA DE CARVALHO

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 367/10

SBCN São Bento Clube de Natação

Rua: Wigando Koch, 251- Centro 89280-367 - São Bento do Sul - S/C
CNPJ 04.946.594/0001-89 473633-5301 Email
sbcnatacao@gmail.com

Ofício Nº 07/2010

São Bento do Sul/Sc; 14 de julho 2010

Excelentíssimo Senhor.

Atendendo às exigências previstas na lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para o fim de manter o reconhecimento de utilidade pública do **São Bento Clube de Natação**, CNPJ **04.946.594/0001-89**, com endereço para correspondência na Rua Wigando Koch, 251, centro, entidade esta já declarada de utilidade pública pela Lei estadual de nº 309/09

Pede deferimento

Akihiro Kawano

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 368/10

SOCIEDADE FRANCO BRASILEIRA

HOSPITAL JONAS RAMOS

Ofício nº 0008/2010/SFB/HJR Caçador, 15 de julho de 2010.

PALÁCIO BARRIGA VERDE

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE

RUA DR. JORGE LUZ FONTES, 310 - CENTRO

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

CEP: 88020-900

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

CONSULTOR LEGISLATIVO

O HOSPITAL JONAS RAMOS, situado na Rua Pinheiro Machado, 184 - Vila Paraíso - no município de Caçador, Estado de SANTA CATARINA, tendo em vista o atendimento ao disposto do **Art. 3º da LEI nº 15.125**, de 19 de janeiro de 2010, vem mui respeitosamente encaminhar a V.Sª. os documentos necessários a manutenção do TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL desta Entidade Filantrópica. Visto que atende plenamente todos os requisitos exigidos para esta Certificação, e presta assistência a todas as pessoas que necessitam de cuidados de saúde sem distinção de raça, sexo, credo político ou religioso.

Desde já agradecemos pela nobre atenção dispensada e reiteramos nosso apreço pelo seu trabalho e dedicação em prol da saúde do povo catarinense.

MARIA APARECIDA TAVARES

Vice-Diretora

CPF: 455.014.166-20

M-1.772.855-SSP-MG

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 369/10

SOCIEDADE FRANCO BRASILEIRA

HOSPITAL DIVINO ESPÍRITO SANTO

Ofício nº 0009/2010/SFB/HDES Fraiburgo, 15 de julho de 2010.

PALÁCIO BARRIGA VERDE

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE

RUA DR. JORGE LUZ FONTES, 310 - CENTRO

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

CEP: 88020-900

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

CONSULTOR LEGISLATIVO

O HOSPITAL DIVINO ESPÍRITO SANTO, situado na Avenida João Marques Vieira, 975 - no município de Fraiburgo, Estado de SANTA CATARINA, tendo em vista o atendimento ao disposto do **Art. 3º da LEI nº 15.125**, de 19 de janeiro de 2010, vem mui respeitosamente encaminhar a V.Sª. os documentos necessários a manutenção do TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL desta Entidade Filantrópica. Visto que atende plenamente todos os requisitos exigidos para esta Certificação, e presta assistência a todas as pessoas que necessitam de cuidados de saúde sem distinção de raça, sexo, credo político ou religioso.

Desde já agradecemos pela nobre atenção dispensada e reiteramos nosso apreço pelo seu trabalho e dedicação em prol da saúde do povo catarinense.

DIVA DA SILVA

Diretora

410.571.476-72

M-414698-SSP-MG

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 370/10

Talentos unidos em prol de um mundo especial
Federação das APAEs do Estado de Santa Catarina.

Ofício 012/10

Penha, 13 de julho de 2010.

A

Assembleia Legislativa

Florianópolis, SC.

Excelentíssimos Senhores:

Segue relação de Documentos enviados para a manutenção da

UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL.

- Relatório anual de atividades.
- Atestado de Funcionamento
- Certidão de Registro
- Balanço Patrimonial de 01/01 a 31/12/2009.
- Parecer do Conselho Fiscal.

Atenciosamente

Isabel E. N. González

Secretária

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 371/10**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE ABELARDO LUZ****ESCOLA ESPECIAL AGNALDO ANTONIO PANISSON**

Ofício nº 027/2010 Abelardo Luz, 15 de julho de 2010.
 Senhora
 Duda
 Chefe de Secretaria da Comissão de Direitos da ALESC
 Palácio Barriga Verde

Cumprimentando-a cordialmente, venho em nome da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Abelardo Luz, encaminhar prestação de contas para a manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual.

Encaminho em anexo:

- Relatório anual de atividades do exercício anterior;
- Plano das atividades executadas no ano de 2009;
- Atestado de funcionamento da entidade emitido pelo prefeito municipal;
- Atestado de funcionamento da entidade emitido pela secretaria municipal de educação;
- Certidão atualizada do registro da entidade em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas;
- Balancete contábil referente ao exercício de 2009;
- CNPJ da entidade;
- Cópia do Título de Utilidade Pública Estadual.

Sendo o que se apresenta para o momento, atenciosamente.

Nuria Verginia Pazinato Neuls

Presidente da APAE de Aberlado Luz

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 372/10**APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**

Ofício 029/2010 Anitápolis, 14 de julho de 2010.
 Da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

De Anitápolis

A Srª Duda chefe de secretaria da comissão de direitos da ALESC

Assunto: Utilidade Pública Estadual

Vimos através deste encaminhar documentos referentes a declaração de Utilidade Pública Estadual.

Segue em anexo os documentos solicitados.

Sendo o que tínhamos para o momento.

Atenciosamente.

Rita Teodoro Stuepp

Diretora

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 373/10**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS****Escola Especial Profª. Célia M. S. Lucca**

Of. nº 32/2010 Palmitos, 14 de julho de 2010.

Exmo. Srº

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Estamos enviando documentação solicitada para MANUTENÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, conforme Lei nº 15.125 de 19/02/2010.

Colocamo-nos à disposição para qualquer complementação necessária ou esclarecimento de dúvidas quanto a documentação.

Atenciosamente

Alice Decker - Diretora

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 374/10**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**

Ofício nº. 50/10 Grão-Pará, 14 de julho de 2010.

Exmo. Sr.

D. Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Vimos através do presente, encaminhar os documentos para a manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Grão - Pará.

Segue em anexo:

- Relatório do Exercício de 2009;

- Atestado de Funcionamento;

- Certidão atualizada do Registro da Entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

- Balancete Contábil.

Atenciosamente,

Irene Schulz Wessler

Presidente da APAE de Grão - Pará - SC.

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 375/10**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS****CNPJ 83.798.504/0001-26**

Mantenedora da Instituição Especializada de Educação "Irmã teonília'

Ofício nº 48/2010

Itaiópolis, 16 de julho de 2010.

Sra. Duda

Chefe de Secretaria da Comissão de Direitos da ALESC

Palácio Barriga Verde

Assunto: Utilidade Pública

Encaminhamos, anexo, a documentação do vínculo responsável pelo cadastro da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE de Itaiópolis/SC, relativo a prestação de contas do exercício de 2009.

Sendo o que tínhamos para o momento agradecemos pela atenção, colocando-nos a inteira disposição.

Atenciosamente,

LUIZ FRANCISCO MAX

Presidente/APAE

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 376/10**Instituto Hospitalar Beneficente Nossa Senhora das Mercês FUNDADO EM 14 DE MAIO DE 1967**

Ofício Nº 045/2010

Iporã do Oeste, 8 de julho de 2010.

Palácio Barriga Verde

Coordenadoria de Expediente

Florianópolis - Santa Catarina

Prezados Senhores:

Conforme determinação da Lei Nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, estamos encaminhando os documentos solicitados para a referida prestação de contas, e aguardamos a certidão de reconhecimento.

Sendo para o momento, colocamo-nos a disposição.

Evalmir Bischoff

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 377/10**Associação Comunitária São Judas Tadeu De Meleiro**

Ofício nº 044/2010

Meleiro - SC, 13 de julho de 2010.

Ilmo. Sr.

GELSON MERISIO

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Palácio Barriga Verde

Florianópolis / SC

Prezado Senhor,

Em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, encaminho a Vossa Senhoria, em anexo, documentos necessários para controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º da referida Lei.

DOCUMENTOS ANEXOS:

- Relatório anual das atividades do exercício anterior;

- Atestado de regular funcionamento atualizado;

- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas; e

- Balancete Contábil;

Certo da atenção de Vossa Senhoria antecipo meus agradecimentos com protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

**Patrícia Minatto
Setor Administrativo**

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 378/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
Rua Presidente Jucelino, 215 - CEP 89.874-000 - MARAVILHA - Santa Catarina

Ilma Sr^a
Duda - Chefe de Secretaria da Comissão de Direitos da ALESC

Palácio Barriga Verde

Florianópolis - SC

Ofício nº 44/2010

Maravilha, 14 de julho de 2010

Prezada Senhora,

Estamos enviando em anexo a este os documentos abaixo relacionados da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Maravilha, referente à prestação de contas/ 2009 da Utilidade Pública Estadual.

- Relatório Anual de Atividades - 2009;

- Atestado de Funcionamento da APAE;

- Certidão Atualizada de registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas jurídicas.

- Balancete Contábil /2009

Sem mais para o momento, subscrevemos-nos.

Cordialmente,

Doraci Felisak
PRESIDENTE DA APAE

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 379/10

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Ofício: 43/2010 Quilombo/ SC, 14 de Julho de 2010

Cumprimentando-a cordialmente, a Escola de Educação Especial Paulo Freire - APAE de Quilombo vem através deste, encaminhar a documentação solicitada pela Sra. Duda chefe de secretaria da comissão de direitos da ALESC. E dizer que o Balancete Contábil encontra-se dentro do Relatório Circunstanciado nas Páginas 28 a 33 do mesmo.

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,
Exedito Roque Lanhi
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 380/10

Ofício nº 42/2010

Exmo Sr.

Deputado Gelson Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Gabinete da Presidência, sala 106 88020-900 - Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas da Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Integrada de Apoio Sócio Cultural - SIASC, CNPJ 04.700.962/0001-04, com endereço para correspondência na Rua Antonio Kaesemodel, 14 - Centro, entidade esta já decalorada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 12.194.

Pede Deferimento

Aparecida Maria de Brito Costa
Presidente da SIASC

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 381/10

ASSOCIAÇÃO CANOINHENSE DE DEFICIENTES

Ofício 39/2010

Canoinhas, 12 de Julho de 2010

Excelentíssimo Senhor

Atendendo às exigências previstas pela Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para o fim de manter o reconhecimento para utilidade pública da Associação Canoinhense dos Deficientes, CNPJ 79.366.662/0001 - 30, com endereço para correspondência na Rua Almeida Cardoso 703 - Centro - Canoinhas - SC, entidade já esta declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 11.871 de 06 de setembro de 2001.

Pede Deferimento

José Clever Pereira Gomes
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 382/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

CNPJ 72.154.347/0001-08 R. Ella Sithamer, 419 - B. Progresso - Fone:

(47) 545-1072 - 89.172-000 - Pouso de Redondo - SC

Pouso Redondo, 13 de julho de 2010

Ofício Nº 035/2010

CHEFE DE SECRETARIA DA COMISSÃO DE DIREITOS DA ALESC

Cumprimentando-a cordialmente, vimos através deste comunicar que anexo estamos enviando a documentação para manutenção de Utilidade Pública Estadual.

Sem mais despedimo-nos com um abraço fraterno.

Mário Luchtenberg

DIRETOR DA APAE

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 383/10

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CNPJ 79.314.639/0001-00 - fundado em 27/03/1984

Conselho Nacional de Assistência Social nº 141 de 09/10/98

Praça José Caetano do Amaral. Fone/Fax (0xx49) 2320258 88640-00 -

Bom jardim da Serra - Santa Catarina

Ofício Nº 035/APAE/2010 Bom Jardim da Serra, 15 de julho de 2010.

Assembléia Legislativa Estado de Santa Catarina

Gabinete Presidência

Florianópolis - SC

Através deste informamos que estamos encaminhando os documentos necessários para a renovação do Título de Utilidade Pública Estadual da APAE de Bom Jardim da Serra:

- I relatório anual de atividades do exercício anterior;

- II atestado de funcionamento atualizado;

- III certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

- IV balancete contábil.

Atenciosamente,

Ozaira Andrade de Oliveira

Presidente da APAE

Marli de Fátima Costa Borges

Diretora da APAE

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 384/10

FAHECE - FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOSC/CEPON

Ofício nº 554/2010 - DIR

Florianópolis, 01 de julho de 2010.

Excelentíssimo Senhor

Dep. GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado Santa Catarina

Palácio Barriga Verde - Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310

NESTA

Senhor Presidente:

Atendendo ao disposto no artigo 3º da Lei nº 15.125 de 19/01/2010, vimos pelo presente encaminhar a V.Exa. cópias autenticadas dos documentos listados a seguir, para o devido controle e comprovação do status de Utilidade Pública Estadual conferido à FAHECE através da Lei nº 10.098 de 13.05.1996:

I. Relatório anual de atividades do exercício anterior;

II. Atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da referida Lei;

III. Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - Balancete contábil.

Na oportunidade, renovamos protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

CLÁUDIO BARBOSA FONTES

Presidente - FAHECE

ELAINE IBARRA DOBES

Diretora Admin - Financeira

HAMILTON R.S. DE VASCONCELLOS

Diretor Operacional

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 385/10

Centro de Atendimento Especializado Padre Adriano Temmink

Apae de Ponte Serrada - Santa Catarina

Relatório Anual de Atividades 2009

Rua José Bortolozaz, 790

Bairro Quatro Irmãos

Ponte Serrada - SC

CEP: 89683-000

Email: eespecialps@yahoo.com.br

- Programa via rádio de esclarecimentos sobre as deficiências e atividades realizadas por psicóloga, fisioterapeuta, direção e diretoria.
- Participação em encontros regionais das APAEs.
- Participação de membros da comunidade escolar nos Conselhos de Direito, de Assistência Social e de Educação.
- Promoção de momentos de capacitação e estudos dos profissionais da instituição.
- Promoção de avaliações com a equipe multidisciplinar.
- Parcerias com UNOESC, Celesc e Prefeitura Municipal entre outros.
- Participação em cursos promovidos pela GERED, pela Regional das APAEs e Secretaria da Educação Municipal.
- Convênio da Instituição no Sistema Único de Saúde.
- Encaminhamento de Projeto para aquisição de equipamentos e melhoria da infra-estrutura.
- Promoção de jantar beneficente para ampliação do Caesp.
- Parcerias com UNOESC, Celesc e Prefeitura Municipal entre outros.
- Participação de Voluntários na escola com atividades como: corte de cabelo, auxílio em sala, auxílio no preparo da merenda, colaboração em atividades diversas realizadas pela escola.
- Participação de estagiários do Magistério em atividades na escola.
- Ampliação da área física, melhorias de infra-estrutura e acessibilidade da instituição.
- Aquisição de bens de consumo e permanente com recursos do fundo social.
- Atividades com pais realizadas pela equipe multidisciplinar.;
- Encaminhamentos de alunos para cirurgia odontológica e para outros atendimentos na área da saúde.
- Projeto de Higiene Bucal realizado em conjunto com dentista e agentes de Saúde.
- Projeto de Valorização Pessoal e Auto-estima, realizado com todos os profissionais do Caesp.
- Encaminhamentos de relatórios para MEC e FNDE, censo Escolar.
- Disponibilização de acesso de internet para profissionais da escola;
- Encaminhamentos de projetos para a Receita Federal;
- Feira dos produtos recebidos da Receita Federal.
- Festa Junina - socialização com outras APAEs da região.
- Inscrição da instituição em projetos sociais.
- Credenciamento pensão.
- Credenciamento passe livre intermunicipal e interestadual.
- Regularização da documentação de alunos (CPF, Certidão de Nascimento e identidade).
- Orientação e visitas às famílias quanto a questão de direitos e deveres.
- Encaminhamento de alunos para atendimentos necessários ao seu desenvolvimento físico e social sempre que necessário.
- Festividades diferenciadas na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla de 21 a 28 de agosto com almoço, passeios, dia cultural, brincadeiras, gincana, músicas, exposição dos trabalhos realizados pelos alunos e cinema na escola.
- Com a implantação da Clínica do Sistema Único de Saúde, estamos oferecendo os seguintes atendimentos: Assistência Social, Psicólogo, Psiquiátrico, Fonoaudiólogo, Pediátrico, Terapia Ocupacional e Fisioterápico, atendimentos estes prestados diariamente a todos os alunos especiais.

Ponte Serrada - SC, 21 de junho de 2010

MARLENE DEL MORAL
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 386/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE- FAXINAL DOS GUEDES-SC

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2009

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2009

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

II. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA ESCOLA ESPECIAL DE FAXINAL DOS GUEDES

O atendimento ao portador de Necessidades Especiais Educativas Especiais de Faxinal dos Guedes SC, no início era feito junto a escola especial de Xanxerê um município vizinho.

Em 26 de Abril de 1988, um grupo de pessoas, juntamente com o Lions Clube de Faxinal dos Guedes SC, e com apoio da escola Especial Helena Adams Keller de Xanxerê SC e da prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes.

Funcionava provisoriamente numa das salas da Pré — Escola Santa Terezinha.

Em 1989, mudou-se para a Escola Municipal Tereza Migliorini, onde ocupava duas (2) salas e atendia 22 alunos, na área pedagógica. No ano de 1993 houve a contratação de uma equipe de técnicos especializados na área de fonoaudióloga, psicologia, fisioterapia, assistência social e um médico como voluntário.

O transporte nesse período era realizado com veículo da prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, SC.

Em 1991 em convênio com o MEC, foi adquirido Veículo Kombi, para o transporte exclusivo dos alunos da escola Municipal de Faxinal dos Guedes.

Em 1994 em convênio com o MEC e prefeitura Municipal e comunidade iniciou-se a construção da Escola Especial a qual foi ampliada com novas instalações.

A Escola Especial localiza-se à Rua João Fachinello, Bairro São Cristóvão - Faxinal dos Guedes.

No ano de 2000 foram ampliadas as instalações da escola para o funcionamento da Oficina de Panificação.

III. FINALIDADES ESTATUTÁRIAS

- Promover medidas de âmbito municipal que assegure o ajustamento e o bem estar dos excepcionais;
- Coordenar executar na sua área de jurisdição os objetivos, programas e a política da federação das **APAES** do Estado e da Federação Nacional da **APAES**;
- Servir de órgão de articulação com outras entidades do Município, que defendam a causa do excepcional em qualquer de seus aspectos.
- Encarregar-se da documentação e da divulgação das normas legais e regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas ao excepcional, procurando provocar a ação dos órgãos competentes no sentido de aperfeiçoamento da legislação.
- Promover ou estimular a realização estatísticas, estudos e pesquisas referentes à causa do excepcional, proporcionando avanço científico a formação de pessoal técnico especializado;
- Promover e/ou estimular a realização de programas permanentes de prevenção das formas de deficiências;
- Estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela APAE, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiências.
- Divulgar nos municípios as experiências Apaeanas.

III. RELATAR AS AÇÕES DESENVOLVIDAS AS AÇÕES DESENVOLVIDAS

I - ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE

A Escola Especial Paulo Denis oferece a todos os alunos alimentação e transporte gratuito.

A alimentação é doada em parte pela merenda escolar e em parte adquirida pela Associação.

O transporte é feito em veículo Gran Besta próprio, com combustível pago pela Associação e motorista cedido pela Prefeitura.

2. ATENDIMENTO AS FAMILIAS

Acontecem reuniões mensais com os pais juntamente com a equipe técnica e pedagógica da escola.

Visitas e orientações domiciliares;

Palestras com técnicos da escola;

Palestras sobre prevenção.

Auxílio de benefício.

Auxílio com fraldas e roupas.

Campanha junto a sociedade para doações para as famílias

carentes.

Semanalmente acontecem encontros com Clube de Mães, e nos eventos que a escola participa os pais também tem acesso.

Palestra sobre saúde bucal.

3. TRABALHO DE PREVENÇÃO

O trabalho de prevenção é realizado sistematicamente através de reuniões, palestras, encontros, debates, para toda a comunidade, bem como as visitas domiciliares, para eventual diagnóstico, sobre a necessidade precoce ou não da intervenção da escola especial, artigos, mensagens, lembretes também são divulgados na imprensa falada e escrita. Nos colégios da rede pública são realizadas palestras e informações a cerca da prevenção da deficiência mental e do trabalho realizado pela Escola especial.

4. PROGRAMAS PROFISSIONALIZANTES

São desenvolvidos para todos os alunos em idade acima de 14 anos, com programas visando o treinamento profissional e futuro inserção no mercado de trabalho, são passadas informações e orientações para as famílias, para que também realizem o acompanhamento de seus filhos.

5. EVENTOS CULTURAIS / RECICLAGEM/ PALESTRAS

- Reuniões pedagógicas, estudo de casos com a equipe técnica;
- Semana de planejamento para o ano;
- Comemoração do dia das mães;
- Festa de Páscoa;
- Encontros regionais das **APAES** da Delegacia Oeste;
- Olimpíada Regional das **APAES**;
- Reuniões dos Conselhos de Educação e de Assistência Social.
- Reuniões de diretores de escola 5º GEREI
- Organização e participação da Semana Nacional do excepcional;
- Jantar comemorativo do dia dos Pais;
- Semana do excepcional.
- Comemoração do dia da criança;
- Semana da Pátria - Desfile
- Reuniões semanais do Clube de Mães;
- Participação no festival Nossa Arte.
- Decoração de Ruas no dia de Corpus Christi

SERVIÇOS PRESTADOS

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Faxinal dos Guedes, atende 79 educandos com deficiência Mental, residente na cidade, interior e municípios circunvizinhos, utilizando-se do transporte pertencente a escola e transporte municipal.

Recebem atendimento de acordo com suas deficiências e idade, o trabalho pedagógico é realizado por professores especializados, tendo acompanhamento e complementação da equipe multidisciplinar, formada por: Assistente Social, Psicólogo, Fisioterapeuta, Pediatra, Fonoaudióloga e Terapeuta Ocupacional. Esta equipe realiza ainda atendimento a comunidade com avaliação de pensões e trabalho intenso de prevenção a excepcionalidade em vários setores durante o ano.

Os recursos para pagamento de pessoal provêm de:

-Pagamento de professores — Secretaria Estadual de Educação.
-Pagamento de Técnicos e Funcionários - Apea e Prefeitura Municipal.
-Material didático e pedagógico - Ministério da Educação, doações do clube de serviço, Fundo Social.

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Faxinal dos Guedes - SC.

1º. Promove a assistência social beneficente, voltada à educação e reabilitação da pessoa com deficiência mental.

2º. Aplicar integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais e não distribui lucros, dividendos, bonificações, participações ou parte de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto.

3º. Mantém livros diários de escrituração contábil de receitas e despesas, de acordo com a legislação vigente e específica.

4º. Não percebem remuneração, vantagens, benefícios, por qualquer forma ou título, seus diretores, conselheiros, sócios benfeitores ou equivalentes.

RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTO E CONSTRUÇÃO CIVIL

A sede da Associação de Pais e Amigo dos Excepcionais de Faxinal dos Guedes-SC possui prédio próprio em alvenaria com 400m2 contendo:

01 Sala de direção,
01 Sala Secretária
01 Sala de Orientação
01 Sala para professores.
01 Sala para fisioterapia.
01 Sala de Fonoaudiologia
01 Sala Psicologia.
01 Sala de Terapia Ocupacional
08 Salas de aula.
01 Cozinha
01 Refeitório
07 Banheiros
01 Área coberta
01 Área de serviço

Faxinal dos Guedes, 18 de janeiro de 2009.

Lindamir Brighenti Magro

Presidente APAE- Faxinal dos Guedes.

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 387/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POMERODE - APAE

Escola Especial Criança Esperança

POMERODE, 14 DE JULHO DE 2010.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SRA. DUDA

CHEFE DE SECRETARIA DA COMISSÃO DE DIREITOS DA ALESC

PREZADA SENHORA,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos desta encaminhar os documentos abaixo relacionados, para prestação de contas da UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL desta entidade.

- Relatório anual de atividade do exercício anterior;
- Atestado de funcionamento atualizado;
- Certidão do registro da entidade no Cartório de Registro de

Pessoa Jurídica;

- Balancete Contábil.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para esclarecimentos.

Anteciosamente.

Almir Biegling
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 388/10

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catanduvas - APAE
Catanduvas, 15 de julho de 2010.

Para:

Explanada Ministério - Assembléia Legislativa

A/C Sra. Duda-Chefe da Secretaria Comissão de Direitos da Alesc

FLORIANÓPOLIS-SC

Explanada dos Ministérios - Assembléia Legislativa

Palácio Barriga Verde

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310-centro

Florianópolis-SC

CEP 88020-900

Cumprimentando-a cordialmente, vimos à presença de Vossa Senhoria, com devido acatamento e respeito, conforme Lei 15.125 de Janeiro de 2010, apresentar prestação de contas da Utilidade Pública Estadual dos anos 2008/2009, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art.1º desta Lei.

Sendo o que se apresentava para o momento, certos de sermos atendidos, reiteramos protestos de eleva estima e apreço.

ATENCIOSAMENTE

FRANCISCO BARBOSA

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 389/10

Relatório Circunstanciado

CNPJ: 81.285.769/0001-03

Nome/Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUABIRUBA

Ano Referência: 2009

Data Envio: 30/04/2010

Número Recibo: 6106051361034001

Tipo de Relatório: Prestação de Contas

Identificação

Nome/Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUABIRUBA

CNPJ: 81.285.769/0001-03

Nome Fantasia:

Endereço: RUA 10 DE JUNHO 1256 ESCOLA CENTRO

Cidade: Guabiruba UF: SC CEP: 88360000

Telefone: 47 - 33540773 **Telefone 2:** 47 -33540075 **Fax:** 47 - 335540806

E-mail Entidade: apaegda@brturbo.com.br **Sítio Eletrônico:** -

Natureza Jurídica: Associação

Tipo de Estabelecimento:

A Sede da Entidade é: Própria

Estatuto/Diretoria:

Documento Legal de Registro (Estatuto)

UF: SC Município: Brusque

Cartório: OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Data do Registro: 19/10/1989 **Livro/Folha:** A/2 folha 14

Número do Registro/ Matrícula: 292

Composição da Atual Diretoria Estatutária

Houve Alterações na Diretoria no Exercício Anterior? Não

Mandato da Atual Diretoria: Data Início: 01/01/2008 Data Término: 31/12/2010

Representante Legal da Entidade: NICOLAO HASSMANN

Cargo: PRESIDENTE

Profissão: Recepcionista, em geral

CPF: 291.929.609-44 **RG:**10423788 **Órgão Expedidor:** SSP/SC

Sexo: M **Data de Nascimnto:** 08/12/1957

Nome da Mãe: MERCEDES AMORIM HASSMANN

É Funcionário Público? Não

Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não

Se sim, qual a função exercida? -

Demais diretores da Entidade

Nome do diretor: ROSEMERI LUZIA KOHLER BOHN

Profissão: Comerciante atacadista **Cargo:** VICE-PRESIDENTE

CPF: 711.810.919-34 **RG:** 1.921.871-0 **Órgão Expedidor:** SSP/SC

Sexo: F **Data de Nascimento:** 05/01/1970

Nome da Mãe: IVONE KOHLER

É Funcionário Público? Não

Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não

Se sim, qual a função exercida?

Nome do diretor: ELFRIDA SCWAMBACH

Profissão: Tecelão de malhas (máquina cir **Cargo:** 1º Diretora Secretária

CPF: 986.451.109-20 **RG:**16/R 2.344.554 **Órgão Expedidor:** SSP

Sexo: F **Data de Nascimento:** 28/01/1957

Nome da Mãe: ANA REINERT SCHLOSER

É Funcionário Público? Não

Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não

Se sim, qual a função exercida?

Nome do diretor: MARCIA WIPPEL

Profissão: Assistente social **Cargo:** 2ª DIRETORIA SECRETÁRIA

CPF: 645.118.639-20 **RG:** 4/C 3.194.198 **Órgão Expedidor:** SSP

Sexo: F **Data de Nascimento:** 27/01/1968

Nome da Mãe: JOANA MAFFEZZOLLI

É Funcionário Público? Não

Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -
Nome do diretor: ELIANA WIPPEL
Profissão: Assistente Social Cargo: 1ª DIRETORA FINANCEIRA
CPF: 986.452.699-53 RG: 16/R 913.947 Órgão Expedidor: SSP
Sexo: F Data de Nascimento: 23/05/1960
Nome da Mãe: HERTA ALFARTH
É Funcionário Público? Não
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -
Nome do diretor: MARIA DE LOURDES SEUBERT
Profissão: Assistente Social Cargo: 2ª DIRETORA FINANCEIRA
CPF: 030.613.569-83 RG: 16/R 2.836.669 Órgão Expedidor: SSP
Sexo: F Data de Nascimento: 08/12/1966
Nome da Mãe: MERCEDES AMORIM HASSMANN
É Funcionário Público? Não
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -
Nome do diretor: EDSON LUIZ WIPPEL
Profissão: Tecelão de Malhas (máquina cir Cargo: DIRETOR DE PATRIMÔNIO
CPF: 469.112.009-20 RG: 1.482.762-0 Órgão Expedidor: SSP
Sexo: M Data de Nascimento: 29/08/1963
Nome da Mãe: LOURDES WIPPEL
É Funcionário Público? Não
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -
Nome do diretor: FELIPE EILERT DOS SANTOS
Profissão: Cirurgião dentista - clínico g Cargo: DIRETOR SOCIAL
CPF: 585.580.120-91 RG: 9.349.911-2 Órgão Expedidor: SSP
Sexo: M Data de Nascimento: 14/10/1969
Nome da Mãe: LOURDES TEREZINHA DOS SANTOS
É Funcionário Público? Não
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -
Nome do diretor: TERESINHA SEUBERT
Profissão: Assistente social Cargo: DIRETOR SOCIAL
CPF: 003.641.149-32 RG: 17/C 3.725.334 Órgão Expedidor: SSP
Sexo: F Data de Nascimento: 28/10/1965
Nome da Mãe: GEOLINDA KISTNER
É Funcionário Público? Não
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -
Nome do diretor: VALMIR ZIRKE
Profissão: Comerciante varejista Cargo: CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 584.741.619-91 RG: 17/C 1.925.798 Órgão Expedidor: SSP
Sexo: M Data de Nascimento: 03/02/1969
Nome da Mãe: MARIA GERTRUDES ZIRKE
É Funcionário Público? Não
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -
Nome do diretor: TEREZA DA SILVA
Profissão: Empregado doméstico diarista Cargo: CONSELHEIRA DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 417.905.029-34 RG: 4/C 3.446.237 Órgão Expedidor: SSP
Sexo: F Data de Nascimento: 24/05/1951
Nome da Mãe: EMILIA BRUNNER KOHLER
É Funcionário Público? Não
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -
Nome do diretor: JACINTA APARECIDA HASSMANN KORMANN
Profissão: Assistente Social Cargo: CONSELHEIRA DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 675.729.109-63 RG: 2.346.391.0 Órgão Expedidor: SSP
Sexo: F Data de Nascimento: 01/10/1972
Nome da Mãe: MERCEDES AMORIM HASSMANN
É Funcionário Público? Não
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -
Nome do diretor: ILSE BRUNNER HASSMANN
Profissão: Assistente Social Cargo: CONSELHEIRA DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 827.055.009-44 RG: 2.344.741-9 Órgão Expedidor: SSP
Sexo: F Data de Nascimento: 14/06/1972
Nome da Mãe: ERNA BECKER BRUNER
É Funcionário Público? Não
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -
Nome do diretor: MARCIO EBELE
Profissão: Comerciante varejista: CONSELHEIRO FISCAL
CPF: 496.954.449-20 RG: 1.243.613-5 Órgão Expedidor: SSP
Sexo: M Data de Nascimento: 11/12/1965
Nome da Mãe: ALAIDE KORMANN EBELE
É Funcionário Público? Não

Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -
Nome do diretor: SILVANA DE ANDRADE KORMANN
Profissão: Assistente social: CONSELHEIRO FISCAL
CPF: 000.492.919-55 RG: 5.113.643-2 Órgão Expedidor: SSP
Sexo: F Data de Nascimento: 18/06/1971
Nome da Mãe: MARI VANI DE ANDRADE
É Funcionário Público? Não
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -
Nome do diretor: IVONE KISTNER DOS SANTOS
Profissão: Costureiro na confecção em ser Cargo: CONSELHEIRA FISCAL
CPF: 021.607.339-11 RG: 3.773.537 Órgão Expedidor: SSP
Sexo: F Data de Nascimento: 25/05/1952
Nome da Mãe: ANA KISTNER
É Funcionário Público? Não
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -
Nome do diretor: HERTA ALFARTH
Profissão: Assistente social Cargo: SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
CPF: 731.547.769-15 RG: 913.444-1 Órgão Expedidor: SSP
Sexo: F Data de Nascimento: 09/10/1936
Nome da Mãe: IRMA BOOS
É Funcionário Público? Não
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -
Nome do diretor: TANIA REGINA HASSMANN
Profissão: Assistente social Cargo: SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
CPF: 032.284.809-17 RG: 10.434.479-8 Órgão Expedidor: SSP
Sexo: F Data de Nascimento: 03/02/1962
Nome da Mãe: ALAIR ALVES
É Funcionário Público? Não
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -
Nome do diretor: HEINZ ALFARTH
Profissão: Assistente social Cargo: SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
CPF: 030.325.079-87 RG: 3/R 167.071 Órgão Expedidor: SSP
Sexo: M Data de Nascimento: 05/06/1932
Nome da Mãe: HILDEGARD ALFARTH
É Funcionário Público? Não
Exerce na entidade função pela qual recebe remuneração? Não
Se sim, qual a função exercida? -

Entidades Mantidas

Outros Departamentos

Lista de Finalidades Principais de Acordo como Estatuto, Organizadas de Forma Crescente de Prioridade

Finalidades

Outras formas de Educação/Ensino
Assistência Social - Defesa Social e Institucional
Outras formas de Desenvolvimento e Defesa de Direitos

Lista de Finalidades Principais de Acordo como Estatuto, Organizadas de Forma Crescente de Prioridade

Atividades

Educação Especial
Atividades Complementares à Escola
Amparo a Crianças e Adolescentes

Público Alvo

Crianças e adolescentes
Idosos

Portadores de deficiência

Alterações Estatutárias

Houve alterações estatutárias no exercício anterior? Não

Dados relativos a eventuais alterações estatutárias da Entidade ocorridas no último

Data: 27/12/2006

Finalidade da alteração: REFORMULAR O ESTATUTO DE ACORDO COM O PADRÃO PROPOSTO PELA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES.

RECURSOS HUMANOS

QUANTIDADE DE PESSOAS QUE COLABORAM COM A ENTIDADE

Colaboradores	16
Funcionários:	0
Estagiários Remunerados:	0
OSCIP - Diretores Remunerados	0
Total de Pessoal Ocupado Assalariado:	16
Voluntários Permanentes:	10
Voluntários Eventuais:	20
Estagiários Não remunerados:	1
Total de Pessoal Ocupado Não Remunerado:	31
Trabalhadores Autônomos	1

Atividades

Apresentação:

A APAE de Guabiruba, oferece atendimento diário a 75 alunos com necessidades educativas especiais. O objetivo desta instituição é de proporcionar habilitação, reabilitação e educação, visando a inclusão social dos alunos matriculados. Recebem atendimento especializado com serviços de Fonoaudiologia, Fisioterapia, Pedagogia, alimentação e transporte gratuitos. A Entidade mantém-se através de promoções, eventos e convênios.

Detalhamento Atividades

Descrição:

A APAE de Guabiruba promove a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente mental, em seus ciclos de vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício de sua cidadania, coordenar e executar na sua área de jurisdição os objetivos, programas e a política da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do movimento apaeano, assegurando o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, defendendo a causa da pessoa com deficiência em qualquer de seus aspectos. No âmbito municipal divulgando informações sobre assuntos referentes a pessoa com deficiência, incentivando a publicação de trabalhos e obras especializadas. Exigindo de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do movimento apaeano. Promover e estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa de direitos da pessoa com deficiência, de apoio e orientação a sua família e a comunidade. Prestar serviços gratuitos e permanentes e sem qualquer discriminação de clientela na área específica de atendimento, aqueles que deles necessitarem através de serviços que ofereçam a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência através fonoaudiologia, fisioterapia, pedagogia, alimentação, transporte, através de acompanhamento especializado para a educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, visando a inclusão social da pessoa com deficiência, estimulando o desenvolvimento de programas de prevenção, da promoção e proteção da pessoa com deficiência, defesa dos direitos, de apoio e orientação a sua família e comunidade.

Objetivo:

Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente mental, em seus ciclos de vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício de sua cidadania, coordenar e executar na sua área de jurisdição os objetivos, programas e a política da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do movimento apaeano. Divulgando informações, incentivando a publicação de trabalhos e obras especializadas. Exigindo de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do movimento apaeano. Promover e estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa de direitos da pessoa com deficiência, de apoio e orientação a sua família e a comunidade.

Público Alvo:

Crianças e adolescentes

Idosos

Portadores de deficiência

Resultados obtidos:

As atividades propostas proporcionam a melhoria da qualidade de vida dos alunos através do seu desenvolvimento neuropsicomotor, na comunicação corporal e oral, na aprendizagem, incentivam a participação e interesse dos alunos, buscando alegria, entretenimento, diversão, interação, desenvolvendo o espírito de equipe, desenvolvimento de projetos de produção artística e aulas para melhora no condicionamento físico. Através destas atividades alcançamos o objetivo de fazer o aluno aprender, se divertir e se incluir socialmente.

Período de realização: DIURNO

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 75

Título/Qualificação/Certificação Federais	Possui?	ano da Publicação
Título da Utilidade Pública Federal (Lei nº 91/35)- UPF	sim	2000
Qualificação como Organização da Sociedade Civil da Interesse Público (Lei nº 9.79/99)-OSCIP	não	-
Atestado de Registro de Entidade Beneficiante de assistência Social(Lei nº 8.742/93)	não	-
Qualificação como Organização Social (Lei nº 9.637/94)	não	-
Certificado de Entidade Beneficiante de Assistência Social (Lei nº 8.742/93)	não	-
Condição de entidade de Apoio (Lei nº 8.958/94)	não	-
Registro no Cadastro Nacional de Entidade Ambientais (Dec nº 99.274) - CNEA	não	-
Outros (especificar)	-	-

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -

Nº de beneficiários não gratuitos: -

Nº total de beneficiários: 75

Percentual da gratuidade parcial: 100.0%

Origem das fontes de recursos que custeiam as atividades, serviços e projetos realizados:

Própria (recursos decorrentes da prestação de serviços da entidade)	0,00%
Própria (recursos decorrentes de mensalidades/ doações dos membros ou associados)	0,00%
Privada (recursos de doações e parcerias com empresas e entidades privadas)	52,40%
Privada (recursos de doações eventuais)	3,50%
Pública (recursos de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas)	44,10%
Internacional Privada (recursos de entidades e parcerias com órgãos ou entidades públicas)	0,00%
Internacional Pública (recursos de Países estrangeiros, ONU, etc)	0,00%

Área de Abrangência do projeto

Área de Abrangência: Municipal

UF: SC

Município: Guabiruba

Zona de operação de abrangência das atividades, serviços e projetos desenvolvidos:

Ambas (rural e urbana)

Outras informações

Parcerias e Subvenções Públicas

Informações sobre o órgão ou entidade parceria

Nome do órgão ou da entidade parceria FUNDO SOCIAL

Classificação do órgão na estatura administrativa: Órgão Público do Poder Executivo

Posição do órgão na estrutura federativa: Estadual

Origem dos recursos repassados: Estadual

Natureza do instrumento de parceria: Convênio

Data de Publicação na imprensa oficial: -

Total de recursos financeiros previstos: 50.929,56

Recursos financeiros já repassado: 50.929,56

Resumo do objetivo da parceria: O DINHEIRO RECEBIDO DO FUNDO SOCIAL ESTA SENDO USADO NA CONSTRUÇÃO NOVA SEDE SOCIAL DA APAE, COM ESPAÇO MAIS AMPLO E APROPRIADO AS NECESSIDADES DE NOSSOS ALUNOS.

Nº de beneficiários: 75

Previsão de início das atividades: 01/01/2009

Previsão de término das atividades: 31/12/2009

Nome do órgão ou entidade parceira CELESC

Classificação do órgão na estrutura administrativa: Autarquia

Posição do órgão na estrutura federativa: Estadual

Origem dos recursos repassados: Municipal

Natureza do instrumento de parceria: Convênio

Data de publicação na imprensa oficial: -

Total de recursos financeiros previstos: 21.167,14

Recursos financeiros já repassado: 21.167,14

Resumo do objetivo da parceria: O REPASSE É USADO PARA AS DESPESAS DE MANUTENÇÃO, ÁGUA, LUZ, TELEFONE, MATERIAL DE EXPEDIENTE, SEGUROS, MATERIAL DE INFORMÁTICA, ETC...

Nº de beneficiário: 75

Previsão de início das atividades: 01/01/2009

Previsão de término das atividades: 31/12/2009

Documentos e Títulos

Título/Qualificação/Certificação em Outros Âmbitos	Possui?	UF	Município	Ano da Publicação
Título de Utilidade Pública Estadual	Sim	SC	-	1998
Título de Utilidade Pública Municipal	Sim	SC	Guabiruba	1998
Registro no conselho Estadual de Assistência Social	Não	-	-	-
Registro no conselho Municipal de Assistência Social	Não	-	-	-
Outros (especificar)	Não	-	-	-
Descrição (Outros)	-	-	-	-

Questionário de Inserção Social da Entidade

Informações sobre a inserção social da entidade:

Para estabelecer os tipos de atividades e serviços prestados pela entidade foram realizados estudos e pesquisas, para levantar demandas e necessidades do público alvo e caracterizar o perfil dos beneficiários? Sim

A entidade criou espaços para que o público alvo participasse do planejamento, execução e avaliação das atividades e serviços oferecidos? Sim

Descrição de como se deu a participação dos beneficiários: Através de encontros e participação na determinação das necessidades prioritárias do público alvo.

A entidade permitiu a participação do público alvo na definição e controle dos custos/ orçamentos destinados para as atividades e serviços prestados? Sim

A entidade fez parcerias ou articulou redes com instâncias/ instituições da comunidade em que atua, para ampliar o atendimento ao público alvo? Não

Descrição das parceiras e/ ou redes articuladas: -

A entidade realizou ações para dar visibilidade/ denunciar os fenômenos relacionados ao público ao qual dirige suas atividades, contribuindo para mobilização e organização do público alvo (campanhas, conferências, capacitação de lideranças, promove a conscientização acerca dos direitos e lei, etc)? Sim

Descrição das ações realizadas: Na participação da elaboração do projeto político pedagógico da entidade.

O contato e a experiência na realização de atividades com o público alvo foram aproveitados, pela entidade, para realização e divulgação de pesquisas? Não

Relação das pesquisas e publicações realizadas pela entidade: -

A entidade promoveu a capacitação dos profissionais em relação à temática com a qual atuou? Sim.

Como se deu essa capacitação? Através da participação de cursos, congressos e seminários promovidos de instituições afins.

Avaliação

A entidade estabeleceu mecanismos de avaliação dos serviços e atividades prestados? Sim

Participou das avaliações: Público ativo/ beneficiário

Resultados obtidos na avaliação: satisfatórios, na medida dos recursos destinados. Havia maior demanda por atendimento que a capacidade oferecida.

Em relação a contribuição da entidade para ampliação da democracia e fortalecimento da cidadania:

A entidade participou de espaços de controle social (conselhos, foruns, etc)? Sim

Quais? Relato dos resultados e impactos para o processo de formulação de políticas públicas e para garantia e ampliação de direitos conquistados com a contribuição da atuação da entidade. Aberta à comunidade, com maior atenção à participação do público alvo, diretamente interessado nas políticas estabelecidas.

Em relação aos beneficiários das atividades:

As atividades e serviços realizados pela entidade, atingem a população de baixa renda (renda mensal per capita de até meio salário mínimo)? Sim

As atividades e serviços realizados pela entidade, atingem beneficiários que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou de risco social (famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas; exclusão pela pobreza e/ ou acesso às demais políticas públicas; vítimas de violência; etc)? Sim

A entidade desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade (negros; gênero; opção sexual; portadores de necessidades especiais) entre beneficiários e/ou colaboradores da entidade? Sim

Ações ou políticas realizadas: Realizou-se palestras e visitas, participação e explanação do trabalho desenvolvido através de veículos de comunicação, participação em desfiles municipais. Divulgação de materiais sobre a prevenção, característica sobre deficiências, a importância da defesa de direitos, além da participação em capacitações sobre o processo de inclusão social.

Demonstrativo Contábil

Dados referentes ao exercício.

Receita anual da entidade (em R\$): Acima de 100 mil até 250 mil

Percentual da Receita anual da entidade (em %): de 25% até 50%
Classificação da Entidade: Educacional e Saúde

Balanco Patrimonial	
- ATIVO (R\$)	
Ativo Circulante	
Disponível	25.655,30
Contas Vinculadas	0,00
Convênios, Acordos e Ajustes	0,00
Valores a receber a terceiros	0,00
Adiantamento a empregados	0,00
Outras contas e títulos a receber	0,00
(-) Provisão para devedores duvidosos	0,00
Estoques	0,00
Despesas antecipadas	0,00
Outras Contas do Ativo Circulante	0,00
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	25.655,30
Ativo Realizável a Longo Prazo	
Valores a receber a longo prazo	0,00
TOTAL ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	0,00
Ativo Permanente	
Investimentos	0,00
Imobilizado	310.750,77
(-) Depreciação/ amortização acumulada	0,00
Diferido	0,00
Outros ativos Permanentes	0,00
TOTAL ATIVO PERMANENTE	310.750,77
TOTAL ATIVO	336.406,07
- PASSIVO (R\$)	
Passivo Circulante	
Fornecedores	7.247,37
Obrigações Trabalhistas	170,00
Obrigações Sociais	0,00
Prestadores de Serviços	0,00
Aluguéis a Pagar	0,00
Adiantamento de clientes	0,00
Empréstimos e financiamentos a pagar CP	0,00
Obrigações fiscais exceto IREnda e CSLL	0,00
Convênios Públicos (Saldo)	0,00
Adiantamento de Projetos	0,00
Subvenções Públicas (Saldo)	0,00
Recursos de Leis de Incentivo Fiscal	0,00
(-) Rec. Leis de Incentivo Fiscal utilizados	0,00
Provisão para IREnda e CSLL	0,00
Sentenças judiciais trabalhistas a pagar	0,00
Sentenças judiciais a pagar - exceto trabalhista	0,00
Outros Passivos Circulante	0,00
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	7.417,37
Passivo exigível a Longo Prazo	
Empréstimos e financiamentos a pagar a longo prazo	0,00
Contas a pagar	0,00
Aluguéis antecipados	0,00
Outros passivos exigíveis a longo prazo	0,00
TOTAL PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0,00
Resultado de exercícios futuros	
Resultados de exercícios futuros	0,00
TOTAL RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0,00
Patrimônio Social Líquido	
Patrimônio Social (Fundo Patrimonial)	226.441,98
Doações patrimoniais	0,00
Reservas constituídas	0,00
Superávit(s) do(s) exercício(s)	102.546,72
Déficit(s) do(s) exercício(s)	0,00
Outras Contas do Patrimônio Social	0,00
TOTAL PATRIMÔNIO	328.988,70
TOTAL PASSIVO	336.406,07
Resultado Exercício	
- RECEITA (R\$)	
Receita Operacional	
Prestação de serviços (Exceto Saúde/Educ)	0,00

Recursos - subvenções públicas	50.929,56
Recursos - contribuições públicas	0,00
Recursos - convênios públicos	21.167,14
Recursos - auxílios públicos	0,00
Recursos - Termo de Parceria	0,00
Doações e contribuições para custeio	0,00
Receita de convênios de saúde privados	0,00
Prest. Serviços de saúde não-conveniados	0,00
SUS - Sistema único de Saúde	0,00
Inscrições de cursos e vestibulares	0,00
Serviços Educacionais	0,00
Taxa, mensalidades e contribuições	0,00
Contribuição de empresas mantenedoras	0,00
Doações, Campanhas e patrocínios	91.388,75
Recursos Internacionais	0,00
Deduções das Receita	
(-) Bolsas de estudo concedidas	0,00
(-) Atendimento gratuito	0,00
(-) Descontos Comerciais Concedidas	0,00
(-) PIS sobre receitas	0,00
(-) COFINS sobre receitas	0,00
(-) ICMS sobre vendas	0,00
(-) ISS sobre serviços	0,00
(-) Vendas Canceladas	0,00
(-) Outras deduções	0,00
Outras Receita Operacionais	
Outras receitas operacionais	0,00
Receitas Financeiras Patrimoniais	
Descontos Obtidos	0,00
Renda de aluguéis e arrendamentos	0,00
Rendimentos de Títulos e Aplicações no Mercado Financeiro	0,00
(-) Impostos s/ aplicações financeiras	0,00
Outras Receitas Financeiras	0,00
Receitas Não - Operacionais	
Venda de Ativo Permanente	0,00
Doações receb. em bens ou mercadorias	0,00
Outras Receitas Não-Operacionais	0,00
Outras Receitas	
Outras receitas não classificadas anteriormente	0,00
TOTAL RECEITAS	163.485,45
- DESPESAS (R\$)	
Despesas com Pessoal	
Salários de Funcionários (c/ vínculo empregatício)	4.380,18
Encargos Sociais com Pessoal	0,00
Despesas Diversas com Pessoal	1.980,27
Remuneração de Dirigentes	0,00
Encargos Sociais com dirigentes	0,00
Outros Encargos Sociais Compulsórios	0,00
Outras despesas com Pessoal	16.537,60
Serviços Contratados	
Recursos Humanos Externos - Pessoa Física	0,00
Recursos Humanos Externos - Pessoa Jurídica	0,00
INSS sobre serviços prestados por terceiros	0,00
Outras despesas com serviços contratados	0,00
Custos de Projetos	
Custos de Projetos	0,00
Despesas Gerais e Administrativas	
Águas, gás e energia elétrica	5.621,94
Aluguéis pagos	0,00
Despesas com veículos	14.438,50
Diárias e viagens	0,00
Hospedagem	0,00
Passagens aéreas/ rodoviárias	0,00
Telefone, Fax e outras desp. c/ comunidades	3.647,61
Publicações Técnicas	0,00
Serviços Técnicos e Especializados	0,00
Despesas com Informática	2.030,00
Prêmios de seguros contratados	3.509,96
Despesas com atividades sociais e culturais	0,00
Outras despesas administrativas	0,00
Despesas com bolsas de estudo a Terceiros	
Ensino Fundamental	0,00
Curso Superior	0,00
Estagiários	0,00
Mestrados, Doutorados e Pós-Doutorados	0,00
Outras despesas com Bolsas de Estudo	0,00

Impostos, Taxas e Contribuições (não - lançados) em	
Receitas	
Impostos Federais	0,00
Impostos Estaduais	0,00
Impostos Municipais	0,00
CMPF	0,00
COFINS	0,00
IOF	0,00
Outros tributos, taxas e contribuições	0,00
Despesas Beneficentes	
Doação de Alimentos	0,00
Doação de Roupas e Agasalhos	0,00
Doação de Medicamentos	0,00
Outras despesas Beneficentes	0,00
Despesas Financeiras	
Descontos concedidos	0,00
Despesas Bancárias	463,54
Outras despesas financeiras	0,00
Depreciação, Amorização e Leasing	
Despesas com Depreciação	0,00
Despesas com Amortização	0,00
Despesas com Leasing	0,00
Outras Despesas Operacionais	
(-) recuperação de despesas	0,00
Outras despesas operacionais	0,00
Outras Despesas Não-Operacionais	
Custo de ativo permanente vendido	0,00
Custo de ativo permanente baixado	0,00
Outras despesas não-operacionais	0,00
Participações e contribuições	
Participações e Contribuições	0,00
Outras Despesas e Custos	
Outras despesas não classificadas anteriormente	8.329,13
Provisões Constituídas	
Provisão para Imposto de Renda e CSLL	0,00
Outras provisões constituídas	0,00
TOTAL DESPESAS	60.938,73
-SUPERÁVIT/DÉFICIT (R\$)	
RECEITAS	163.485,45
(-) Impostos sobre a receita	0,00
(-) Abatimento e cancelamentos	0,00
RECEITA LÍQUIDA R\$:	163.485,45
(-) Custos de serviços/produtos	0,00
SUPERÁVIT OU DÉFICIT BRUTO R\$:	163.485,45
(-) Despesas gerais e administrativas	52.146,06
(-) Despesas financeiras	463,54
(-) Despesas tributárias	0,00
(-) Outras despesas operacionais	8.329,13
Receitas Financeiras	0,00
RESULTADO OPERACIONAL R\$:	102.546,72
(-) Despesas não-operacionais	0,00
Receitas não-operacionais	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DE IRENTA E CSLL	102.546,72
(-) Provisão para IRENTA e CSLL	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO DEPOIS DO IRENTA E CSLL	102.546,72
(-) Participações e contribuições	0,00
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO R\$:	102.546,72

Notas Explicativas do Demonstrativo Contábil

I - CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 01 - Objetivos Constantes de seu estatuto

Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência; coordenar e executar na sua área de jurisdição, programas e política a Federação Estadual e Federação Nacional de APAEs; atuar na definição da política municipal de atendimento às pessoas com deficiência; promover e estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa de direitos e de apoio e orientação à sua família e a comunidade;

II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES:

NOTA 02:

SIM

III - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTA 03:

COMPETÊNCIA

NOTA 04:

MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE EXTRATO BANCÁRIO DE CONTA CORRENTE.

NOTA 05:

DESPESAS E RECEITAS LANÇADAS ATRAVÉS DO LIVRO CAIXA.

NOTA 06:

a) Pessoa Física: R\$

a) Pessoa Jurídica: R\$

NOTA 07:

72.631,70

NOTA 08:

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstradas pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

NOTA 09:

A APAE não contém registro de gratuidade em respectivas planilhas de apuração, pois, seu atendimento é totalmente gratuito.

NOTA 10:

Todos os serviços são gratuitos prestados por esta entidade.

NOTA 11:

Informar o(s) valor(es) da(s) isenç(ões) usufruída(s), da seguinte forma:

a) Cota Patronal INSS+SAT+Terceiros = R\$0,00

b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) = R\$0,00

c) Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) = R\$0,00

Dados do Contabilista

CPF: 520.828.909-10

Nome Contador: WALDEMIRO DALBOSCO

Sexo: MASCULINO Nº de Registro no CRC: 0167690

Avaliação do Relatório

Na sua opinião, este formulário para o Relatório Circunstanciado facilita a elaboração dos relatórios de serviços? Sim

Tem alguma sugestão para que o relatório alcance esse objetivo?

.

O CNEs cumpriu com o objetivo de simplificar a Prestação de Contas? Sim

Tem alguma sugestão para que o relatório alcance esse objetivo?

Simplicidade. No modelo anterior havia um título para "despesas com material de consumo, expediente e de escritório", no atual este foi suprimido. Justo este que tem a maior abrangência...

O preenchimento deste relatório proporcionou um momento de reflexão da entidade em relação às ações desenvolvidas e aos resultados obtidos? Não

Tem alguma sugestão para que o relatório alcance esse objetivo?

.

Você tem alguma sugestão para simplificar e/ou aprimorar este relatório?

NO QUADRO QUALIFICAÇÃO DA DIRETORIA NO ESPELHO FICA DESCRITO NO CAMPO CARGO NA ENTIDADE A PROFISSÃO E NÃO HÁ A OPÇÃO DE PROFISSÃO APOSENTADO E DO LAR.

Contabilista responsável pelas informações contábeis

WALDEMIRO DALBOSCO

Contador

REG. CRC/SC 1-SC-016769/0-0

CPF 520.828.909-10

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 390/10

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salete/SC - APAE

Salete-SC, 16 de Julho de 2010.

Ao Exmo. Sr.

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - Santa Catarina

Em atenção ao que determina a Lei nº. 15.125 de 19 de janeiro de 2010, estamos encaminhando os documentos de prestação de contas de 2009 conforme a seguir:

- Relatório de Atividades do ano de 2009;
- Atestado de funcionamento atualizado;
- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- Balanço Patrimonial e Financeiro;
- Jornal com a Publicação do Balanço.

Sendo o que se apresnta para o momento, e estando ao inteiro dispor de Vossa Senhoria, apresentamos nossos protestos de elevado estima e consideração, e subscrevemo-nos mui,

Atenciosamente

Nilza Luchtenberg

Presidente da APAE de Salete - SC

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 391/10 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE Escola Especial " Padre Adriano Hoch" Bom Retiro - SC

Ilma. Srª

Duda

DD. Chefe de Secretaria da Comissão de Direitos da ALESC

Florianópolis - SC

Ofício Nº 039/2010

Bom Retiro - SC

15.07.2010.

Prezada,

Através do presente, estamos encaminhando em anexo, os documentos solicitados conforme disposto na Lei 15.125.

Sendo que se apresenta para o momento, apresentamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

APAE - BOM RETIRO
MARIA IRENE WIGGERS HEMCKMEIER
PRESIDENTE DA APAE

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

Ofício Nº 392/10

MEUC

Missão Evangélica União Cristã

A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

A/C SR. GELSON MERÍSIO

PRESIDENTE

MISSÃO EVANGÉLICA UNIÃO CRISTÃ, com sede a Rua Antônio da Veiga, 539, Vila Nova, na cidade de Blumenau - SC, entidade religiosa filantrópica, diaconal e educacional, sem fins lucrativos, vêm requerer a manutenção da utilidade pública estadual, segundo preceitua a lei estadual nº 15.125/2010. Para tanto segue em anexo os documentos exigidos pela referida lei.

- Relatório anual de atividades;
- Certidão atualizada do Registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas
- Atestado de funcionamento;
- Balanço Patrimonial.

Atenciosamente

Clóvis Schenkel

Secretário Executivo

Lido no Expediente

Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 393/10

Conselho Comunitário do Furadinho

Relatório: Trabalhos desenvolvidos durante este ano

O Conselho Comunitário do Furadinho, entidade sem fins lucrativos, vem prestando relevantes serviços à comunidade do Furadinho, Praia do Pontal e Praia de Fora por 24 anos.

Tem por objetivo atender crianças de 2 a 6 anos de idade (creche e pré-escolar, supletivo jovens e adultos, grupo de idosos, grupo de mães, famílias carentes e a comunidade de forma geral)

São realizados projetos de esporte, tricô, crochê, bordados, pintura em tecido, tendo atividades esportivas e culturais que envolvem toda comunidade.

O atendimento *realizado pelo C.E.I* se dá através da ação pedagógica, que busca promover o desenvolvimento *físico* e psicológico, por meio de atividades lúdicas que ampliam o conhecimento, desenvolvimento e coordenação trabalhando a criatividade e sociabilidade auxiliando-a para um melhor desempenho ao ingressar no ensino fundamental.

O Conselho Comunitário do Furadinho realiza reuniões comunitárias para debater sobre problemas que afetam a Comunidade. Problemas estes relacionados com transportes coletivos pedágio, duplicação da BR 101, trabalho Social, Assistência Jurídica, orientações, encaminhamentos, consultas e marcações de exames dentro dos nossos limites.

Buscamos a conservação e preservação de vias públicas, do meio ambiente, saúde e segurança, trabalhamos com doações de roupas e alimentos conforme doações recebidas.

Sempre que a comunidade solicita uma reunião junto ao Conselho Comunitário do Furadinho tentamos dar uma resposta ao problema explanado.

Não possuímos sede própria, pagamos aluguel e fizemos melhorias emergenciais para atender a nossa demanda de 70 crianças, 30 idosos, 20 mães e 120 famílias carentes mais 35 jovens do supletivo. Temos a nossa sede em construção há 08 anos, que têm dois andares que totaliza 400,00 m2 de área construída, ainda não conseguimos concluir a obra, *após estar pronta* a construção poderemos atender toda demanda, hoje temos em média 35 crianças aguardando vagas em período integral para os pais trabalharem.

Com o novo espaço terminado terá mais sala disponível poderá ampliar os cursos profissionais para os jovens e adultos capacitando os mesmos ao mercado de trabalho.

As ações e trabalhos realizados por este Conselho Comunitário trabalham para o crescimento da comunidade tentando buscar a oportunidade e mostrar aos cidadãos seus direitos, deveres e sua cidadania.

Flávio José de Souza

Lido no Expediente
Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 394/10

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Morro Grande
Rua Rui Barbos, s/n, Centro Morro Grande - SC, CEP 88925-000
CNPJ 73.955.148/0001-53 Fone: (48) 35440054

Relatório das atividades exercidas em 2009

- Dez entrada de processos junto ao INSS de licença maternidade;
- Trinta e uma entrada de processos junto ao INSS de auxílio doença;
- Onze processos de aposentadoria na atividade rural;
- No dia 08/03/2009 dia internacional da mulher foi realizado um encontro das mulheres agricultoras da micro-região do vale de Araranguá onde 60 mulheres participaram deste encontro;
- No mês de setembro foram feitas mais de 200 declarações do ITR (Imposto Territorial Rural)
- Participou do Grito da Terra nacional e estadual com representantes e agricultores do município;
- No mês de julho foi participado do encontro dos aposentados da agrícola com 25 aposentados de nosso município;
- Elaborados contratos de parceria agrícola;
- Elaborados declarações, e outros;
- Assinado convênio para construções da casa para famílias agricultoras de baixa renda através da Caixa Econômica Federal.

Paulino Saccon

Presidente
Lido no Expediente
Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 395/10

Bom Amigo União Cristã
Associação Social e Educacional

A
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
A/C SR. GELSON MERÍSIO
PRESIDENTE

UNIÃO CRISTÃ - ASSOCIAÇÃO SOCIAL E EDUCACIONAL, com sede a Rua José Deecke, 1333, Bairro Asilo, na cidade de Blumenau - SC, entidade filantrópica de Assistência Social e educacional, sem fins lucrativos, vêm requerer a manutenção da utilidade pública estadual, segundo preceitua a lei estadual nº. 15.125/2010. Para tanto segue em anexo os documentos exigidos pela referida lei.

- Relatório anual de atividade;
- Certidão atualizada do registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- Atestado de funcionamento;
- Balanço Patrimonial.

Atenciosamente
Ester Clebsch
Procuradora
Lido no Expediente
Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 396/10

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Witmarsum, 14 de julho de 2010.

A
Sra. Duda
Chefe de Secretaria da Comissão de Direitos da ALESC
Palácio Barriga Verde
Prezada Senhora:
Conforme o que determina a Lei nº 15125, de 19 de janeiro de 2010, estamos enviando documentação para renovação de Utilidade Pública da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE WITMARSUM

Sem mais, subscrevemo-nos mui.

Valcir Heck
Presidente
Lido no Expediente
Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 397/10

ASMI-ASSOCIAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL DE IRANI RUA: JOSÉ KADES-709-CENTRO- IRANI- SC

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS E ESPORTIVAS - ANOS DE 007, 2008, 2009 REALIZADOS PELA ASMI:

Declaramos para os devidos fins e a a quem possa interessar que: **A ASMI-ASSOCIAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL DE IRANI**, sito a Rua: José Kades- 709, Centros, realizou Atividade: Culturais,Sociais,Turísticas e Esportivas nos últimos três anos nas atividades de:

- Almoço de Confraternização com os Funcionários da Prefeitura Municipal de Irani, no mês de Maio em comemoração ao dia do trabalhador, no mês de Dezembro em confraternização de Natal e fim de ano, Anos; 2007, 2008 e 2009.
- Participação na organização dos Campeonatos Municipais de Futebol de Campo, Bocha, e Futsal no município de Irani, anos: 2007 e 2008.
- Participação na realização do FIMUSI- Festival de Interpretação da Música Popular e Sertaneja de Irani, ano:2007 e 2008.
- Realização de festa junina aos associados no mês de Junho, ano: 2008.
- Participação na 1º Semana Cultural do Contestado, ano-2007.
- Participação na Expo-Irani em noite Cultural, anos,2007, 2008 e 2009.

Sendo verdadeira e o que tínhamos a declarar, atestamos abaixo.

IRANI - CS, 07 de julho de 2007.

JAIME SEGANFREDO

PRESIDENTE DA ASMI

Lido no Expediente
Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 398/10

Sociedade Franco Brasileira
Hospital Maicé

Ofício nº 0015/2010/SFB/MAICÉ Caçador, 15 de julho de 2010

PALÁCIO BARRIGA VERDE
EXCELENTÍSSIMO SENHOR
CONSULTOR LEGISLATIVO
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
RUA DR. JORGE LUZ FONTES, 310 - CENTRO
FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
CEP: 88020-900

O HOSPITAL MAICÉ, situado na Rua Bolívia, 54 - Centro - no município de Caçador, Estado de SANTA CATARINA, tendo em vista o atendimento ao disposto do **Art. 3º da Lei nº 15.125**, de 19 de janeiro de 2010, vem mui respeitosamente encaminhar a V. Sª, os documentos necessários a manutenção do TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL desta Entidade Filantrópica. Visto que atende plenamente todos os requisitos exigidos para esta Certificação, e presta assistência a todas as pessoas que necessitam de cuidados de saúde sem distinção de raça, sexo, credo político ou religioso.

Desde já agradecemos pela nobre atenção dispensada e reiteramos nosso apreço pelo seu trabalho e dedicação em prol da saúde do povo catarinense.

MARIA APARECIDA TAVARES

Vice - Diretora

CPF: 455.014.166-20

M - 1.772.855 - SSP - MG

Lido no Expediente
Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 399/10

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO LETIVO DE 2009
APAE DOCE VIDA DE VIDAL RAMOS-SC

Lido no Expediente
Sessão de 20/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 400/10

REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER
CNPJ 79.362.000/0001-91

Entidade Beneficente de Assistência Social - proc. nº
71010.001450/2005-61

Títulos de Utilidade Públicas:

Federal - Port. 3244-27/10/2004 Estadual - Lei nº 8.498/91/
Municipal - Lei nº 1.193/88

Ofício nº 078/2010 Jaraguá do Sul, 14 de julho de 2010.

Exmo. Sr.
Deputado Gelson Merísio
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 (Centro) - Gabinete da Presidência,
sala 106
88020-900 - Florianópolis - SC
Excelentíssimo Senhor,
Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010,

seguem documentos para o fim de manter o reconhecimento de Utilidade Pública da REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER REGIONAL DE JARAGUÁ DO SUL, CNPJ 79.362.000/0001-91, com endereço para correspondência na Rua Cel. Procópio Gomes de Oliveira, 801, Jaraguá do Sul, SC, entidade esta já declarada de Utilidade Pública pela Lei Estadual de nº 8.498/91.
Pede Deferimento.

Rozanda Balestrin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 401/10

Blumenau, 13 de julho de 2010.

REQUERIMENTO

CENTRO DE EDUCAÇÃO AMIGUINHO FELIZ, estabelecida na rua Benjamin Constant, nº 1552 - Bairro Asilo, em Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.795.963/0001-56, neste ato representado por sua presidente Sra. Ursula Trude Richter, portadora da carteira de identidade nº V00987-4 SRE/DPMAF/DPF e inscrita no CPF sob nº 479.634.419-53, em cumprimento ao art. 3º da Lei 15.125 de 19/01/2010, vem mui respeitosamente, requer a renovação do título de utilidade pública estadual, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- Relatório de atividades do exercício anterior
- Atestado de funcionamento
- Certidão atualizada do registro da entidade no cartório de registro de Pessoas Jurídicas
- Balancete contábil

Nestes Termos
Pede Deferimento

Ursula Trude Richter
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 402/10

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Domingos

APAE

Escola Especial APAE
CNPJ 78480597/0001-06
Fone (0xx49) 3443-1061

São Domingos (SC), 15 de julho de 2010.

Ofício nº 114/2010

ILMA SRA.

DUDA

CHEFE DE SECRETARIA DA COMISSÃO DE DIREITOS DA ALESC

FLORIANÓPOLIS - SC

Prezada Senhora!

Com nossos cordiais cumprimentos, a Escola Especial Professora Ilda Lago Dalla Corte - APAE de São Domingos, vem por meio deste encaminhar a Vossa Senhoria, a **Prestação de Contas para manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual** conforme requerer a Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010.

Atenciosamente,

LORENA LUCIA ANGHINONI

Diretora da Escola Especial

GILBERTO KNEDCHT

Presidente da APAE

Lido no Expediente

Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 403/10

PROMENOR

Sociedade Promocional de Blumenau do Menor Trabalhador

RELATÓRIO DESCRITIVO DE ATIVIDADES 2009

DADOS DA ENTIDADE

PROMENOR Sociedade Promocional de Blumenau do Menor Trabalhador

CNPJ 83.106.894/0001-04

Endereço Rua Itapiranga, 368

Bairro 89036-230 Bairro Velha

Blumenau-SC

Público Alvo: Crianças e Adolescentes que vivem em situação de risco social.

ATIVIDADE	AÇÕES	QUANTIDADE
Inclusão de Aprendiz em Empresas:	Acompanhamento e orientação e inclusão dos adolescentes nas empresas e intervenções até 02 anos	550
Inclusão de Adolescente Trabalhador:	Acompanhamento e orientação e inclusão	200
Adolescente em Curso de Rotinas de Atividades Administrativas:	Executora e acompanhamento	630
Adolescente em Curso de TURISMO:	Executora e acompanhamento	90
Adolescente em Curso de Customização:	Executora e acompanhamento	520
Formandos em Curso de Rotinas Administrativas:		360
Núcleos Externos de Crianças e Adolescentes	Dança, Folclore, Violão, Capoeira, Coral, Judô, Esportes	4800

HISTÓRICO

A PROMENOR foi fundada em 23 de julho de 1974, na gestão municipal de Prefeito Félix Theiss, com finalidade de promover e estimular a criação economicamente necessitada, num trabalho preventivo da exclusão social e proporcionando-lhe oportunidades de educação integral, formando-a dentro dos princípios básicos da cidadania.

Inicialmente uma pequena Associação de Engraxates, como entidade civil, sem fins lucrativos, desenvolveu suas atividades na garagem do prédio da antiga prefeitura, situada no início da rua XV de novembro e na ocasião amparou 20 crianças, filhos de "margaridas" - mulheres gari que necessitavam trabalhar e não tinham um local seguro para deixar seus filhos.

Após dois anos com número bem mais elevado, os atendimentos passaram a ser realizado na PROEB - Sociedade Promotora de Eventos de Blumenau. Com as enchentes de 1983 e 1984 a PROMENOR teve novamente mudar de local, pois o local havia sido atingido sem condições de uso.

Portando a PROMENOR precisava de outro local para abrigar seus alunos e foi então que solicitou a Paróquia São Paulo Apóstolo - Matriz, que cedesse parte de suas dependências do Salão Porta Aberta, que fora, prontamente atendido, observando a relevância de suas atividades. Até o dia 25 de fevereiro de 1986 o Salão Porta Aberta serviu de sede. Então a partir desta data a PROMENOR adquire prédio próprio estabelecendo sua sede na Rua Humberto de Campos, 170 - Bairro Velha - Blumenau-SC.

Neste momento a entidade passa por várias estruturações frente a seus atendimentos, pois a comunidade blumenauense delineava um novo modelo de atendimento a crianças e adolescentes do município.

No ano de 1997 a entidade observou várias demandas dentro do município que requereu delineando outras necessidades para instituição. Com a estruturação do ensino regular no âmbito Federal e Municipal, as crianças de 06 anos de idade já iniciavam a pré-escola, ficavam sem atividades em contra turno escolar. Uma vez que a educação infantil também estrutura-se para atender sua demanda por faixa etária, não absorvendo mais crianças do ensino regular em período oposto.

As crianças e adolescentes atendidos na PROMENOR são integrados em diversos programas (tendo a assiduidade escolar fator decisivo para inclusão na entidade), a entidade abrange todos os bairros do Município.

Em 2005 a PROMENOR realiza parceria com a PROFAMILIA estruturando as atividades basendo-se nas estruturas da Rede de Ensino, ampliando as ações e descentralizando atividades em bairros com as crianças em atividades de Esporte, Dança, Folclore, Violão aproximando as crianças de sua comunidade e investindo em ações de Orientação para o Trabalho na modalidade Adolescente Aprendiz e Adolescente Trabalhador para os adolescentes preparando-os para um futuro melhor.

FINALIDADE ESTATUTÁRIA

A PROMENOR tem como compromisso a construção continua das relações sociais, partindo da própria identidade, do contexto familiar e comunitário e escolar de cada criança e adolescente garantindo o exercício da cidadania. A entidade busca constantemente educar, formar e conduzi-los ao pleno desenvolvimento social abrangendo o estatuto da Criança e do adolescente, proporcionando condições adequadas e condizentes para seu crescimento digno, assegurando os direitos.

OBJETIVO GERAL

Da entidade é o de prevenção, ocupando as horas de lazer das crianças e do adolescente, através da educação profissional e atividades esportivas, pedagógicas e culturais, estimulando o desenvolvimento da criatividade e potencialidades dos mesmos e resgatando a sua cidadania, através de seus direitos e deveres.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover e estimular as crianças e adolescente economicamente, necessitada, proporcionando-lhe trabalho evitando a marginalização;
- Proporcionar a todos, oportunidade de educação, cultura e orientação;
- Propiciar a criança e ao adolescente o direito a vida, a saúde, mediante a políticas sociais que permitem o seu pleno desenvolvimento;
- Desenvolver uma rede de serviços para atendimento e orientação social as crianças e adolescente e suas famílias;
- Satisfazer as necessidades básicas dentro do possível das crianças e adolescentes inseridas nos programas da entidade;
- Buscar intercâmbio cultural com demais localidades evidenciando as diversidades;
- Desenvolver cursos de curta duração.

TABELA DE ATIVIDADES PROMENOR

TOTALIZANDO: 7150 atendimentos, desenvolvendo continuamente ações para 4873 crianças e adolescentes.

ATENDIMENTOS

Crianças acima de 06 anos e Adolescentes até 18 anos.

BENEFÍCIOS

Serviços Gratuitos: odontológico, Orientação profissional após avaliação social, vale transporte, cursos, trajes típicos, violões, camisetas do programa, alimentação quando necessário, diplomação, material didático, xerox.

AÇÕES REALIZADAS EM PARCERIA COM REDE DE SERVIÇOS

- **ASSISTÊNCIA SOCIAL:** Atendimento de crianças e adolescentes dos Programas Sentinela, Erradicação do Trabalho Infantil, Pró Renda, Auxílio Cidadania, Conselho Tutelar, Pró Família etc..., através de encaminhamentos e acompanhamento multidisciplinar.
- **CONVÊNIO:** com universidades locais, Organizações não Governamentais com palestras, doações etc.
- **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:** Parceria na cedência de professores através da Fundação Pró família para andamento dos projetos. Encaminhamentos para psicopedagogo da rede municipal no acompanhamento de alunos com dificuldade de aprendizagem.
- **SECRETARIA DE SAÚDE:** apoio com atendimento especializado para alunos que requerem atendimento na rede do SUS, suporte e assessoria da Vigilância Sanitária através da Saúde do Trabalhador nas autorizações de laudos para Trabalho Aprendiz exigências básicas de segurança no trabalho conforme legislação em vigor.
- **FUNDAÇÃO PRÓ FAMÍLIA:** principal parceira da PROMENOR nas ações juntamente com SEMASCRI ela disponibiliza a parte profissional para andamentos das oficinas oferecidas em 60% outros 40% com SEMED Educação. Auxilia na manutenção da sede e apoio administrativo nas ações.
- **SAMAE:** disponibilização de um veículo Gol para visitas técnicas em empresas para abertura de vagas para adolescentes.
Denio Alexandre Scottini
Administrador Interino

Lido no Expediente

Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 404/10**Escola de Educação Especial São Ludgero**

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

CNPJ: 03.323.702/0001-02 Fundada em: 24/08/1998

Rua: Reinaldo Brunning - 315 - Bairro: Evolução

São Ludgero/S.C. CEP 88730 - 000 Fone/Fax: (48) 3657 - 0093

**RELATÓRIO DE ATIVIDADE
de 02/2009 a 12/2009****INTRODUÇÃO****Dados de Identificação**

Instituição: Associação de Pais e Amigos Cidade: São Ludgero

dos Excepcionais - APAE

Presidente: Davi Vronski Paegle

Pessoa para Contato: Williana Araújo Baschiroto (diretora)

(diretor e coordenador)

Telefone: (48) 3657-0093 e-mail: apaeludgero@brturbo.com.br Ano

Base: 2009

Data: 14/07/2010

Davi Vronski Paegle

Presidente da Associação de

Pais e Amigos dos Excepcionais

APAE São Ludgero

CNPJ: 03.323.702/0001-02

Lido no Expediente

Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 405/2010**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.****MANTENEDORA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL****CANTINHOS DOS SONHOS**

Fundada em 20/08/1990.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO - DIAE****APAE - ANITA GARIBALDI****RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

2009

DIRETORA: Célia de Fátima Pires

COORD. PED: Maria Noeli Paula de Matia

Anita Garibaldi/SC

Rua Vicente Fernandes s/n - Centro - 88590-000 - Anita Garibaldi/SC

Fone/Fax: (49) 543 0291 - CNPJ: 78.497.625/0001-06

Lido no Expediente

Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 406/10**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE****ESCOLA ESPECIAL "MARLENE STIEVEN"**

Rua Avelino Lunardi nº 247 - Bairro Ari Lunardi - Xaxim (SC)

CEP: 89.825-000 - FONE/FAX: 049-3353-8229

CNPJ: 78.480.837/0001-72

E-mail: apexsc@desbrava.com.br

Xaxim (SC), 16 de julho de 2010.

ILMA SENHORA DUDA**CHEFE SECRETARIA DA COMISSÃO DE DIREITOS DA ALESC
FLORIANÓPOLIS/SC**

Vimos por meio deste, encaminhar a Documentação, referente a manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei 15.125.

Sem mais para o momento, despedimo-nos, colocado-nos a disposição.

Atenciosamente.

Gilvane Toaldo Giachini

Secretária da APAE de Xaxim

Lido no Expediente

Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 407/10**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**

Rod. Sc 442 - Km 02- Encruzo - CEP 88.715-000

JAGUARUNA - Santa Catarina

Of. Nº 49/2010

Jaguaruna, 16 de julho de 2010.

Exmo. Srº

GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembléia Legislativa

Florianópolis S/C

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste esclarecer que APAE de Jaguaruna, é a Entidade mantenedora da Escola Especial "Novo Mundo".

Aproveitamos a oportunidade para comunicar que estamos enviando o relatório de Atividades referente ao ano de 2009.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar-lhe protesto de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

Lídia Viegas

(Presidente)

Lido no Expediente

Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 408/10

Blumenau, 13 de julho de 2010.

REQUERIMENTO**CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE,**

estabelecido na rua Prof. Jacob Ineichen, nº 6607 - Bairro Itoupava Central, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.372.108/0001-65, neste ato representado por Jorge Martin Bublitz, contador, casado, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 2.177.138-3 SSP SC e inscrito no CPF sob nº 693.381.599-49, em cumprimento ao art. 3º da Lei 15.125 de 19/01/2010, vem mui respeitosamente, requerer a renovação do título de utilidade pública estadual, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

• Relatório de atividades do exercício anterior

• Atestado de funcionamento

• Certidão atualizada do registro da entidade no cartório de registro de Pessoas Jurídicas

• Balancete contábil

Nestes Termos

Pede Deferimento

Jorge Martin Bublitz

Tesoureiro

Lido no Expediente

Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 409/10

Associação Coral - Hospital Florianópolis

Fundado em 03 de agosto de 1996

Lei de Utilidade Pública Municipal nº 7758 de 24/11/2008

Lei de Utilidade Pública Estadual nº 14.767 de 13 de julho de 2009

Ofício nº 008/2010 Florianópolis, 19 de Julho de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente

Gelson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa

Senhor Presidente

Cumprimentando cordialmente na qualidade de representante legal da Associação Coral Hospital Florianópolis, e de acordo com a Lei 15.125 no seu art. 3º, venho através deste encaminhar em anexo os

documentos de que permanecemos cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública.

Nestes termos, pede deferimento.

Respeitosamente,
Maria Magui Schlickmann
Presidente da ACHF

Lido no Expediente
Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 410/10

Associação Hospitalar Beneficiante de Pinhalzinho

Pinhalzinho, SC, 14 de julho de 2010.

Ao
Coordenadoria de Expediente
Estado de Santa Catarina

A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICIENTE DE PINHALZINHO, Sediada à Avenida Belo Horizonte, 2200, em Pinhalzinho, SC, vem respeitosamente apresentar a V. Ex.^a, Relatório de atividades e Balanço relativos às atividades do exercício de 2009, conforme Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010. Para prestação de contas de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL.

Na expectativa de que estes documentos produzam seus efeitos, reiteramos nossos protestos de consideração e apreço.

Silvio Mocelin
Presidente

Associação Hospitalar Beneficiante De Pinhalzinho

Lido no Expediente
Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 411/10

**APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Relatório das Atividades desenvolvidas em 2009**

Entendemos que a Instituição Especializada mediante a um Projeto Político Pedagógico e Planejamento possibilite o acesso ao conhecimento das diferentes áreas, juntamente com a utilização de caminhos, recursos e estratégias alternativas, que possibilite o aluno ampliar suas capacidades, seja elas cognitivas, sociais, afetivas etc.

No ano de 2009 a APAE de Angelina com base nos objetivos propostos desenvolveu as seguintes atividades:

- Reuniões pedagógicas para estudos e planejamento;
- Desenvolvimento dos Projetos: Horta, biscuit, e importância da reciclagem;
- Reuniões e encontros de confraternização junto às famílias;
- Visitas às famílias para orientação e troca de experiências;
- Participação em eventos e dias de lazer, com outras escolas;
- Integração como a comunidade na Semana da Pessoa com deficiência;
- Participação da Entidade no Primeiro Seminário de Educação no município de Angelina;
- Homenagem aos pais;
- Participação com outras escolas no desfile de 07 de setembro/Homenagem a Pátria;
- Promoções como: Festa Junina, Jantar com bingo;
- Participação em cursos;
- Criação de uma Extensão da APAE na região de Barra Clara, para atender aqueles alunos que não tem acesso para chegar ao centro da cidade;

Angelina, 15 de julho de 2010.

Maria Cleonice Walter
Diretora

Lido no Expediente
Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

**OFÍCIO Nº 412/10
CLUBE DO BAGAÇO**

RUA DA CASCATA, 77
BAIRRO: CENTRO
CEP. 89.294-000 CIDADE: CAMPO ALEGRE / SC
CNPJ: 02.071.526/0001-98
Ofício nº 012/2010
Para: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
A/C Presidente Deputado Gelson Merísio

Assunto: Documentação para controle do reconhecimento de Utilidade Pública

Encaminhamos em anexo documentação do Clube do Bagaço, para o devido controle e identificação do reconhecimento de Utilidade Pública, conforme art. 3º da Lei 15.125/2010.

Sendo o que se apresentava para o momento, agradeço a atenção.
Respeitosamente,

**ANTONIO ADOLAR PAGANI
PRESIDENTE**

Lido no Expediente
Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 413/10

Lions Clube Xanxerê - SC

Carta Constitutiva de 31.10.64 - Região B - Distrito LD-8 - Divisão B/2
Clube 017574 - CGC/MF83.405.829/0001-00 - Fundado em 03.02.64
CEP. 89.820-000 - Xanxerê - Santa Catarina

"Motivados Pela Amizade, Servimos Com Harmonia"

CaL Ana Maria Covatti CL Elói Covatti

GESTÃO 2009/2010

Ofício nº 13/2010 Xanxerê, 17 de junho de 2010.

Exmo. Sr

Gelson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência a documentação do Lions Clube Xanxerê, referente ao artigo 3º da Lei Estadual Nº 14182/2007 que dispõe sobre a utilidade Pública Estadual.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresento protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente.

Ana Maria Covatti

Presidente AL 2009/2010

Lido no Expediente

Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 414/10

Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - Funesco

OF/PRES/Nº 21/2010

Joaçaba-SC, 12 de julho de 2010.

Exmo. Sr.

GELSON MERÍSIO

**Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC**

Senhor Presidente,

Com cordiais cumprimentos, vimos solicitar, de acordo com o que estabelece a Lei nº 15.125/2010, a manutenção do título de entidade de utilidade pública do Estado de Santa Catarina à Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - Funesco, para tanto apresentamos relatório anual de atividades do exercício anterior e documentos solicitados.

Aproveitando a oportunidade e considerando o disposto no art. 5º da citada Lei, solicitamos a alteração da lei que a reconheceu de utilidade pública, em função de alteração na denominação social desta entidade. Encaminhamos, em anexo, os documentos necessários.

Colocamo-nos à disposição e reiteramos protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

**Prof. Genésio Téo
Presidente da FUNOESC**

Lido no Expediente
Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 415/10

INSTITUTO DE APOIO À CULTURA, EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E MEIO AMBIENTE - IACEM

Ofício nr. 07/2010

Joinville, 08 de Julho de 2010.

Exmo. Sr.

Deputado Estadual Gelson Merísio

DD. Presidente da Assembléia Legislativa de SC

Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor,

Encaminhamos anexo, conforme lei nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010, de conformidade com o art. 3º que pede

- I - Relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - Atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- III - Certidão de registro da entidade no Cartório de Registro de PJ; e

IV - Balancete Contábil.

Colocamo-nos a sua disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,
Carlos Moreira
Presidente
Lido no Expediente
Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 416/10

Ofício nº 01/2010 Balneário Barra do Sul, 09 de julho de 2010.

Exmo.Sr.
Deputado Gelson Merísio
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Rua Doutor Jorge Luz Fonte, 310, Centro, Gabinete da Presidência, sala 106
88020-900 - Florianópolis - SC
Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências da Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, CNPJ: 03.595.540/0001-53, com endereço para correspondência na Avenida: São Francisco do Sul 1229, Centro, Balneário Barra do Sul-SC.

Pede Deferimento

JOANHI SOARES DA ROCHA

(Assinatura do Presidente da Entidade)

Lido no Expediente
Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 417/10

CLUBE DE CAÇA E TIRO ESPORTIVO E CULTURAL ITROUPAVIZINHA
Declaração de Utilidade Pública Estadual conf. Lei nº 4491 de 27/07/70

Rua Frederico Jensen nº 2350 - Bairro Itoupavizinha - 89066-301 - BLUMENAU - SC

Blumenau, 29 de Junho de 2010.

Excelentíssimo Senhor:
Deputado Estadual Jean Kuhlmann
Cumprimentando-o cordialmente, estamos encaminhando para ser apresentado ao departamento competente ao Presidente da comissão de trabalho, Administração e Serviços Públicos da Assembléia Legislativa, os documentos abaixo relacionado, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 14.182 de 01 de novembro 2007, com os seguintes documentos:

- I - Relatório anual de atividades;
- II - Declaração de que permanecem os requisitos para a concessão da declaração de Utilidade Pública;
- III - Cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - Balancete Contábil.
- V - Declaração de funcionamento.

Cabe esclarecer, que a entidade foi declarada de Utilidade Pública Estadual através lei nº 4491 em 27/07/70.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,

FABIO FALK

Lido no Expediente
Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 418/10

Xanxerê, 26 de junho de 2010.

Exmo.Sr.
Gelson Merísio
Presidente Assembléia Legislativa de SC
Florianópolis - SC
Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, escaminho a Vossa Excelência a documentação referente ao art. 3º da Lei Estadual Nº LEI 15.125, de 19 de janeiro de 2010, referente a Utilidade Pública Estadual da Rede Feminina Regional de Combate ao Câncer de Xanxerê.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresento protesto de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Rita Mauricéa Pezzalli
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 419/10**CENTRO ESPÍRITA LAR DE JESUS - XANXERÊ - SC**

CNPJ 83.828.889/0001-27

Rua Floriano Peixoto 179, Xanxerê SC

Xanxerê, 26 de junho de 2010.

Exmo. Sr

Gelson Merísio
Presidente Assembléia Legislativa de SC
Florianópolis - SC
Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência a documentação referente ao art. 3º da Lei Estadual Nº 15.125, de 19 de janeiro de de 2010, referente a utilidade Pública Estadual do Centro Espirita Lar de Jesus.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresento protestos de consideração a preço.

Atenciosamente,

Otacílio Pasa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 420/10

SOCIEDADE ESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL
SALTO DO NORTE

Fundada em 15 de agosto de 1957

BLUMENAU, 12 DE JULHO DE 2010.

ILMO DEPUTADO ESTADUAL

Sr. JEAN KUHLMANN

PELO PRESENTE, ENCAMINHAMOS A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SOCIEDADE ESPORTIVA RECREATIVA CULTURAL SALTO DO NORTE, EXERCÍCIO 2009, E DEMAIS DOCUMENTOS SOLICITADOS EM LEI. ATENCIOSAMENTE REITERAMOS VOTOS DE PROTESTO E DISTINTA CONSIDERAÇÃO.

AFONSO JUAREZ CAMPIGOTTO
PRESIDENTE

82.651.605/0001-07

Sociedade Esportiva Recreativa
Cultural Salto do Norte

Rua Eng. Udo Deeke, 1546

Salto do Norte - CEP 89065-100

Blumenau - SC

Lido no Expediente
Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 421/10

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Mantenedora do Instituto Corélia Olinger

Tijucas, 23 de junho de 2010.

Ofício nº 27
Exmo. Deputado
Gelson Merísio
Presidente da Assembléia Legislativa
Senhor Presidente,

Através do presente, estamos encaminhando conforme Artigo 3º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, o **RELATÓRIO ANUAL ATIVIDADES DESENVOLVIDAS** no exercício de 2009, pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Tijucas, e em anexo os seguintes documentos:

- Declaração de funcionamento;
- Certidão do CNPJ;
- Balancete Contábil.

Sendo o que tínhamos para o momento, estamos a sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente

Ilva Porto Faria
Presidente da APAE

Lido no Expediente
Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 422/10**GTCC - Grupo de Trabalho Comunitário Catarinense**

Florianópolis, 07 de Julho de 2010.

CE - 021/2010

Excelentíssimo Senhor

Deputado Manoel Motta

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos
Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Presidente

Em cumprimento ao que determina o Art. 3º da Lei nº 14.182, de 01.11.2007, encaminhamos, em anexo, os seguintes documentos:

- Relatório Institucional de Atividades 2009;
- Declaração de cumprimento de requisitos;
- Cópia autenticada do Estado Social, com as últimas alterações;

- Cópia do Balancete Contábil do exercício 2009.

Atenciosamente.

Santiago Ocampo Fernandez

Presidente

Adilson de Souza Mello

Tesoureiro

Lido no Expediente

Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 423/10

Instituto Carl Hoepcke

Florianópolis, 14 de Julho de 2010

Exmo. Senhor

Deputado Gelson Merísio

D.D. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
NESTA

Senhor Presidente,

Apresentando os melhores cumprimentos, vimos conforme determina a Lei Nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010, apresentar a V. Excia. para o devido controle e trâmite, os seguintes documentos do Instituto Carl Hoepcke:

- I - Relatório anual de atividades;
 - II - Atestado de funcionamento atualizado;
 - III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
 - IV - Cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto e ata da assembléia;
 - V - Balancete contábil;
 - VI - Ficha cadastral atualizada.
- Cordialmente,

Annita Hoepcke da Silva

Presidente do Instituto Carl Hoepcke

Lido no Expediente

Sessão de 21/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 424/10

IGNIS

Planejamento e In-formação Ambiental

Ofício IGNIS Nº 14/2010 Itajaí, 15 de Julho de 2010.

A/C Diretoria Legislativa

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Palácio Barriga Verde - Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310

CEP: 88020-900 - Florianópolis - Santa Catarina

Prezado(a) Senhor(a),

Ao cumprimentá-lo(a), a **IGNIS Planejamento e In-formação Ambiental**, associação civil, de direito privado, sem fins econômicos, sediada em Itajaí (SC), vem por meio deste, encaminhar à Assembléia Legislativa, os documentos exigidos para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º da lei estadual nº 15.125, de 19 de Janeiro de 2010, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública estadual.

Desta forma, de acordo com as exigências previstas nesta lei encaminhamos para vossa apreciação as documentações comprobatórias de nossa atividade, abaixo listadas:

1. Relatório anual de atividades do exercício anterior;
2. Atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
3. Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
4. Balancete contábil.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Daniela S. Occhialini

Coordenadora Geral

IGNIS Planejamento e In-formação Ambiental

Lido no Expediente

Sessão de 22/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 425/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Registro Federação APAEs nº 1566 - CNPJ 00.819.830/0001-45

Rua Saudades, 52 - Bairro Saudades - CEP 89.837-000 - CORONEL MARTINS - SC

Ofício Nº 23/2010

Coronel Martins, 14 de julho de 2010.

A Assembleia Legislativa

Florianópolis - SC

Encaminhamos anexo, documentação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Coronel Martins, solicitados pelo

Assessor Jurídico da Federação das APAEs de SC, para o cumprimento da Lei nº 15.125, sancionada em 19 de janeiro de 2010.

Os documentos solicitados no artigo 3º para que possam manter o status de Utilidade Pública Estadual.

Atenciosamente,

Libera Galeti Fin

Presidente da APAE

Lido no Expediente

Sessão de 22/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 426/10

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BALN. ARROIO DO SILVA

FUNDADA EM 15/12/1997 - CNPJ: 02.328.101/0001-11

OF. Nº 027/2010

Baln. Arroio do Silva (SC), 16/07/2010.

Ilmo.Sr.

GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembléia Legislativa

FPOLIS - SC

Ilustríssimo Senhor,

Vimos através do presente, encaminhar rol de documentos solicitados no artigo 3º da Lei 14.182/2007, sancionada em 01/11/2007 para que possamos manter o status de Utilidade Pública Estadual.

Certos de sua atenção subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Alinor Vieira Pires

Presidente Apae

Lido no Expediente

Sessão de 22/07/10

*** X X X ***

Ofício nº 427/2010

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE IMPRENSA

Casa do Jornalista

Ofício nº 035/2009.

Florianópolis, 19 de junho de 2010

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Digníssimo Presidente da Associação Catarinense de Imprensa

Senhor Presidente,

Buscando atender a legislação vigente pertinente às entidades reconhecidas de Utilidade Pública Estadual, mais especificamente a Lei nº 15.125 de 19/01/2010, em seu artigo 3º, segue o relatório anual das atividades da Associação Catarinense de Imprensa (Casa do Jornalista), referente ao exercício de 2009.

Agradecemos antecipadamente a atenção, colocamo-nos à disposição para informações complementares, se necessárias.

Atenciosamente

Michael Colaço Vieira

Secretário Executivo

Lido no Expediente

Sessão de 22/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 428/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Fundada em 25 de Novembro de 1981

Mantenedora da E. Especial "Novo Horizonte"

Ofício Nº 050/2010

Ilmº Sr:

D.D. Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Florianópolis/SC

Prezado Presidente,

Vimos por meio deste, enviar-lhe a documentação solicitada para a manutenção do Título de Utilidade Estadual da APAE de Gravatal.

Na oportunidade, solicitamos o envio da Certidão/Certificado ou Diploma Impresso da Utilidade Pública Estadual de nossa Entidade, pois não o possuímos.

Sem mais, nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Clóvis de Campos Delfino

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 22/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 429/10
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
ESCOLA ESPECIAL "RENASCER"

Ofício 053/2010 Garopaba, 16 de Julho de 2010.
Ilma. Sr
Sra. Duda -
Chefe de Secretaria da Comissão de Direitos da ALESC
Palácio Barriga Verde - Florianópolis, SC.

Senhora Diretora,
Vimos encaminhar, Prestação de Contas referente ao exercício de 2009, requerendo a manutenção do Título de Utilidade Estadual.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos
Cordialmente,
Joceni Marques Severino
Presidente da APAE de Garopaba

Lido no Expediente
Sessão de 22/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 430/10
Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE IPUAÇU
DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

DECLARAMOS para devidos fins, que a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE - IPUAÇU - SC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, inscrita com o CNPJ nº 06.080.50/0001-56, com sede na Rua Zanella Nº 641, centro Município - Ipuacu - SC está em funcionamento e funcionou regularmente no exercício anterior, cumprindo plenamente suas finalidades contidas no estatuto.

Por ser a expressão da verdade, firmo o presente atestado.
Por ser verdade, firmamos a presente declaração.
Ipuacu-SC, 08 de Junho de 2010.
DENILSO CASAL
Prefeito Municipal

Lido no Expediente
Sessão de 22/07/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 431/10
ASSOCIAÇÃO DOS NORDESTINOS DE BLUMENAU

Ofício nº 009/2010
Ilmo. Sr: Presidente
Deputado GELSON MERISIO
Florianópolis
Assembléia Legislativa
Ilustríssimo Senhor, Presidente

Vimos, por meio deste, encaminhar a Assembléia Legislativa, para prestação de contas dos documentos da Utilidade Pública Estadual da ANB - Associação dos Nordestinos de Blumenau.

- 1) Relatório anual de atividades do exercício anterior
- 2) atestado de funcionamento atualizado
- 3) certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoa Jurídicas
- 4) balancete contábil documentos anexos.

Blumenau, 15 de julho de 2010.
Atenciosamente,

Maurício Muniz Pessoa Filho
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 22/07/10

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1099, de 22 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0599	Maria Salete de Bem Urban	05	12/07/10	1555/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1100, de 22 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde do servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1928	Euclides Bagatoli	90	29/06/10	1554/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1101, de 22 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2137	Emilce Dias Rocha Maria	90	02/07/10	1545/10
1386	Liana Valesca Furtado Tournier Bianchi	120	03/07/10	1548/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1102, de 22 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1549/10,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **Pedro Ideraldo Sampaio**, matrícula nº 0980, por 30 (trinta) dias, a contar de 05 de julho de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1103, de 22 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1355	Paulo Jose Rosa	15	16/07/10	1547/10
1892	Monica Machado Meyer	40	12/07/10	1546/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1104, de 22 de julho de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 031/2010.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
2543	Juçara Helena Rebelato	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	
2169	Sinara Valar Dal Grande	Equipe de apoio

0947	Valter Euclides Damasco
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Viana

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 247/10

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Elisa Hort, de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Elisa Hort, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 22/07/10

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Elisa Hort, com sede no município de Blumenau.

A presente entidade tem como finalidade a conjunção de esforços para incentivar e apoiar as ações pedagógicas da unidade escolar e promover a aproximação e cooperação dos membros da comunidade nas atividades escolares, dentre outras.

Para dar continuidade às ações implementadas e dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, motivo pelo qual submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 248/10

Dispõe sobre o programa de atendimento e procedimentos nas Delegacias de Polícia do Estado de Santa Catarina, para efeito de atendimento das mulheres vítimas de violência física, sexual, psicológica ou doméstica no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Artigo 1º. Institui o programa de atendimento e procedimentos nas Delegacias de Polícia do Estado de Santa Catarina, para efeito de atendimento das mulheres vítimas de violência física, sexual, psicológica ou doméstica no Estado de Santa Catarina.

Artigo 2º. As Delegacias de Polícia deverão prestar atendimento imediato, preferencial, especializado, de urgência e de emergência às mulheres vítimas de violência de qualquer natureza, independentemente grau de sofrimento físico ou psíquico.

Artigo 3º. O atendimento especializado compreende:

I - assistência psicológica, extensiva à família da vítima;

II - material informativo a respeito dos procedimentos necessários à abertura de inquérito, aspectos relativos à saúde física e psíquica;

III - encaminhamento imediato da vítima para o Instituto Médico Legal (IML) para os exames que se fizerem necessários;

IV - Garantir o comparecimento do servidor público responsável pelo atendimento às vítimas, quando solicitado, às unidades de referência em saúde para efetuar registro de ocorrência de crime contra a mulher, evitando o deslocamento da vítima à Delegacia de Polícia, com a intenção de preservá-la;

V - A reestruturação física das Delegacias de Polícia, buscando o atendimento adequado às vítimas de violências contidas nessa lei, evitando constrangimentos desnecessários;

VI - encaminhamento da vítima para o defensor dativo, visando orientações de natureza jurídica.

Artigo 4º - Caberá ao Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, capacitar o servidor público responsável pelo atendimento às vítimas no âmbito das Delegacias de Polícia através de palestras, cursos e outros meios, acerca dos assuntos tratados nessa lei.

Artigo 5º. O não cumprimento do disposto nessa lei poderá acarretar ao servidor público, responsável pelo atendimento às vítimas, as sanções disciplinares constantes no Estatuto dos Servidores Públicos.

Artigo 6º. As despesas decorrentes com a execução dessa lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 7º. O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Artigo 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Deputado Valdir Cobalchini - PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 22/07/10

JUSTIFICATIVA:

A violência contra as mulheres é o tipo mais generalizado de abuso dos direitos humanos no mundo, apesar de ser também o menos reconhecido. É também um problema grave de saúde, já que mina a energia da mulher, comprometendo sua saúde física e desgastando sua auto-estima. Apesar destes altos custos, a maioria das sociedades do mundo tem instituições sociais que legitimam, obscurecem ou negam este tipo de abuso. Os mesmos atos que seriam punidos se perpetrados contra um empregador, vizinho ou conhecido, com frequência permanecem impunes quando perpetrados contra as mulheres, especialmente dentro de uma mesma família.

Há mais de duas décadas que os grupos de defesa dos direitos das mulheres vêm procurando atrair mais atenção ao abuso físico, psicológico e sexual contra as mulheres, salientando a necessidade de ações concretas. Estes grupos disponibilizam abrigos, fazem campanhas para promover reformas legais e desafiam as atitudes e crenças disseminadas que apóiam o comportamento violento contra as mulheres.

O termo "violência contra as mulheres" engloba muitos tipos de comportamentos nocivos cujo alvo são mulheres e meninas, simplesmente por serem do sexo feminino. Em 1993, a Assembleia Geral das Nações Unidas introduziu a primeira definição oficial deste tipo de violência quando adotou a Declaração para Eliminação da Violência Contra as Mulheres. De acordo com o Artigo 1º desta declaração, a violência contra as mulheres inclui qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico ou sofrimento para a mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer isto ocorra em público ou na vida privada.

Há um consenso crescente, como o refletido na declaração acima, de que os abusos perpetrados contra mulheres e meninas, seja onde e como ocorrerem, são melhor entendidos dentro de um quadro de referência do "gênero", pois tais abusos surgem em parte da subordinação da mulher e da criança na sociedade.

O artigo 2º da Declaração das Nações Unidas mostra que a definição da violência contra as mulheres deve incluir mas não se limitar aos atos de violência física, sexual e psicológica na família e na comunidade. Estes atos incluem o espancamento conjugal, o abuso sexual de meninas, a violência relacionada a questões de dotes, o estupro, inclusive o estupro conjugal, e outras práticas tradicionais prejudiciais à mulher.

Assim, as vítimas de violência sexual, física e doméstica, acabam apresentando, além do trauma da violência, complicações físicas e psicológicas.

Desta forma, já não bastasse à violência sofrida pelas mulheres, a falta de um atendimento especializado se apresenta como mais um fator de constrangimento e angústia que a vítima tem que enfrentar. Tal situação, certamente, poderá ser amenizada se houver o adequado atendimento, com equipes especializadas, visando contornar o estado emocional da vítima, já tão abalado.

Esta proposição quer garantir a transversalidade dos diversos setores envolvidos para que trabalhem de forma conjunta e articulada no sentido de promover a integralidade do atendimento à mulher, bem como pretende ser mais um complemento as tratativas da Lei Maria da Penha, apoiando as mulheres que se encontram nesta situação de vítimas de violência.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas Deputados para a aprovação desta propositura.

*** X X X ***